

ATUAÇÃO DO ARQUITETO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO AUTOCONSTRUÍDO PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Juliana de Faria Linhares

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

BELO HORIZONTE, 2018



Juliana de Faria Linhares

**ATUAÇÃO DO ARQUITETO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
AUTOCONSTRUÍDO PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção de título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Morado Nascimento

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

L755a

Linhares, Juliana de Faria.

Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda [manuscrito] / Juliana de Faria Linhares. - 2018.

202 f. : il.

Orientadora: Denise Morado Nascimento.

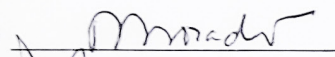
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano - Teses. 2. Mediação - Arquitetura - Teses. 3. Arquitetos - Atuação - Teses. I. Nascimento, Denise Morado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

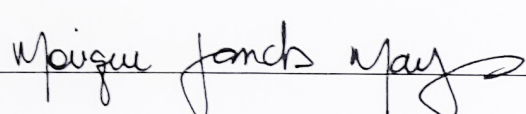
CDD 720.23

Ficha catalográfica: Biblioteca Professor Raffaello Berti.

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
– da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 11 de outubro
de 2018 pela Comissão Examinadora:

Profª. Dra. Denise Morado Nascimento (Orientadora-EA/UFMG) 

Profª. Dra. Margarete Maria de Araújo Silva (EA/UFMG) 

Profª. Dra. Monique Sanches Marques (UFOP) 

“A experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura. Digamos, com Foucault, que escrevemos para transformar o que sabemos e não para transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que esse ato de escritura, essa experiência em palavras, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferente do que vimos sendo.”

(Larrosa e Kohan *apud* Larrosa, 2014, p.6)

Aos que, assim como eu, permitem a transformação da sua verdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu anjo da guarda, por iluminar meu caminho e me acompanhar nesta trajetória, me fortalecendo e mostrando para onde ir.

À equipe do PRAXIS-EA/UFMG, obrigada pela companhia na luta e nos sonhos compartilhados.

À Denise, minha eterna gratidão por me receber de braços e coração abertos, por acreditar em mim e por extrair o meu melhor.

À Geru, minha companheira de pesquisa e grande amiga, obrigada por tantos ensinamentos e, principalmente, pela amizade.

Ao Rafa, por toda a alegria que trouxe à este processo, pelo colo que me concedeu quando faltaram forças e por todos os planos que compartilhamos.

Ao meu pai, por me ensinar e permitir voar, sem deixar de me acompanhar. À minha mãe, por ser exemplo de bondade e de fé e por me doar seu amor incondicional.

À Carol, por ser minha inspiração e por me fazer acreditar em mim. Obrigada também por ser a melhor revisora deste mundo. Em mais mil vidas, eu te escolheria.

Obrigada às minhas meninas, que se fizeram casa pra mim e constituíram morada em mim.

À sorte de encontrar, em meio a esta caminhada, amor, refúgio e tantos sorrisos.

Gratidão também aos meus avós, que enviaram energias, bênçãos e se fazem exemplo todos os dias. Aos meus padrinhos, pela presença, empatia e amor.

À todos que cruzaram meu caminho e que, direta ou indiretamente, contribuíram com este processo, sou muito grata por cada palavra, ação ou sorriso.

Agradeço, em especial, aos moradores da Vila Acaba Mundo pela confiança e pelos saberes compartilhados.

E ao Lucas, por ter me permitido reconhecer o meu propósito.

.

“O trabalho do arquiteto não é só aquele projeto quadradinho, bonitinho, cheio de números. Aí vocês conseguem pôr cores... e isso me atraiu também. Isso, no popular, facilita a opinião das pessoas. E a gente dar opinião onde a gente mora é bom, né? Isso que me atraiu: a gente falar sobre aquilo... as pessoas! Escutar e desenhar a sua cabeça e a sua ideia.”

Laerte, presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo.
Belo Horizonte, março de 2018.

RESUMO

Este trabalho propõe a discussão da atuação do arquiteto urbanista no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda, se dedicando, a princípio, a averiguar os caminhos possíveis para a viabilização desta prática. A partir desta linha de investigação, surgiu a necessidade de discussão também dos métodos e linguagens a serem utilizados pelos profissionais. Para tal debate, propôs-se a experiência empírica de assessoria técnica na Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e também o levantamento de projetos que propõem a atuação técnica para a população de baixa renda no Brasil. Confrontadas e articuladas estas análises – empírica e referencial –, as discussões sobre os distintos interesses e motivações envolvidos na atuação do arquiteto em contextos autoconstruídos puderam ser ampliadas. Elas geraram outros questionamentos, inclusive a respeito do discurso de precariedade conferido às moradias autoconstruídas pela população pobre e o papel do arquiteto urbanista. Importante apontar que não se pretende, aqui, apenas responder perguntas, mas também gerar fissuras no sistema de produção e ensino de arquitetura e urbanismo, inserindo novas questões, fomentadas pelo contexto real de trabalho dos profissionais. O objetivo desta análise é, por fim, a investigação, experimentação e criação de outras realidades possíveis para o espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda.

Palavras-chave: Assessoria técnica, Mediação, Autoconstrução.

ABSTRACT

This dissertation proposes the discussion of the action of the architect in the urban space self-constructed by the low income population, dedicating, in principle, to investigate the possible ways to make this practice viable. From this line of research, there arose the need to also discuss the methods and languages to be used by professionals. For this debate, the empirical experience of technical assistance was proposed at Vila Acaba Mundo, in Belo Horizonte, Minas Gerais, and also the survey of projects that propose technical action for the low income population in Brazil. Confronted and articulated with these analyzes - empirical and referential -, the discussions about the different interests and motivations involved in the architect's performance in self-constructed contexts could be expanded. They have generated other questions, including the discourse of precariousness given to the self-build houses by the poor population and the role of the architect. It is important to point out that it is not intended here to answer questions only, but also to generate fissures in the system of production and teaching of Architecture and Urbanism, inserting new questions, fomented by the real work context of the professionals. The objective of this analysis is, finally, the investigation, experimentation and creation of other possible realities for the urban space built by the low income population.

Key-words: Technical assistance, Mediation, Self-build.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Percentual da participação de agentes técnicos nas construções/ reformas no Brasil..	14
Figura 2 - Adaptações externas realizadas por moradores de Conjunto Habitacional Cazuzu em Diadema, São Paulo. As áreas representadas por tijolo cerâmico estrutural são as originais do projeto – as demais são intervenções.....	31
Figura 3 - Componentes do Déficit Habitacional pela Fundação João Pinheiro - 2015	45
Figura 4 - Componentes da Inadequação de domicílios pela Fundação João Pinheiro - 2015	46
Figura 5 - Construção do indicador CALMAT.....	47
Figura 6 - Vila Acaba Mundo, Novembro de 2017.....	48
Figura 7 - Razões por que não contratou serviço de arquiteto e urbanista e razões por que não contrataria (espontânea e múltipla)	50
Figura 8 - Anúncio de apartamento pela empresa MRV Engenharia.....	56
Figura 9 - Percentual de interessados pelo serviço de Arquitetura e Urbanismo.....	60
Figura 10 - Linha do tempo da assessoria técnica.....	68
Figura 11 - Localização da Vila Acaba Mundo.	71
Figura 12 - Imagem aérea da Vila Acaba Mundo.	72
Figura 13 - Dados gerais da pesquisa TOC_TOC sobre situação do imóvel, tempo de moradia, pretensão de reforma e interesse por assessoria técnica.....	73
Figura 14 - Dados gerais da pesquisa TOC_TOC sobre possibilidades de intervenção construtiva. Classificação feita pelo número de citações de cada demanda, agrupada por afinidade construtiva.	73
Figura 15 - Dados gerais da pesquisa TOC_TOC sobre as principais queixas dos moradores.....	74
Figura 16 - -- Panfletos distribuídos na Vila Acaba Mundo.	75
Figura 17 - Localização das assessorias técnicas no mapa da Vila Acaba Mundo.	77
Figura 18 - Beco da Mina em novembro de 2016.....	79
Figura 19 - Café Coletivo no dia 18/03/2017.....	80
Figura 20 - Segunda conversa (21/06/2017) sobre o Beco da Mina, com apresentação dos resultados obtidos no Café Coletivo.....	82
Figura 21 – Mapeamento apresentado para a população	82
Figura 22 - Apresentação dos dados do Café Coletivo e a presença do investidor.....	86
Figura 23 – Mural na parede da creche como mecanismo de provocação.....	87
Figura 24 – Sugestões deixadas pelos moradores.	88
Figura 25 - Folheto entregue para cada morador do Beco.	89
Figura 26 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: lixeiras.....	90
Figura 27 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: pavimentação.	91
Figura 28 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: bancos.	91
Figura 29 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: plantas.	92
Figura 30 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: sombras.	92
Figura 31 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: águas.	93
Figura 32 – Dinâmica com kit mobiliário e as principais responsáveis pela direção da creche.....	95
Figura 33 – Registro da entrega do material à coordenação da Creche Terra Nova.	97
Figura 34 – Possibilidades representadas sobre uma das questões da ampliação da creche.	97
Figura 35 - Primeira visita ao lote de Beatriz, em março de 2017.....	98
Figura 36 - O lote da família e a estrutura existente.	99
Figura 37 - Desenho do projeto apresentado pela moradora Beatriz.	100
Figura 38 – Dinâmica com kit mobiliário, feita com Beatriz.....	101

Figura 39 – Montagem resultante da dinâmica com Beatriz.	102
Figura 40 – Dinâmica com kit mobiliário e kit Lego.	103
Figura 41 – Corte posterior ao terreno e muro de contenção.	104
Figura 42 – Layout resultante da primeira dinâmica.	104
Figura 43 - Visita à obra um mês após a dinâmica.	106
Figura 44 – Solução de iluminação e ventilação em moradia localizada na Vila Acaba Mundo.	107
Figura 45 - Modelo tridimensional da moradia de Beatriz e sua família.	108
Figura 46 - Apresentação do modelo tridimensional pelo computador.	109
Figura 47 - Apresentação das imagens obtidas a partir de modelo tridimensional.	110
Figura 48 - Escada e acesso à moradia. Primeira foto: conversa em abril de 2017 para alertar sobre a escada. Segunda foto: demanda de projeto para a escada, em setembro de 2017.	111
Figura 49 – Escada projetada especificamente para a casa da Beatriz – entregue à moradora também com o memorial dos cálculos para que pudessem sofrer adaptações.	112
Figura 50 – Locação da escada na obra, realizada junto aos moradores.	113
Figura 51 – Quarto de Beatriz com manchas brancas de mofo na parede.	114
Figura 52 – Fotografias, externa e interna, da construção de Beatriz, em setembro de 2017.	115
Figura 53 – Fundos da edificação de Dona Efigênia: área de enfoque da assessoria técnica.	116
Figura 54 – Trincas no piso da laje de cobertura da moradia de Dona Efigênia.	117
Figura 55 – Evolução da moradia de Dona Efigênia, sendo que a assessoria técnica realizada pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG e pelo grupo da disciplina “Práticas em assessoria técnica” iniciada antes da última etapa de transformações.	118
Figura 56 – Área demandada para a intervenção.	119
Figura 57 – Etapas do processo de compartilhamento de projeto.	119
Figura 58 – Forma de representação utilizada para apresentação da proposta final de intervenção. ...	120
Figura 59 – Intervenção realizada pela moradora: expansão do terraço.	120
Figura 60 - Estrutura para a construção da laje destinada à moradia de Janaína.	123
Figura 61 - Dinâmicas desenvolvidas com os moradores: (1) kit mobiliário; (2) modelo tridimensional; (3) kit mobiliário.	124
Figura 62 – Representação das decisões projetuais entregues à Janaína e ao seu companheiro.	125
Figura 63 – Fotos externas e internas da moradia atual de Sheila.	126
Figura 64 – Corte transversal esquemático do terreno de Sheila e, ao lado, sua fotografia.	127
Figura 65 – Ponto mais alto do lote e, ao lado direito da fotografia, a moradia da tia de Sheila.	128
Figura 66 – O lote de Sheila e a avaliação geológica do terreno, respectivamente.	129
Figura 67 – Esquema apresentado pela moradora sobre o arranjo idealizado para a moradia.	130
Figura 68 – Dinâmica do kit mobiliário + maquete: 1) terreno; 2) amarração da estrutura; 3) caminho da água; IV) montagem final da dinâmica.	131
Figura 69 – Local da construção de Morena.	133
Figura 70 – Paredes a serem demolidas e laje já construída.	134
Figura 71 – Caixa de escada, escoras e parede na encosta de terra.	135
Figura 72 – Primeira dinâmica com a família. Destaque para a escada no kit mobiliário.	136
Figura 73 – Pedreiros da construção de Morena participando do processo de projeto.	137
Figura 74 – Interação da família com o processo. (1) Novembro 2017; (2) fevereiro 2018.	138
Figura 75 – Morena e o projeto-guia na parede da obra.	138
Figura 76 – Moradia de Cláudia (parte externa).	141
Figura 77 – Moradia da Cláudia (parte interna).	142
Figura 78 – Processo de compartilhamento de projeto (apresentação do modelo tridimensional).	142
Figura 79 - Kit mobiliário em experiência de assessoria técnica com Geraldo, na Vila Acaba Mundo em Belo Horizonte-MG, no ano de 2017.	147

Figura 80 - Afastamento entre duas moradias na Vila Acaba Mundo em Belo Horizonte-MG.	148
Figura 81 - Registro de soluções destinadas a escadas. Fotografias obtidas no Conjunto Habitacional Gazuza, em Diadema-SP.....	149
Figura 82 – Diagrama sobre o processo de intervenção do grupo Vivenda.....	158
Figura 83 – Exemplo de entrega de um projeto na página do Facebook da Inova Urbis.....	159
Figura 84 – Cartilhas para soluções coletivas produzidas pela ONG Soluções Urbanas.....	163
Figura 85 – Processo de projeto Arquiteto da Família.....	163
Figura 86 - Processo de projeto da Peabiru junto à população - Parque Estrela -SP (2013).....	165
Figura 87 - Instrumentos de comunicação de projeto junto aos moradores e para os técnicos - Parque Estrela em Guarulhos-SP (2013).....	165
Figura 88 - Linguagem utilizada em processo de decisão de projeto do Mutirão Tânia Maria e Cinco de Dezembro, em Suzano, São Paulo (2010 a 2014).	166
Figura 89 – Metodologia Jogo Oasis.....	168
Figura 90 - Imagens das transformações ocorridas no espaço como fruto do Programa "Tá Bonito".	168
Figura 91 - Desenhos técnicos apresentados pelos técnicos aos moradores.	169
Figura 92 – Metodologia do Programa de Melhorias Habitacionais.....	171
Figura 93 – Requisitos para participar do Programa de Melhorias Habitacionais.	171
Figura 94 – O que pode ser feito no Programa de Melhorias Habitacionais.....	172
Figura 95 – Cartilha do Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.....	174
Figura 96 – Representação de projeto disponível na cartilha do Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.....	174
Figura 97 – Linguagem utilizada para a apresentação de informações técnicas na cartilha do Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.	175
Figura 98 – I Fórum de Athis, promovido pelo CAU/MS.	178

TABELAS

Tabela 1 - Quadro comparativo de referências projetuais.....	185
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O CENÁRIO DE TRABALHO DO ARQUITETO	18
1.1. As cidades contemporâneas: uma breve contextualização	18
1.2. A autoconstrução como resposta possível na luta pela moradia.....	23
1.3. Um debate a respeito da precariedade	36
2. A PRÁTICA PROFISSIONAL: com, sem e apesar dos arquitetos	50
2.1. Construção histórica e social da Arquitetura e a prática dos arquitetos	51
2.2. A outra lógica da prática dos arquitetos urbanistas	57
2.3. Assessoria técnica x Assistência técnica	67
3. DIÁLOGOS: Experiência de assessoria técnica na Vila Acaba Mundo	71
A. Beco da Mina	78
B. Creche Comunitária Terra Nova	94
C. Beatriz e Ailton	98
D. Dona Efigênia	116
E. Janaína	122
F. Sheila	126
G. Morena (Maria das Graças)	133
H. Cláudia	141
3.1. Considerações acerca da prática de assessoria técnica	144
4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS	152
A. Favelar	153
B. Clube da Reforma	154
C. Ambiente Arquitetura	155
D. Moradigna	156
E. Vivenda	157
F. Inova Urbis	158
G. TETO	159
H. Arquitetura na Periferia	160
I. Projeto Arquiteto de Família (ONG Soluções Urbanas)	162
J. Peabiru TCA	164
K. Usina CTAH	166
L. Oasis.....	167
M. “Tá Bonito”	168
N. CODHAB – Habita Brasília e Melhorias Habitacionais.....	170
O. Morar Melhor.....	172
P. Escritório Público	175
Q. Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	176
R. Diálogos (PRAXIS-EA/UFMG).....	176
4.1 Considerações acerca das referências projetuais	177

5. FINALIZANDO.....	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197
ANEXO A: PLANO DE CURSO “PRÁTICAS EM ASSESSORIA TÉCNICA”.....	201

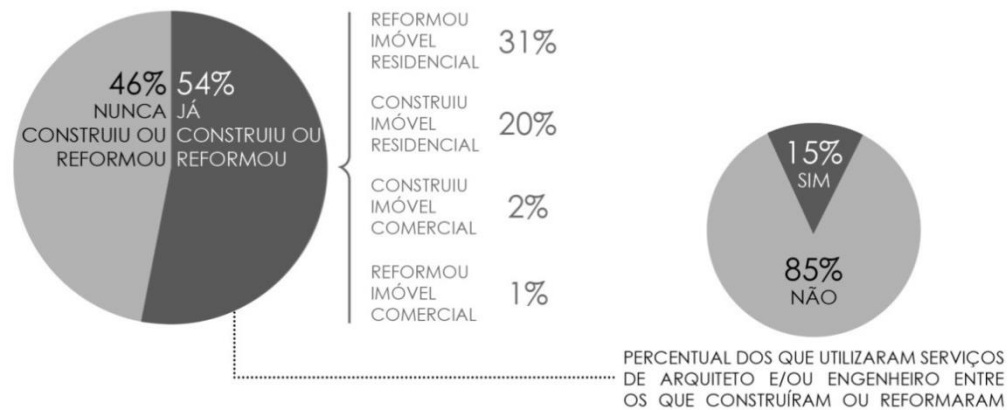
INTRODUÇÃO

As discussões propostas por este trabalho partiram de uma inquietação – pessoal e também compartilhada por colegas arquitetos urbanistas – frente ao quase inexistente campo de atuação profissional no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda. O questionamento a respeito das condicionantes que separam a Arquitetura e o Urbanismo de tal grupo social objetivou, primeiramente, responder quais são as possibilidades, os entraves e os benefícios da atuação do arquiteto neste cenário. Importante apresentar que este trabalho parte do pressuposto de que a associação entre a Arquitetura e a autoconstrução, enquanto prática de produção do espaço por parte da população de baixa renda, pode possibilitar a construção de uma outra cidade, socialmente mais justa.

Esclarece-se, desde já, que o termo “autoconstrução” não condiz apenas à prática de produção do espaço por parte da população de baixa renda. Propõe-se, para esta reflexão, o entendimento de tal prática como o caminho possível para esse grupo social acessar seu direito à moradia em um contexto de mercantilização das cidades e da própria habitação (MORADO NASCIMENTO, 2016b). A autoconstrução é uma prática imposta por pressões econômicas que não são consideradas ideais e justas. Por isso, pretende-se indicar um outro olhar sobre ela, a fim de revogar sua vulnerabilidade frente aos processos de produção do espaço urbano.

Para a reflexão aqui proposta, parte-se da apresentação dos dados da pesquisa realizada em 2015 pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) junto ao Instituto Datafolha a respeito da participação dos arquitetos urbanistas e/ou engenheiros em construções e/ou reformas no Brasil, como ilustrado na Figura 1. A pesquisa revelou que, dentre a parcela de 54% da população brasileira que já construiu ou reformou a sua moradia, 85% os fez sem utilizar o serviço de arquitetura e/ou engenharia, ou seja, sob a prática da autoconstrução.

Figura 1 - Percentual da participação de agentes técnicos nas construções/ reformas no Brasil.



Fonte: Instituto Datafolha e CAU/BR, 2015.

Necessário esclarecer que, dentro destes 85% autoconstrutores, nem todos são de baixa renda. A autoconstrução, ainda que usualmente entendida como a produção de moradias pela população pobre, é uma prática de toda a cidade, visto que apenas 15% daquilo que é produzido para o uso residencial cabe aos profissionais da construção civil – não necessariamente à Arquitetura. Desta forma, faz-se necessário, primeiramente, discutir e investigar esses números para entender o porquê de o arquiteto urbanista quase não fazer parte do cenário da provisão habitacional no Brasil. A partir do entendimento das práticas tradicionais do arquiteto, propõe-se o aprofundamento nas questões relativas à mesma prática profissional no universo da população pobre.

Importante elucidar, também, qual é a parcela da população definida como de baixa renda e sob quais aspectos esta é, aqui, considerada. Para tal definição, parte-se da delimitação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) nos censos populacionais do Brasil. Ela baseia-se na faixa de salário mínimo para definir cinco classes sociais: A, acima de vinte salários mínimos; B, de dez a vinte salários mínimos; C, de quatro a dez salários mínimos; D, de dois a quatro salários mínimos; E, até dois salários mínimos. As classes D e E são consideradas de baixa renda pelo instituto. Já os programas e benefícios sociais do Governo Federal do Brasil, através do Cadastro Único, incluem os cidadãos com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda total de até três salários mínimos como critério para a seleção das famílias beneficiárias. O programa habitacional do Governo Federal Minha Casa Minha Vida, desde 2011 adota a classificação das faixas de renda familiar em reais, ao invés de número de salários mínimos, e define como público beneficiário (para a faixa 1) as famílias que obtêm renda mensal de zero a R\$1600,00. A partir destes dados, entende-se que, baseado no critério dos recursos financeiros, a população

de baixa renda é configurada pelas famílias de renda mensal entre zero e três salários mínimos. Porém, é necessário inferir que, apesar de tal definição aglutinar indivíduos de uma mesma faixa de renda, ela ignora o contexto e o território habitado pelas famílias não inseridas nesta fração de recursos. Soma-se aqui, portanto, o espaço como um condicionante na definição da população de baixa renda e, considerando que a análise proposta por este trabalho se configura enquanto leitura e proposição do/no espaço, insere-se os moradores dos loteamentos periféricos, favelas e ocupações urbanas (MORADO NASCIMENTO, 2016b) nesta categoria social. Por fim, a população de baixa renda é entendida, aqui, como a parcela da população que vive com renda familiar mensal de zero a três salários mínimos e/ou que habita os territórios citados anteriormente.

Como pressuposto deste trabalho, propõe-se que a associação do arquiteto ao autoconstrutor pode potencializar a autoconstrução enquanto prática da população de baixa renda, no sentido de propor transformações das condições das moradias, de forma que respondam melhor às necessidades habitacionais dos moradores. Importante também considerar, a partir de tal atuação, a possibilidade de reversão dos estigmas sociais ligados à prática autoconstrutora, majoritariamente associada à precariedade e à má qualidade. Para isto, é necessário distinguir as imagens negativas socialmente atribuídas à prática da autoconstrução e os reais problemas das moradias e do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda. Nesta perspectiva, a autoconstrução não é tratada como um problema a se erradicar apenas por sua condição de existência, tampouco como palco de ações tecnocratas que impõem um único modo de morar. Propõe-se que seus problemas reais sejam enxergados e que as ações de intervenção, quando necessárias, não correspondam ao modelo de tratamento de problema violento, proibitivo, ordenado e padronizado, comumente utilizado nestes contextos. Assim, a partir da definição das reais dificuldades – e da real precariedade – enfrentadas pelos moradores é que se propõe a atuação do arquiteto.

Ainda importante apresentar que se propõe o exercício profissional baseado na práxis dos autoconstrutores, de forma a agregar informações técnicas em seu processo de construção para fortalecer e potencializar seu próprio processo de tomada de decisão (MORADO NASCIMENTO, 2016a). Para isto, este trabalho objetiva a investigação de métodos e linguagens que fomentem e possibilitem a atuação dos arquitetos no universo da autoconstrução, pretendendo delinear possíveis caminhos para esta associação entre o saber técnico e o saber dos autoconstrutores.

Desde já, é necessário afirmar que as discussões aqui realizadas não propõem a substituição dos moldes tradicionais do exercício da Arquitetura e do Urbanismo. Elas se debruçam sobre a crítica a esses moldes como modelo único de atuação profissional, partindo do pressuposto que estes não se estendem ao universo da autoconstrução. Propõe-se uma atuação sob outra lógica da prática, agindo nas fissuras existentes em meio à prática tradicional, permitindo que os arquitetos e urbanistas incorporem, inclusive, as coexistências das cidades contemporâneas, principalmente no que se refere à autoconstrução de moradias pela população de baixa renda. Necessário também esclarecer sob quais premissas se baseiam as discussões aqui propostas. (I) Sob a luz dos conceitos de Bourdieu (1997), argumenta-se que não é possível, como sociedade, nos tornarmos independentes individualmente, socialmente, nacionalmente ou universalmente. Fazemos parte de um mesmo sistema e, por mais que participemos de diferentes redes de relações, estas compõem um só todo. (II) Sob os conceitos de Morin (2005), entende-se que o conhecimento é alcançado quando se enxerga que os indivíduos são dependentes dos saberes uns dos outros, de forma que estes precisam ser trocados e compartilhados para gerar novas informações. Desta forma, inclui-se a informação como condição necessária no processo de tomada de decisão dos autoconstrutores, justificando a proposição da atuação do arquiteto urbanista nos espaços da autoconstrução como agente capaz de fornecer conhecimento técnico para elaboração e construção das moradias.

O caminho metodológico percorrido para esta investigação partiu de uma breve discussão sobre a produção contemporânea do espaço urbano, a fim de apresentar a autoconstrução como saída para a população de baixa renda acessar o direito à moradia. Além dos conceitos do termo, identificou-se a necessidade de diferenciação das práticas contidas na autoconstrução. Também foram gerados outros questionamentos, principalmente sobre o discurso de precariedade conferido às moradias autoconstruídas, sendo, assim, necessário diferenciar os estigmas sociais aos reais problemas da autoconstrução. Estas investigações integram o Capítulo 1 deste trabalho.

Caminhou-se para o segundo capítulo, centrado na investigação teórica das práticas do arquiteto urbanista, seu histórico de formação e suas metodologias tradicionais de trabalho. Objetivou-se entender a estreita participação destes profissionais frente ao cenário da provisão habitacional no Brasil, principalmente nos espaços habitados pela população de baixa renda. Para isto, foram abordados os métodos e linguagens tradicionalmente utilizados pelos arquitetos urbanistas. Finalizando o segundo capítulo, apresentou-se o debate sobre as necessárias adaptações para que a atuação do arquiteto se estenda aos contextos de baixa

renda, propondo uma outra lógica da prática profissional. A fim de fomentar tal debate – ainda pouco registrado e discutido por acadêmicos e teóricos da área –, identificou-se como necessária a experiência empírica de assessoria técnica, tendo sido realizada na Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte, Minas Gerais. A prática, desempenhada junto ao grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG¹, do qual a autora desta pesquisa é parte, compõe o terceiro capítulo deste trabalho. Concomitantemente, realizou-se um levantamento de iniciativas que já se efetivam no contexto brasileiro e que propõem a atuação técnica para a população de baixa renda – registradas no Capítulo 4. No próximo capítulo, o de número cinco, são apresentadas as considerações finais que puderam se desvelar nesta investigação, seguidas das referências bibliográficas.

Este trabalho se estrutura enquanto um processo inserido em um contexto social, de forma que, ainda que tenha partido de uma pergunta inicial, permitiu que novas indagações fossem fomentadas pelo contexto real da experiência empírica aqui proposta.

As teorias puderam ser investigadas nas experiências empíricas sugeridas e a prática ainda fomentou o desenvolvimento de teorias e de conjecturas não previstas. As hipóteses atuaram como perguntas-guia desta investigação – e não como determinantes para a confirmação de um resultado previsto. A prática e as condicionantes de um trabalho que se efetiva no espaço-tempo real, permitiram que outras indagações se apresentassem durante o processo de desenvolvimento desta dissertação. Importante apontar que esta pesquisa se propõe, além de uma investigação acadêmica, a ser resistência e fissura no sistema de produção e ensino de Arquitetura e Urbanismo, reiterando a autoconstrução também como contexto de trabalho dos arquitetos. Esta análise produz, por fim, além da investigação e da experimentação, a criação de outras realidades possíveis para o espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda.

¹ PRAXIS é um grupo de pesquisa do CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Denise Morado Nascimento, sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG (EA/UFMG), com projetos financiados pela FAPEMIG, CNPq e PROEX/UFMG. O projeto “Diálogos” é composto atualmente pelos seguintes pesquisadores: Profa. Denise Morado Nascimento, Gabriel da Cruz Nascimento, Geruza Lustosa de Andrade Tibo, Juliana de Faria Linhares, Letícia Campos Araújo Pádua, Lucas Dias Franco Afonso e Rafael Gomes Duarte. Mais informações: <http://www.arq.ufmg.br/praxis>

1. O CENÁRIO DE TRABALHO DO ARQUITETO

1.1. As cidades contemporâneas: uma breve contextualização

A cidade contemporânea é o universo de discussão e de atuação do arquiteto. A partir dos efeitos da globalização e seus poderes extraterritoriais, novas relações sociais foram impostas à sociedade (BAUMAN, 2003): os indivíduos passaram a ser vistos como consumidores, tanto do espaço quanto do mercado em si, e o capital se tornou o mandante destas novas relações. O palco deste novo contexto é o espaço urbano. Nele, os poderes se traduzem e ficam marcadas as desigualdades impostas pelo modelo econômico, político e social. Harvey (2014, p.30) apresenta que, historicamente, “as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção”, sendo a urbanização, portanto, um tipo de fenômeno de classe no qual o capitalismo buscou e continua buscando “canais de extração de renda” (HOLSTON, 2013. p.224), a fim de manter seu “ciclo de expansão da produção de excedentes” (HARVEY, 2014, p.31). A cidade passa a ser, portanto, essencial para a reprodução do capital e palco das ações advindas da associação Estado-capital, união que é abarcada por diversos críticos do capitalismo e lida, aqui, a partir de Morado Nascimento (2016a) como marca do padrão neoliberal de produção do espaço urbano. O entendimento desta associação é tomado como importante a partir do momento em que as ações e interesses do poder público se atrelam aos do mercado. Este espaço-mercadoria é arena de disputas de interesse e jogos de poder onde quem dita as regras é o capital.

Bauman (2003, p.100) apresenta uma reflexão sobre as transformações sociais impostas pelo modelo econômico e defende que, com a diminuição das ações paternas do Estado, que não mais protege a população “das oscilações do mercado e dos caprichos de um destino determinado por ele”, fica nas mãos de cada indivíduo o encargo por uma vida decente e pelo enfrentamento das adversidades do mercado. É de responsabilidade individual a solução dos problemas dos habitantes, ainda que estes sejam coletivos. Para o autor, a população, que antes era movida pela forte atuação do Estado e vivia sob sua vigilância e controle de conduta, agora caminha sozinha sob um automonitoramento, ditado pela competitividade, individualidade e consumo. Tudo isto de forma tão eficiente ao sistema de dominação quanto o antigo, “apenas bem mais barato” (BAUMAN, 2003, p.155). O novo processo de relação de dominação é proposto também por Foucault (*apud* HAESBAERT, 2014), como uma forma de domínio exercida através de dispositivos de poder mais diluídos e fluídos sobre a sociedade. Desta forma, Bauman argumenta que o indivíduo é levado a buscar a segurança de suas

condições de vida através do lugar, ou seja, da sua inserção no espaço físico. Porém, como já foi contextualizado por Harvey (2014), esse espaço físico é o lugar da reprodução do capital e a cidade é fonte de mais-valia, o que faz com que o fator determinante para as condições de vida dos indivíduos e de suas posições socioespaciais, seja seu poder de compra.

A busca por segurança, portanto, não é bem sucedida por todos os cidadãos. Aqueles que podem pagar pelo alto preço do solo urbano estão bem localizados, tem moradia reconhecida, acessam os serviços de transporte, lazer, saúde e educação. Aos pobres urbanos restam as “periferias ilegais, autoconstruídas e remotas” (HOLSTON, 2013, p. 257), onde inexistente o direito à cidade. Este, fica cada vez mais restrito à classe dominante e poderosa, que dita as condições de vida e do espaço, de acordo com suas necessidades e anseios e tem o Estado a seu favor. O Estado, forte quando associado ao capital, cria as condições necessárias para que a acumulação se realize e se reproduza na cidade, sendo complacente às ações especulativas dos interesses privados e permitindo a atuação da classe dominante sobre o espaço de forma a garantir seus negócios e lucros mesmo que isso modifique os rumos dos planos e legislações locais. Isto leva à garantia dos privilégios da classe dominante e reprodução do sistema excludente. Tal afirmação é fundamentada por Maricato (2000, p. 157), que defende que “as obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia”, sendo assim escolhidas de acordo com as possibilidades de aplicação e reprodução do capital e não com as necessidades e direitos da população urbana. Com base na autora, o Urbanismo e as políticas habitacionais voltadas aos interesses do mercado, não se estendem, portanto, à população pobre, visto que, na maioria das vezes, está inserida em áreas que não garantem lucros aos empreendedores e, por isto, não são alvo de investimentos e de ações de inserção de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana. A estruturação do espaço urbano, portanto, reafirma as desigualdades e mantém as estruturas sociais de dominação intactas, estabelecendo a posição de cada classe social no espaço físico (BOURDIEU, 1997). Materializam-se as disparidades sociais e a segregação do território é a própria lógica de sua produção. Viver em áreas precárias não é uma escolha: torna-se uma imposição diante da cidade neoliberal que configura o espaço em prol dos interesses privados e assegura a ordem social e os poderes da classe dominante.

Analisando a segregação e a desigualdade social das cidades contemporâneas, Thiry-Cherques (2006, p.38) afirma que, para Pierre Bourdieu, a desigualdade está no “âmago do próprio sistema”, sendo desejada, reafirmada pelo aparelho de dominação e interiorizada pela sociedade, ainda que inconscientemente. Isto acontece a partir da incorporação de uma cultura

determinada dominante e da estrutura social estabelecida por esta. Ou seja, tal diferenciação é própria da vida em sociedade e é de total interesse das classes mais poderosas. Segundo Bourdieu, as condições sociais são diferenciadas de acordo com a posse de capitais de cada cidadão “no sentido dos bens econômicos, mas também do conjunto de bens culturais, sociais, simbólicos etc” (THIERY-CHERQUES, 2006, p.36). Portanto, aquele cidadão que detém mais capital, tem mais poder e se situa em posições sociais privilegiadas. O restante da sociedade, sob o domínio de práticas carregadas de violência simbólica e incorporadas ao inconsciente coletivo, naturaliza sua condição diminuída de acesso às possibilidades. A luta de classes, política e mediada pelo poder, se reafirma, então, assimétrica. Bourdieu (*apud* THIERY-CHERQUES, 2006, p.37) ainda acrescenta que “a forma como o capital é repartido dispõe as relações internas ao campo, isto é, dá a sua estrutura”. Desta forma, não se questionam os privilégios. A violência da dominação é quase invisível e as hierarquias e relações de força são tão incorporadas que já se inscrevem no espaço ditando o lugar do rico e o lugar do pobre. Dialogando com esta leitura, Ribeiro (2012, p.27) aponta que “em uma sociedade de classes, na qual o acesso à riqueza se realiza de modo desigual, a paisagem produzida é a expressão dessa condição”, estabelecendo as favelas como os espaços a serem ocupados pela população de baixa renda e os condomínios fechados e “protegidos” os espaços dedicados à população mais abastada.

Mesmo que a desigualdade seja intrínseca à sociedade, é preciso abordá-la criticamente. Isto porque é no espaço urbano, objeto de discussão deste trabalho, que ela se concretiza. Sob a ótica de Bourdieu (1997), a diferenciação dos cidadãos é instituída pelo espaço urbano, da mesma forma em que o espaço urbano é determinado pelas diferentes condições e atuações dos atores sociais. A posição social de cada cidadão, ao se materializar no espaço e dar a sua estrutura, também cristaliza a estrutura de classes e as desigualdades sociais. Isto porque é mais difícil e custoso se alterar a posição social de um indivíduo quando é preciso transformar também sua posição física (BOURDIEU, 1997). Ainda segundo o mesmo autor, o lugar social que se inscreve no espaço físico, distanciando o indivíduo menos favorecido dos serviços e equipamentos urbanos, se inscreve também no espaço mental e corporificado, ditando o que cabe ou não ser apropriado por cada um. Desta forma, a inserção dos cidadãos na cidade assegura o domínio econômico e simbólico dos agentes dominantes, já que “a nossa posição em um campo, determina a forma como consumimos não só as coisas, mas também o ensino, a política, as artes” (THIERY-CHERQUES, 2006, p.36). A partir do momento em que a posição espacial do indivíduo passa a diferenciar as oportunidades deste em relação aos seus

direitos à vida urbana e às suas possibilidades de escolha, a sociedade passa a ser violenta e opressora.

Em uma sociedade desigual, expressa pela própria paisagem da cidade, haverá acessos distintos à riqueza produzida e, por isso, a produção dos lugares apresentará morfologias diferenciadas devido ao tipo de acesso a materiais de construção, à produção de uma tipologia de edificações diversificada, a métodos construtivos diferentes, à restrição a apropriação dos lugares pela propriedade privada da terra, isso tudo colocando em relevo a prática socioespacial determinada pelas relações de desigualdade. (RIBEIRO, 2012, p.30)

Como proposto por Bourdieu (1997) e Ribeiro (2002), a cidade se diferencia e se estrutura conforme o acesso que cada cidadão tem ao capital. No contexto capitalista, as condições de acesso são díspares e o poder de aquisição de um indivíduo determina a sua inserção no espaço urbano. O lugar do rico e do pobre é diferenciado desde as possibilidades individuais de compra da moradia até as condições de vida de cada morador. Para Bourdieu (1997), a moradia é estruturada pela lógica desigual da cidade e, ao mesmo tempo, estrutura a cidade como um todo. O espaço urbano reafirma as desigualdades e as impossibilidades dos pobres: com o direito de compra a frente do de decisão, as condições de vida só são escolhidas e asseguradas por aqueles que podem pagar o preço de suas escolhas. Perante um Estado fraco no que diz respeito ao papel de garantir os direitos sociais de todos os cidadãos e forte ao se manter a favor dos interesses do capital, mantém-se o direito de decisão condicionado ao poder de compra. Resta à população de baixa renda os restos, aquilo que não foi escolhido por ninguém, na ilegalidade, na precariedade.

Importante abordar e discutir a desigualdade neste trabalho para justificar a proposta de atuação dos arquitetos junto à população de baixa renda. O espaço habitado pela população de baixa renda é, para além da sua forma final física, um produto da estrutura histórica e social em que está inserido. Se o campo da Arquitetura e do Urbanismo é responsável pela produção social do espaço urbano e pela inserção dos cidadãos nele, a ação dos arquitetos é determinante na reprodução das desigualdades e no estabelecimento de relações hierárquicas, violentas e opressoras na sociedade. Inserido e não desvencilhado da realidade social e do contexto dos arquitetos urbanistas, este trabalho atua enquanto pesquisa acadêmica, porém socialmente situada e não neutra. Assume-se uma investigação politicamente posicionada, a favor da luta da população pobre pelo direito à moradia, e carrega-se nesta pesquisa o comprometimento social de produzir conhecimento voltado para a transformação de realidades.

O direito à moradia é constitucional. Por isso, a sua garantia é de compromisso e responsabilidade do Estado. Como já foi apontado anteriormente, sob a ótica de Morado Nascimento (2016a), a associação Estado-Capital acaba por delegar ao empresariado a incumbência da provisão de habitação de interesse social. Calcado por um discurso de representar os interesses coletivos, mas agindo para garantir os lucros individuais do mercado, esta é uma resposta dada estrategicamente pelo Estado em um contexto no qual ele sente o seu poder ameaçado perante o conflito de interesses da população e dos empreendedores. De um lado, a população requer ações públicas em relação à moradia e, de outro, os empreendedores precisam da cidade para produzirem capital e de novos investimentos no espaço para se reproduzirem (SANCHES, 1999).

Nesse contexto, inauguram-se programas como o Minha Casa Minha Vida. Sob o discurso de supressão do déficit habitacional, eles garantem que os “interesses econômicos e argumentos políticos sobressaiam diante das necessidades habitacionais dos moradores de baixa renda” (MORADO NASCIMENTO, 2016a, p.160). Para o mercado, significa o subsídio dos fundos públicos na “produção de novas localidades para a expansão do mercado imobiliário” (MARICATO, 2011, p.80), a garantia da reprodução do capital, o superfaturamento da construção de conjuntos habitacionais e o reforço ao consumo como inerente à inserção social. Para os moradores, representa apartamentos padrão em dimensões estabelecidas como mínimas para a habitabilidade, implantados em terrenos distantes dos serviços e equipamentos, sob lógicas que não refletem o mundo de vida dos moradores e que forjam o sentido de comunidade (MORADO NASCIMENTO, 2016a). Questiona-se, então, os moldes de qualidade destes projetos, na medida em que padronizam os distintos arranjos familiares, desconsideram a individualidade e a cultura dos moradores e impõem, através do modelo espacial, um estilo de vida burguês e “ordenado”, típico da cidade formalmente reconhecida. Para Morado Nascimento (2016a, p.150), estabelece-se um “padrão nacional de moradia social”, regido pelas diretrizes mínimas estabelecidas pela conjectura técnico-financeira, em moldes de propriedade privada condominial e como “produto massificado de apartamentos genéricos nas periferias da cidade, sem urbanidade e precarizadas pela falta de serviços públicos e urbanos” (MORADO NASCIMENTO, 2016a, p.160).

Os programas de habitação de interesse social refletem a lógica da “superação e reposição das desigualdades sociais” (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2015, p.170), na medida em que é dado o acesso à moradia, mas não o direito à cidade. Inclui o cidadão como proprietário, mas o distancia ainda mais da vida pública e da sua mudança de posição social. Sob o discurso do

déficit habitacional, produzem moradias que, apesar de regularizadas pelo poder público e encaixadas nos moldes e padrões impostos pelas normas sociais vigentes, ainda são segregadas, excluídas e carregadas de estigmas sociais (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2015). Desta forma, os programas públicos de acesso à moradia respondem ao sistema de dominação e de reprodução do capital, mas não às necessidades habitacionais, que são, aqui, entendidas como “muito além do abrigo, mas como processo de morar” (MATOS; LINHARES; SILVA, 2016, p.173).

A produção habitacional de interesse social, portanto, cabe mais ao sistema de reprodução de capital que aos arquitetos urbanistas, uma vez que estes têm um papel limitado, condicionado às exigências de seus patrões. Neste contexto, o arquiteto é um “trabalhador contratado ou subcontratado, muitas vezes de forma precarizada, para desenvolver determinadas atividades, nem sempre relacionadas ao potencial conteúdo criativo da profissão, na cadeia de produção privada da habitação” (SHIMBO, 2001, p.209). Por fim, e em resposta a esta produção, é necessário afirmar que a visão proposta por este trabalho parte de um olhar em que a moradia não é objeto e nem mercadoria. Ela é processo de produção da cidade, fruto de sua estrutura, fazendo parte da dinâmica espacial e social do espaço. O sentido proposto para a discussão da moradia é adverso à sua padronização e a favor das diferenças do morar, identificando o produto final da moradia como resultante do processo de sua produção social e também individual, inserido na cultura de cada habitante. A diversidade das habitações autoconstruídas, em contraproposta à uniformização da produção de casas, é um adjetivo no universo de produção do espaço, sendo esta mais uma justificativa à proposta desta pesquisa.

1.2. A autoconstrução como resposta possível na luta pela moradia

Primeiramente, é preciso definir sobre quais conceitos as discussões aqui presentes serão pautadas. A partir de Morado Nascimento (2016b, p.19) define-se a autoconstrução como:

A provisão de moradia onde a família, de posse de um lote urbano, obtido no mercado formal ou informal, decide e constrói por conta própria sua casa, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão-de-obra familiar, de amigos ou contratada [...] sem a interferência ou a participação daqueles que detêm o conhecimento codificado (seja de qualquer natureza).

Retoma-se o dado do CAU/BR e do Instituto Datafolha (2015): 85% das edificações no Brasil têm sido projetadas e construídas na perspectiva na autoconstrução. Esta porcentagem não é, inteiramente, composta pela população pobre. Acrescenta-se que 80% da população brasileira vive na ilegalidade, no que se refere ao acesso ao solo urbano e à moradia em si (TIBO,

2011). Desta forma, a maior parte da cidade, formalmente reconhecida ou não, não está regulada pelo Estado e nem passou nas mãos de técnicos da área da construção civil. Isto significa que a autoconstrução é uma prática recorrente nas cidades brasileiras, independente da classe de renda que a pratica: ela não é a exceção e sim a regra de produção do espaço urbano.

Dentro do conceito de autoconstrução existem diferentes práticas que se distinguem de acordo com seu contexto, agentes e motivações, para além da produção contar ou não com o auxílio técnico de profissionais habilitados academicamente. A reflexão aqui proposta pretende indicar, referenciada nas discussões previamente tratadas e a partir da conceituação de Morado Nascimento (2016b), a autoconstrução como a resposta possível da população de baixa renda frente às políticas urbanas de provisão de moradia, construída muitas vezes sob a necessidade urgente de abrigo. Esta prática é “caracterizada por se dar predominantemente em terrenos não regularizados e, em grande parte, com infraestrutura precária ou inexistente” (BRASIL *apud* MORADO NASCIMENTO, 2016b, p.19), em locais desprezados pelo mercado e sem investimentos de serviços urbanos. As moradias autoconstruídas são respostas imediatas às demandas dos habitantes e se transformam ao longo do tempo de acordo com as necessidades e possibilidades financeiras das famílias.

A autoconstrução é grosseiramente entendida como prática de produção do espaço urbano sem o auxílio técnico. Dedicando um pouco mais de cautela à sua definição, revela-se uma prática de quase toda a cidade (85% da população). Ao analisá-la mais profundamente, a partir de sua origem e contexto socioespacial, a autoconstrução passou a pertencer à população de baixa renda e se justificar enquanto caminho possível na luta por moradia. O conceito abarcado pela prática se ampliou a partir das experiências empíricas de assessoria técnica feitas na Vila Acaba Mundo, que serão apresentadas neste trabalho.

As experiências de assessoria técnica realizadas durante esta pesquisa revelaram, por exemplo, que dentro de um mesmo território (Vila Acaba Mundo) a prática autoconstrutora se diferencia: os autoconstrutores não são iguais e nem são movidos pelos mesmos interesses. Em consequência de tal observação, propôs-se a ampliação do entendimento da autoconstrução para uma prática que contém, dentro de si, distintas motivações, contextos e práticas (MORADO NASCIMENTO; TIBO; LINHARES, 2018, no prelo). O espaço autoconstruído é para além de seu conceito genérico de uma única e espessa técnica exercida por um grupo coeso e motivado pelas mesmas questões. Se o que se busca é reconhecer e

compreender as realidades dos contextos autoconstruídos para propor uma atuação mais condizente com a realidade do autoconstrutor, é necessário o entendimento das questões históricas e socioespaciais que compõem cada tipo de autoconstrução.

Sugere-se, a partir de Morado Nascimento, Tibo e Linhares (2018, no prelo), a decomposição da autoconstrução nas seguintes linhas de análise: renda e recursos financeiros, território, tempo, agentes, práticas construtivas, autonomia e cultura. Desta forma, é possível entender a autoconstrução a partir dos aspectos e das condições que induziram sua prática, função, uso e materialidade e, assim, propor um melhor direcionamento da atuação técnica. A respeito das linhas propostas para a decomposição do conceito, é importante afirmar que os aspectos que diferenciam a prática autoconstrutora podem se inter-relacionar e se recombinar.

Um primeiro, e mais claro, aspecto que diferencia a autoconstrução é a renda e os recursos financeiros disponíveis para o investimento na moradia. Visto que esta é uma prática comum na cidade, mas motivada por diferentes necessidades e desejos, a renda já é um fator que diferencia a prática em todos os sentidos. Além disto, importante observar que, dentro de uma mesma classe de renda, a prática autoconstrutora também pode se diferenciar de acordo com os outros aspectos que a compõem. Portanto, a renda influencia os outros condicionantes que induzem a prática da autoconstrução, de forma que os estrutura e é, também, estruturada por eles, em confluência às teorias trabalhadas por Bourdieu (1997). Se o poder de compra (renda) condiciona o território e o lugar do indivíduo na cidade, o espaço onde a prática da autoconstrução está inserida é um componente do seu conceito.

O território se configura, portanto, como outro fator de decomposição da autoconstrução. Segundo Morado Nascimento (2016b), é importante notar que a prática da autoconstrução dos pobres urbanos se diferencia de acordo com o seu local de produção: os loteamentos periféricos, as favelas e as ocupações urbanas. Isto porque cada um destes se particulariza de acordo com a posse dos moradores sobre a terra, na forma de ocupar o espaço por conta da urgência da ocupação e na maneira de produzir a moradia ao longo do tempo. Menciona-se, para esta análise, a diferenciação das patologias e da qualidade construtiva das edificações em cada um destes espaços em razão de suas motivações, tempo e recursos – e suas inter-relações.

Nos loteamentos periféricos, há a compra do lote (legal ou ilegal), o que traz a segurança da posse e faz com que as decisões construtivas possam levar mais tempo para serem tomadas. Como a obra se desenvolve por meio da obtenção de materiais ao longo do tempo, as

patologias construtivas presentes nas moradias são mínimas, ou mesmo inexistentes. Ainda segundo Morado Nascimento (2016b), há grande capacidade autoconstrutiva nestes espaços pelas técnicas de construção se estabelecerem a partir da observação ou experiência com a construção civil, amigos e família. Há também um tempo maior para a construção, uma vez que esta ocupação não se dá pela necessidade urgente de moradia e, também, por este contexto contar com maior possibilidade de contratação de mão de obra. Nas favelas, as características das moradias autoconstruídas permanecem, mas, como os terrenos são ocupados de forma espontânea, as questões de infraestrutura e os serviços urbanos são mais precários, assim como os instrumentos de luta política por sua implementação. Ao longo da história, as favelas acabam sendo reconhecidas pelos processos de urbanização pelo Estado e, as moradias, que se edificam em bases autoconstruídas, autônomas e precárias, se transformam e contam com aprimoramentos ao decorrer do tempo (MORADO NASCIMENTO, 2016b). Neste contexto, os moradores ficam reféns das ações do Estado, seja de intervenção ou mesmo de remoção e realocação das famílias. Questões de infraestrutura urbana, como o esgotamento sanitário, podem, também, extrapolar os espaços comuns e influenciar nas condições da moradia. Nas ocupações urbanas, que se iniciam a partir de uma luta organizada por moradia, a autoconstrução é uma prática de emergência para o enfrentamento político e não há qualquer segurança de posse. Por conta da urgência, as moradias se concretizam em baixa qualidade e seu processo de melhoria vem concomitante ao uso da habitação. Algumas vezes, contam com o auxílio de redes sociais, podendo abarcar a atuação de arquitetos e urbanistas. Ainda segundo Morado Nascimento (2016b) a lógica da prática da autoconstrução nas ocupações urbanas é referenciada pela sobrevivência imediata dos moradores e urgência de sua consolidação, resultando em patologias construtivas explícitas nas casas, a princípio mínimas e extremamente frágeis.

A conceituação da autoconstrução se decompõe também no tempo utilizado na prática autoconstrutora, sendo outro aspecto que compõe a derivação do termo (MORADO NASCIMENTO, TIBO, LINHARES, 2018, no prelo). Os territórios autoconstruídos são envoltos por processos de acumulação de recursos financeiros conjuntamente à realização da obra, o que faz com que a disponibilidade de recursos financeiros para a compra dos materiais e contratação de mão de obra influencie no período de tempo necessário para a construção. Distinguem-se também os processos de decisão utilizados nesta prática, de forma que os tempos do planejamento da Arquitetura e do Urbanismo, da Engenharia, da ciência e do Estado-Capital sejam distintos do tempo da autoconstrução. Assim, configura-se outro

aspecto que compõe o conceito, pois os agentes que se envolvem nestas práticas são aqueles que conseguem acompanhar e caminhar junto a tal processo e tempo.

A respeito dos agentes envolvidos nos processos de autoconstrução, a renda define, a princípio e na maioria dos casos, as possibilidades de contratação de técnicos, como os arquitetos e urbanistas. Esta define também o tipo de mão de obra a ser utilizada na execução da construção, sendo que se diferencia quando executada pelos próprios moradores, família e amigos ou por contratação de mão de obra especializada. Uma variável a ser considerada é a formação técnica do executor. O especialista, geralmente, caminha junto a um arcabouço maior de soluções construtivas, mas é um agente externo à experiência do morar. Assim, esta acaba se configurando como uma prática distinta daquela executada pelos próprios moradores, inseridos na experiência do morar. A autoconstrução, quando realizada pelos moradores, costuma se efetivar a partir de técnicas construtivas tradicionais aprendidas em seu contexto histórico, nos finais de semana e depois dos expedientes. A escolha das técnicas construtivas é também um aspecto da derivação do conceito.

Outro agente importante a ser destacado é o Estado. Na maioria das vezes, é omissivo, e atua de forma impositiva e associado ao capital – como já foi trabalhado neste capítulo.

O depósito de material de construção mais próximo ou mais barato também merece reconhecimento na medida em que determina o uso de materiais e/ou técnicas pelo seu baixo preço, suas regras de financiamento ou por facilitar a contratação de determinado serviço.

Inseridos em um sistema social, a cultura dos autoconstrutores, para além de influenciar a escolha das técnicas construtivas, se configura como aspecto que compõe a prática autoconstrutora. A cultura, a partir de Marteleto (1995, p.2), é o “conjunto dos artefatos construídos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens) pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem sua vida material e simbólica.” Isto faz com que as práticas e técnicas construtivas dos autoconstrutores sejam questões inseridas em um determinado contexto sociohistórico e cultural que diferenciam os padrões sociais e definem questões identitárias. Sendo este contexto passível de atualizações e ressignificações, ele recebe as influências do território, renda, tempo, agentes e autonomia do morador, possibilitando sua própria transformação e a diferenciação da autoconstrução. A cultura dos autoconstrutores não é um padrão fixo de práticas estanques e intocáveis e permite a configuração de distintas práticas em um mesmo contexto cultural. Havendo a possibilidade da inserção de novos agentes nestes contextos, a cultura permite a atualização e inserção de

novas informações em seu espaço social. Importante inserir a questão da atuação técnica como também influenciada pelos padrões sociais historicamente estabelecidos, de forma que estes resultam, por exemplo, na ausência de auxílio técnico por este não fazer parte do contexto cultural e social dos moradores.

A autonomia do autoconstrutor em decidir, sendo suas escolhas condicionadas ao seu preço e, também, às normas sociais e culturais vigentes, se inclui na diferenciação das práticas autoconstrutoras. A questão se relaciona à possibilidade de tomada de decisão, não apenas na construção em si, mas também em suas relações com o espaço urbano e com a sociedade. A autoconstrução não está contida apenas na materialidade física da casa. Ela deve ser vista como uma prática do processo de morar. Pondera-se que, enquanto inseridos em uma estrutura social, o ato de construir faz parte da reprodução do sistema de regras e limites socialmente aceitos e enraizados (TIBO, 2016). Importante também citar o agente técnico, profissional do campo de Arquitetura, Urbanismo ou Engenharia, que pouco participa da autoconstrução, mas que, se atuante, pode diferenciar a prática autoconstrutora. Esta diferenciação se dá a partir das metodologias utilizadas e das possibilidades de manutenção do poder de decisão nas mãos do autoconstrutor, ou seja, de sua autonomia².

Em resumo às questões trabalhadas nesta discussão, registradas por Morado Nascimento, Tibo e Linhares (2018, no prelo), sugere-se que a autoconstrução possa ser decomposta em sete linhas de análise (renda e recursos financeiros, território, tempo, agentes, práticas construtivas, autonomia e cultura), resultantes das observações práticas e experiências vivenciadas em trabalho de campo. Considera-se, assim, que a observação destes aspectos é essencial para o entendimento do contexto vivenciado pela família autoconstrutora. A análise destas condicionantes propõe, por fim, que as práticas de atuação do arquiteto urbanista nos espaços urbanos autoconstruídos devem também se diferenciar, de acordo com tais especificidades. Desta forma, reafirmam-se necessárias as adaptações nas metodologias de atuação técnica nas distintas realidades dos contextos autoconstruídos.

Retornando à discussão da inserção da população de baixa renda no contexto das cidades brasileiras, todos os espaços habitados por ela, exceto algumas ocupações urbanas mais recentes que se organizam exatamente para ocupar terras que vêm sendo especuladas e que estão sob os olhares do capital, compõem áreas de desinteresse do mercado. Sem investimento

² Retoma-se que o conceito de autonomia é aqui conceituado a partir de Morin (2005), como apresentado na introdução deste trabalho.

e infraestrutura adequada, as cidades dos pobres expandiram-se horizontalmente, de forma rápida e desordenada, irregular perante o poder público, em loteamentos dispersos, grilados, ocupados ou até mesmo vendidos, mas sem saneamento, transporte público ou pavimentação (FERRO, 2006). Ali foram edificadas casas e barracos de madeira com materiais disponíveis e possíveis, arrecadados por mutirões aos fins de tarde e finais de semana. A este esforço coletivo de autoconstrução, Ferro (2006) atribui um valor de uso social. Ainda segundo o autor, a autoconstrução como prática imposta por pressões econômicas, mesmo enquanto propriedade privada, atinge função de valor social por sua necessidade universal de classe, ou seja, por ser uma prática de real interesse social. Ela permite que se reverta a lógica de moradia-mercadoria para moradia-direito, sendo esta uma questão estrutural sobre a produção do espaço urbano. Apesar disto, o estigma social ligado à autoconstrução é inegável, já que apenas os espaços autoconstruídos pelos pobres carregam discriminação, preconceito e não são reconhecidos como parte da cidade, mesmo sendo produzidos e fruto de sua estrutura histórica e social.

A morfologia espacial é produzida pelas relações tecidas no lugar e pelas determinações do movimento da urbanização. Nesse sentido, as precarizações, vistas primeiramente pelas casas, possuem um conteúdo referente a uma morfologia social revelando o conteúdo periférico não apenas no âmbito da localização, mas, sobretudo, em um espaço social produzido pelo não acesso à riqueza. (RIBEIRO, 2012, p.288)

Os problemas ligados às favelas, loteamentos periféricos e ocupações urbanas, extrapolam àqueles impostos pelo discurso dominante, que os associa apenas à desordem, má qualidade, violência e tráfico. Dentre as reais condições que conferem o sentido negativo a estes espaços estão: a precariedade da vida destes moradores no sentido da impossibilidade de acesso aos serviços urbanos, a qualidade da habitação vinculada à pobreza, a insalubridade por conta da falta de saneamento adequada, a insegurança de posse e de construção dos moradores, suas condições de saúde e a redução de oportunidades conferidas a seus habitantes por conta dos estigmas sociais.

Insere-se também a discussão da autoconstrução como sobretrabalho e exploração do trabalhador e do exímio do Estado no cumprimento de sua função social (FERRO, 2006; MORADO NASCIMENTO, 2016b). Há uma linha de distinção, portanto, entre onde começam os estigmas da tecnocracia e da própria sociedade e onde estão os reais problemas

das moradias e do espaço urbano autoconstruído³ (pela população de baixa renda). Esta diferenciação é proposta, então, como necessária, de forma que as políticas e projetos para a cidade autoconstruída se reúnam em torno da solução da precariedade a partir das lógicas ali envolvidas e não sob a práxis tecnocrática vigente de atuação do campo de Arquitetura e Urbanismo e de produção do espaço urbano que buscam ordenar, embelezar e padronizar a cidade.

Quando as ações de incentivo se voltam para a cidade autoconstruída, a prática comumente empregada se apresenta sob as lógicas anteriormente discutidas, nas quais os programas beneficiam mais as empresas privadas do que os próprios moradores e o espaço urbano. Estas ações efetivam o valor de mercadoria da moradia. Além disso, as intervenções são traçadas a partir de uma ótica distante da realidade dos moradores. Esta afirmativa se baseia em Souza (2011), que faz uma crítica ao modelo de planejamento e de gestão das cidades, na medida em que negligencia o morador dos processos de decisão sobre as ações a serem propostas pelo Estado e não reconhece suas práticas autônomas de produção do espaço como processo de morar e de viver em sociedade. A população é apenas a receptora de um planejamento que pensa e analisa o ambiente urbano em uma “visão de sobrevoo”, assim nomeado por Souza (2011, p.161), de modo dissociado do diálogo com os usuários do espaço. Essa postura de olhar de longe, “típica do aparelho de Estado”, apenas tangencia as situações vividas por essa população, resultando em uma análise que não agrega os modos de vida desses moradores e acaba por refletir em projetos que, muitas vezes, não são apropriados pelos mesmos (SOUZA, 2011, p. 161). Além disso, por melhor qualidade técnica que o espaço planejado tenha, a depender do ponto de vista de quem o analisa, nem sempre corresponde às demandas socioespaciais dos moradores locais. Para o mesmo autor, este modelo de intervenção subestima a potência autogestionária e autoplanejadora dos usuários do espaço, de forma a não enxergar, a partir delas, as reais necessidades habitacionais da população de acordo com suas possibilidades financeiras, contextos culturais e maneiras de morar.

³ Importante lembrar que a autoconstrução não é uma prática apenas da população de baixa renda, mas, para os fins pretendidos neste trabalho, dota-se a palavra de sua significância enquanto prática construtiva da população de baixa renda na luta por moradia.

Figura 2 - Adaptações externas realizadas por moradores de Conjunto Habitacional Cazuzu em Diadema, São Paulo. As áreas representadas por tijolo cerâmico estrutural são as originais do projeto – as demais são intervenções.



Fonte: Registro da autora, 2017.

Ao propor ações baseadas na lógica da cidade formal e do sistema produtivo, as intervenções no espaço urbano autoconstruído se apresentam autoritárias, tecnocratas e perpetuam a segregação. Como proposto por Ribeiro (2012, p.313), a estruturação espacial baseada nas técnicas reconhecidas e estabelecidas pelo campo profissional se configura como a forma mais eficaz de padronizar para que se possa controlar e ordenar o que “na ‘aparência’, é aleatório”.

O pensamento dos tecnocratas oscila entre a representação de um espaço vazio, quase geométrico, tão-somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente pleno, ocupado pelos resultados dessas lógicas e estratégias. Eles não percebem, em primeiro lugar, que todo espaço é produto, e, em seguida, que esse produto não resulta do pensamento conceitual, o qual não é, imediatamente, força produtiva. O espaço, considerado como produto, resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante (LEFEBVRE *apud* RIBEIRO, 2012, p.313).

A autoconstrução se apresenta, também, como reflexo da ineficácia dos programas habitacionais de interesse social, visto que a própria população ainda precisa se encarregar de suprir sua necessidade de moradia a partir de sua lógica própria. A materialização de um espaço é fruto das práticas que o produzem, como resultado da história, da cultura, da situação socioeconômica e das particularidades de seus construtores, e não de uma aleatoriedade projetada sob um plano de fundo branco. Este argumento vai de encontro ao proposto por Jacques (2002), na medida em que a autora aponta que o contexto social e cultural presente na cidade autoconstruída é diferente do contexto da cidade nomeada formal e, por isto, ela deve

ser lida como tal. Como proposto pela autora, sua lógica da produção espacial é distinta e não pode ser reproduzida em lugares autoconstruídos, ignorando a dimensão cultural e não respeitando as práticas e ações dos moradores do local. É importante ressaltar que não se propõe o exímio da responsabilidade dos profissionais habilitados academicamente na reconfiguração destes espaços. O que se sugere é que sejam questionados os moldes destas intervenções e proposta uma atuação condizente com a realidade, cultura e necessidades reais dos moradores para que, assim, possa se transformar a condição de precariedade envolvida nestes espaços.

A questão da habitação autoconstruída como “lugar do pobre” e como fruto da ação autônoma dos indivíduos por não perpassar pelo mercado ou pelo Estado e não ser de interesse de nenhum dos dois agentes, é massacrada pelo neoliberalismo. Isto porque este sistema impõe o consumo como norma (CARLOS, 2015) e coloca o mercado como único caminho de acesso à moradia, ligando a compra da casa própria – como discurso criado para o consumo - ao mérito e à estima. A questão torna a moradia-tipo (própria e padronizada) um objeto estereotipado e que faz parte do imaginário popular, sendo também símbolo de sucesso pessoal e garantindo reconhecimento social (apenas) àquele que a consome. Retorna-se Bauman (2003), no que diz respeito às condições de automonitoramento e autovigilância impostos à sociedade atual, para afirmar que esta imposição seria a atual estratégia de poder da classe dominante, que utiliza o desengajamento dos indivíduos para exercer seu controle e normatizar a sociedade através do consumo. É este, segundo o autor, quem dita as regras, quem regula e quem rege as normas sociais, impondo quem e o que tem valor, de acordo com o que pode comprar.

Enquanto prática da população de baixa renda, a autoconstrução, como estratégia de acesso à cidade fora dos padrões do Estado e do mercado, é estigmatizada, desvalorizada e os atores que a executam passam por humilhações cotidianas relacionadas, por exemplo, ao seu endereço de moradia (ou à falta dele). Os moradores da cidade autoconstruída comumente se deparam com dificuldades em matricular seus filhos em escolas, conseguir empregos ou qualquer outra situação que os obriguem a afirmar “de onde vem” ou que requerem o “poderoso papel” que comprova sua residência e que anuncia seu status social pelo seu padrão de consumo. Neste sentido, apresenta-se a hipótese de que a atuação de arquitetos urbanistas em espaços autoconstruídos pode conferir também maior poder político aos moradores por atribuir o discurso técnico, reconhecido socialmente, na reversão destes estigmas.

Loïc Wacquant (*apud* BAUMAN, 2003, p.108) confirma o poder do estigma territorial ligado ao espaço autoconstruído pela população de baixa renda ao tratar de uma “área publicamente reconhecida como ‘depósito’ de pobres, de casas de trabalhadores decadentes e grupos marginais de indivíduos”. Bauman (2003) afirma que o lugar do pobre carrega símbolos de privação e que estes estigmas criminalizam a pobreza e imobilizam o habitante, comparando os guetos dos pobres a prisões sem muros. Da mesma forma, foi argumentado por Bourdieu (1997) que o lugar físico habitado pelo indivíduo está associado à sua posição social. Isto vai de encontro, também, ao que foi proposto por Ribeiro (2012, p.37) ao afirmar que “a paisagem desigual nos permite apreender a hierarquia dos lugares com suas funções articuladas à estrutura da cidade”. A origem do indivíduo, sua forma de morar e os serviços acessados por este definem, limitam e abrem (ou não) possibilidades e oportunidades a ele. Para aquele morador da periferia, excluído, segregado e em seu lugar na estrutura social pré-definida pelo sistema, é muito mais difícil acessar a cidade da mesma maneira, assim como vivenciar a qualidade de vida teóricamente ideal e de direito. A exclusão não se dá, necessariamente, pela distância física, mas sim pelo abismo social e pelo estigma ligado aos pobres, reforçando a importância de discussões que conduzam a produção do autoconstrutor para além do discurso dominante pautado sobre ela.

A dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, como também se constitui em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades e das oportunidades de participação na distribuição da riqueza gerada na sociedade (SANTOS JÚNIOR, 2008, p. 149).

A imagem negativa associada à habitação autoconstruída, socialmente aceita e incorporada, legítima, portanto, a discriminação dos moradores destes contextos. A própria ilegalidade, condição comumente vivenciada na autoconstrução dos pobres, “é também uma técnica política dominada pelas elites, que a usam para constituir um poder legítimo” (HOLSTON, 2013, p.401). A ilegalidade, como ato autônomo e subversivo, fruto de uma cidadania insurgente, é ainda revertida pela neoliberalização e financeirização do acesso à terra, o que permite, ainda com base no referido autor, um posicionamento “caso-a-caso”. Uma mesma informalidade urbanística pode ser tratada de formas distintas de acordo com os interesses nela envolvidos. Ribeiro (2012, p.232) apresenta como exemplo a questão ambiental, que pode ser utilizada como “um discurso que legitima a expulsão da população espoliada quando estes lugares transformaram-se de interesse ao mercado imobiliário formal”. Assim, a injustiça social se manifesta tanto na distribuição desigual dos direitos quanto na forma

seletiva em que se aplica a lei. Para Holston (2013, p.401), desobedecê-la é sinônimo de poder e riqueza, cabendo a ilegalidade, portanto, apenas aos donos do capital.

A legislação funciona como “um instrumento que reflete a posição do Estado e legitima a indústria imobiliária” (TIBO, 2011, p.215). Com esta afirmação, o que Tibo defende é que a legislação é pautada pelo capital e utilizada de acordo com seus interesses. Ela é produzida pelo mercado e para o próprio mercado, que se autorregula frente às disputas pela cidade. A regulação do espaço urbano destina-se às áreas de interesse do capital: direciona os limites de expansão e crescimento da cidade, determina os focos de investimento urbano, regula o preço da terra e, por fim, define os espaços de pobreza.

Em relação à moradia dos pobres, ainda segundo Tibo (2011, p.215), “não faz sentido ser legal ou ilegal, o que deveria ser pensado é a qualidade espacial e ambiental dessas ocupações”. Antes de uma análise do que está ou não regulamentado pelo Estado, o que deve ser posto em questão é a produção da cidade real pela ação das pessoas, pois esta crítica sim reflete as necessidades, desejos e condições de vida da população. E, sob esta condição, importante posicionar o técnico planejador para além de um fiscal da situação de regularidade, mas como um agente crítico das situações vivenciadas na cidade. Este técnico, se questionador do sistema, pode impulsionar mais transformações sociais, espaciais e ambientais para o espaço urbano do que apenas determinando o que é legal e ilegal para o mercado se apropriar.

Ainda sem reconhecimento formal e como objeto de manobra do mercado imobiliário, a cidade autoconstruída e irregular faz parte da sociedade. Ela coexiste às condições legais e, inserida no mesmo sistema de regras da cidade dita formal, também reproduz os valores da sociedade. Esta visão é fruto da leitura proposta por Bourdieu (1997), Castoriadis (1991) e Morin (2005). Os autores defendem que a produção autônoma dos indivíduos não se desvincula de seu campo social. A discussão, aqui já iniciada, abre espaço para a afirmação de Lopes (2016, p.31) sobre a necessidade de se perceber que os espaços autoconstruídos pela população de baixa renda não são “o avesso de uma realidade que se pretenda normatizar, mas que são parte inerente e potente dessa realidade, que se esvanece naquilo que ela torna possível”. Portanto, não se pode também romantizá-la. Muitas vezes, sem informação técnica sobre construção civil ou recursos para acessar os materiais adequados para a edificação, as moradias se erguem sob condições não favoráveis ao desenvolvimento e saúde de seus moradores. E, se por um lado a habitação autoconstruída se produz por valor de uso, por outro

ela reproduz os valores burgueses da propriedade privada como valor social, e eventualmente se manifesta como valor de troca. “Nessa relação entre propriedade, cidadãos e pessoas, a periferia é uma cacofonia de expressões individuais dentro de uma narrativa maior de segregação e insurgência” (HOLSTON, 2013, p.223). Para Holston (2013, p.209), a cidade autoconstruída é um espaço de contradições, de coexistências e de sobreposições, “emaranhado na amargura de uma expulsão, de segregação, de ilegalidade e do heroísmo de dominação e redefinição”.

A urbanização autoconstruída contrapõe à visão de que o Estado é o único provedor de acesso a direitos. Essa prática conforma outra fonte de cidadania, também legítima. Ainda que existam contradições nos processos de autoconstrução relacionadas à superexploração dos trabalhadores em seu horário de folga, há uma possibilidade real e autônoma de decisão e gestão do espaço que inexistente nas áreas urbanizadas pelo Estado. Sendo assim, entendemos que a disputa pelos bens e serviços urbanos não se resume às reivindicações passivas ao Estado, mas inclui a ação nas brechas, nas fissuras.” (SANTOS, 2016, p.56)

A autoconstrução se revela para além do discurso técnico, metamorfoseado em discurso espacial (RIBEIRO, 2012), que estigmatiza a produção autônoma dos pobres urbanos apenas como negativa e desordenada por não ter sido planejada ou desenhada por profissionais. Ela é entendida aqui, também, sob sua ótica de “capacidade criativa de flexibilização e adaptação às situações enfrentadas” (LOPES, 2016, p.41), de forma que as práticas sociais de transformação do espaço que estão acontecendo sem o auxílio técnico e/ou o financiamento do poder público, possam refletir as reais necessidades dos moradores. A vivência prática do morador, sua história e a maneira como toma suas decisões compõem a sua prática de pensar a moradia, de construí-la e de habitá-la. Observar estas questões revela informações importantes a respeito do processo de morar e de ocupar o espaço, pois “quando o usuário desse espaço passa a decidir sobre a obra, ele propõe ações baseadas em sua própria realidade e seu saber empírico” (MATOS, LINHARES E SILVA, 2016, p.172).

Apresenta-se, portanto, a autoconstrução como caminho possível, como fissura – em confluência com o conceito apresentado e embasado por Holloway (2013). Na medida em que a autoconstrução se contrapõe ao modelo de solução imposto pelo poder público para a moradia da baixa renda, contesta-se o valor da cidade-mercadoria dando, também, valor de uso aos espaços. Dentro do universo possível, sob a atual política neoliberal de produção do espaço, a autoconstrução se apresenta como práxis de luta, como esforço para minimizar as condições de segregação e lançar outro olhar sobre a cidade, com os desejos reais da população expressos e revelando a possibilidade de tomada de decisão e autonomia do

habitante como crucial na luta pelo direito à cidade. Se reconhecida, enquanto prática de produção do espaço urbano, e potencializada, no sentido de reversão de possíveis situações precárias, a autoconstrução pode sair de uma fissura para uma eclosão deste sistema excludente. Ela pode, inclusive, sair em benefício das classes dominantes, promovendo a “transformação emancipatória da realidade sócio espacial” (SOUZA, 2010, p.14) a partir de sua própria exclusão. Reivindicar o direito à cidade, sendo este cada vez mais restrito à pequena elite política e econômica, com condições de moldar a cidade segundo suas particularidades e desejos, equivale a reinventar os processos de urbanização e o modo como as cidades são feitas.

Entre tantas incoerências e contrassensos, a autoconstrução é uma fissura à prática tradicional de produção de espaço e, associada à Arquitetura, gera possibilidades de outras formas de produzir e agir no espaço, buscando extrapolar a “política de resultados” (MARICATO, 2011, p.86) e dando foco aos processos de transformação social já praticados pela população. A discussão e as propostas de ação em torno desta prática buscam promover, portanto, seu reconhecimento enquanto caminho para a igualdade de oportunidades, pelo direito do pobre urbano em existir, pelo direito à tomada de decisão por parte do morador e, por fim, pelo respeito à práxis e ao mundo de vida de cada cidadão. Para isto, propõe-se o papel do arquiteto como atuante nestes espaços, de forma a conferir as informações necessárias para que esta produção saia do campo da precariedade e da submissão, e a garantir maior poder de escolha aos moradores sobre como morar. Por fim, não se pretende negar o valor da autoconstrução ao propor a atuação dos arquitetos neste universo, pois não se acredita que esta prática se deslegitime ou deixe de se caracterizar enquanto tal apenas pela presença da atuação técnica. É necessária uma investigação das metodologias de atuação para que seja mantido e potencializado o poder de decisão nas mãos dos moradores, conferindo informações técnicas importantes neste processo.

1.3. Um debate a respeito da precariedade

Sendo a autoconstrução associada à ideia de precariedade e de má-qualidade construtiva, propõe-se uma discussão teórica a respeito do termo. Importante esclarecer que a pesquisa é movida por uma problemática, mas direcionada por desejos pessoais de investigação. Portanto, soma-se à justificativa do debate em torno do conceito da precariedade, a indagação gerada pela experiência pessoal da autora deste trabalho durante processo de mobilidade

acadêmica⁴ para a Universidade Nacional do Nordeste da Argentina (UNNE). Durante o período de atividades, sob orientações da Ms. Arq. María Bernabela Pelli, coordenadora do grupo de investigações “*Instituto de Instituto de Investigación y Desarrollo en Vivienda*”⁵ (IIDVi), a experiência de mobilidade contou com a atuação de monitoria na disciplina do curso de Graduação “*Gestión y Desarrollo de la Vivienda Popular*”. Esta é a única matéria obrigatória do sistema de ensino de Arquitetura e Urbanismo na UNNE que aborda o tema da habitação da população de baixa renda. A indagação a respeito do termo “precariedade” surgiu da recorrência de seu uso pelos alunos, que associavam a moradia do pobre à precariedade, sem análises. O termo justificava por si só qualquer proposição de intervenção e de solução e, ao serem apresentadas imagens dos contextos definidos como precários, aumentavam os questionamentos.

Primeiramente, propõe-se o estudo do termo a partir da indagação do discurso envolvido em torno da palavra e suas conotações e símbolos socialmente enraizados. Associa-se, quase que naturalmente, a moradia do pobre à precariedade, sem decompor o conceito da palavra em seus condicionantes que não sejam aqueles visíveis, imagéticos ou simbólicos, socialmente construídos pelo discurso acerca de sua significação. A respeito do discurso, Foucault (2008) propõe que o que é dito e discursado não se desvincula de seu contexto histórico e social. Isto significa que o discurso está sempre atrelado às condições históricas, políticas e sociais do autor do discurso. Em outras palavras, a discussão sobre a moradia dos pobres se atrela à precariedade por condições, para além de sua materialidade. Desta maneira, é preciso entender as imagens propagadas a respeito da precariedade de tais moradias como compostas por cargas históricas, políticas e simbólicas dotadas de interesses e jogos de poder e controle. Complementarmente – e também a partir da filosofia de Foucault –, Díaz (2012, p.13) defende que “não há peras sem pereiras, não há coisas (como sinônimos de objetos) sem práticas (discursivas e não discursivas) que as produzam”. O que se propõe, a partir das citações anteriores, é que o discurso que acompanha a produção da habitação pela população de baixa renda já se insere no imaginário social associado a uma conotação negativa da

⁴ A mobilidade acadêmica foi possibilitada pelo Programa Escala de Mobilidade Estudantil, do grupo AUGM, no período de 1 de Abril de 2018 até 1 de Maio de 2018. O intercâmbio foi estabelecido entre o Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, NPGAU, e o programa de “Maestria em gestión y desarrollo de la vivienda social” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Nordeste da Argentina (UNNE).

⁵ O Instituto de Instituto de Investigación y Desarrollo en Vivienda (IIDVi) é um grupo de pesquisa e extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Nacional do Nordeste da Argentina que desenvolve investigações sobre a problemática habitacional e realiza ações de desenho e execução de projetos para fins habitacionais para a população de baixa renda. Mais informações podem ser obtidas em: <<http://arq.unne.edu.ar/centros/institutos/iidvi/>>. Acesso em Junho de 2018.

precariedade sem que a prática que conduziu sua efetivação tenha sido analisada. Já é sabido que a prática da autoconstrução pela população pobre é movida por condicionantes para além de sua materialidade física, fazendo com que a análise a respeito das condições das moradias autoconstruídas não possam ser associadas apenas ao seu discurso, mas também à prática que as efetivou. Desta forma, é necessário analisar até que ponto chama-se de precariedade apenas aquilo que tem sua origem baseada em estigmas sociais e estéticos e diferenciar os usos políticos da palavra de sua efetiva condição de vida.

Bluter (2009) propõe uma discussão teórica a respeito da precariedade enquanto condição ligada à noção política de uma vida precária. A autora relaciona o contexto econômico e social do indivíduo ao seu reconhecimento perante a sociedade e, assim, à sua condição de precariedade. Enquanto sujeitos constituídos e produzidos por princípios sociais, como já foi colocado anteriormente neste trabalho, os indivíduos são enquadrados em normas que não são únicas e distintas, mas que foram historicamente produzidas e reforçadas para designar e decidir as condições necessárias para reconhecer – ou não – um indivíduo enquanto ser vivo social (BLUTER, 2009, p.18). Estes princípios, que estabelecem padrões hegemônicos de vida, diferenciam o lugar político dos sujeitos e, assim, produzem figuras fora destes enquadramentos que sequer têm suas existências reconhecidas. “Há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há vidas que, dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca –, são reconhecidas como vidas” (BLUTER, 2009, p.17). Produzidos, então, pelas condições normativas do sistema, os sujeitos que inexistem politicamente (e que são, ao mesmo tempo, vistos um problema para o próprio sistema que o criou), representam, na visão da autora, o caráter precário de vida. Assim, a precariedade proposta por Bluter abarca um conceito que está associado a uma condição de existência social, econômica e de vivência política de um indivíduo perante a sociedade.

Retomando Bourdieu (1997), sendo o espaço urbano edificado como um retrato da condição de seus habitantes, as normas sociais também se instalam enquanto estrutura física. Este pensamento vai de encontro ao proposto por Portela (2007), que apresenta um estudo onde associa a gambiarra e o padrão à produção do espaço urbano por grupos sociais distintos e seus referentes reconhecimentos sociais e discursos. A autora descreve como padrão os espaços dos serviços urbanos formais, desenvolvidos pela classe dominante, sendo estes modelos a serem seguidos e que ditam as regras para a sociedade como um todo. Da mesma forma como ocorre com as figuras que estão fora do sistema, descritas por Bluter (2009), Portela (2007) narra que o senso comum associa à gambiarra tudo aquilo que foge à

formalidade e que é produzido fora do padrão normativo, sendo essas soluções não-reconhecidas, marginalizadas e socialmente definidas como desprovidas de estética e de qualidade. Estes espaços não produzidos pela classe dominante representam o retrato físico da precariedade sob um olhar do senso comum. Ainda para a autora, as normas sociais e a imposição de um modelo socialmente reconhecido, também conferem um status de qualidade ao padrão, classificando como sem valor, sujo, inseguro e não durável tudo aquilo que foi criado fora da padronização formal, ou seja, na gambiarra. É possível perceber, a partir da leitura da autora, que a precariedade de recursos econômicos é socialmente associada a adjetivos negativos, assim como todo o espaço que é produzido pela população de baixa renda.

A partir das leituras das autoras, é importante diferenciar o olhar comum e estereotipado sobre a precariedade, de um conceito mais vasto que, aqui, se pretende abordar. É visto que há uma primeira conceituação mais utilizada e aceita pelo senso comum, que associa a precariedade à produção fora do padrão e da normatividade imposta pela classe dominante ou, mais especificamente, aos frutos da indisponibilidade de recursos econômicos. Mas, em uma segunda análise, baseada na proposta por Bluter (2009), a precariedade pode ser definida enquanto desprovemento de condições sociais, econômicas e políticas necessárias para a vida. A precariedade, enquanto associada apenas à gambiarra ou ao padrão da pobreza, não permite um estudo mais amplo de suas questões qualitativas e, tampouco, as associa ao contexto e à cultura dos indivíduos que vivem sob estas condições. Desta forma, aproximando a discussão dos argumentos propostos neste trabalho, as imagens da precariedade são comumente propagadas a partir de aspectos estéticos e de leituras de sobrevoo que partem de um único ponto de vista: o que considera como adequado apenas o modelo de vida e de construção da classe dominante. A autoconstrução, sendo orientada pela necessidade dos habitantes e edificada a partir das soluções construtivas e econômicas possíveis encontradas pelos moradores, é socialmente associada à gambiarra e ao status superficial de precariedade, baixo desempenho e má qualidade.

Pode-se dizer que a definição rasa da precariedade se dá, portanto, por seus estereótipos não normatizados e padronizados. Bluter (2009) propõe o entendimento de que, os indivíduos que vivem em condições políticas precárias, estão em precariedade por serem desprovidos de boa inserção territorial e de condições sociais, políticas e econômicas, não se enquadrando no sistema padronizado de referências de modos de vida por uma questão histórica e também como consequência deste próprio sistema. Assim, a análise de qualidade *versus* precariedade

pode não refletir a realidade se for tecida por um olhar viciado de imagens propagadas e vendidas como negativas. Ela tem que partir dos problemas reais vivenciados pelos indivíduos inseridos neste contexto. Para Bluter (2009, p.29),

deveria haver uma maneira mais inclusiva e igualitária de reconhecer a precariedade, e que isto deveria tomar forma como políticas sociais concretas no que diz respeito a questões como habitação, trabalho, alimentação, assistência médica e estatuto jurídico.

Ainda segundo a autora, é necessário repensar até que ponto são atravessadas as questões identitárias dos modos de viver para caracterizar uma condição de realidade. Assim, propõe-se a definição da precariedade e o entendimento da necessidade de intervenções, sob nova ótica. A máscara da precariedade está sendo utilizada como instrumento político para justificar intervenções sem sequer questionar o contexto que os indivíduos estão inseridos, sob quais culturas construtivas foram formados, suas identidades, modos de vida e, sobretudo, sob quais aspectos a precariedade ali se expressa. O emprego da palavra indiscriminadamente dota a moradia do pobre urbano, em sua condição estética e cultural, como uma condição inadmissível de vida, independente de uma análise mais profunda e ampla, que abarca a negação do acesso aos direitos à vida urbana, social, política e econômica. Assim, mascarada pelo discurso de justiça social, “melhorias habitacionais” e reversão da precariedade, qualquer intervenção no espaço habitado pela população de baixa renda, é socialmente bem aceita. Com isso, reproduz-se as normas de controle social e as desigualdades geradas por elas mesmas.

Para Portela (2007, p.85), o justo, enquanto condicionado a estes estereótipos, não admite questionamentos: “é justo dar condições de higiene, é justo reconhecer os valores culturais, é justo regularizar a situação fundiária dos espaços informais; não existem argumentos que neguem ‘o justo’ nessas ações”. As decisões de quais providências tomar, o modo de fazer e o próprio processo de construção acabam se perdendo na justificativa do justo. Por isso, é importante questionar até que ponto a padronização excessiva garante a justiça social e as reais transformações sociais propostas por estas intervenções.

Não necessariamente, padronização significa qualidade arquitetônica, muito menos urbana, mesmo havendo esse conteúdo original, que supunha uma submissão do capital aos preceitos estéticos e funcionais (SHIMBO, 2001, p.209)

O que se propõe, a partir da discussão deste conceito, é a retomada do questionamento sobre o papel do arquiteto em meio a este contexto. Enquanto promotores da “concepção e da execução de mercadorias com qualidade (tipos mais adequados para a função específica do

objeto) e da intervenção do artista (como detentor do saber estético, do belo e do funcional)” (SHIMBO, 2001, p.208), os arquitetos urbanistas reproduzem a ideia do padrão como condição de superação da precariedade. Assim, as intervenções no espaço se propagam e se reproduzem a partir de um único modelo e da venda da atuação técnica como certificado de qualidade, formalidade, planejamento e alto rendimento.

Esta ideia é reafirmada pelo Projeto de Lei 6699/2002, que propõe como crime contra a saúde pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Se a lei se destinar à criminalização da autoconstrução, visto que esta é uma prática da cidade como um todo, será preciso verificar se ela se reduzirá apenas à prática da população de baixa renda por estar dotada de estigmas sociais negativos ou se expandirá, também, à classe de alta renda, que não contrata tais profissionais por escolha. Sobre isto, Sant’Anna (2013) argumenta que os preconceitos designados à prática autoconstrutora pela população de baixa renda se relacionam, além da durabilidade, da qualidade e da segurança, à ideia de doenças, sendo abraçada pelos organismos de saúde pública. Ainda segundo a autora, esta associação se dá por si só na discriminação de técnicas construtivas tradicionais, mas é reforçada, também, por tais métodos não estarem inseridos no mercado.

O uso indiscriminado do conceito raso da precariedade como aquilo que está fora do padrão, alimenta o mercado capitalista de produção de habitação social. Em escala, ele define tipologias e elementos construtivos padronizados que estão disponíveis comercialmente e que nada têm a ver com um projeto de criação única, destinado à melhoria da qualidade de vida de famílias inseridas em um contexto de precariedade urbana e habitacional (SHIMBO, 2001). Sob um discurso de “melhoramentos” e de reversão da precariedade, a atuação no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda acaba por enquadrar e vestir a gambiarra com a máscara da formalidade. É neste contexto que o papel do arquiteto, discutido neste trabalho, se contradiz, até mesmo enquanto vocação do controle. Isto porque quem dita as regras da produção do espaço urbano é o padrão, que define normas e modelos únicos; o dono do capital, que elege os materiais e técnicas construtivas de acordo com sua viabilidade econômica; e/ou o Estado, de acordo com seus interesses políticos.

Ainda em busca de arredondar o conceito da precariedade, traz-se à tona a discussão a respeito das condicionantes avaliadas na definição de um espaço – no caso, as moradias dos pobres –, como precário ou não. O que aqui se objetiva é o entendimento de quais os aspectos observados na materialidade da moradia que a definem como “digna”, “habitável” ou passível

de demolição. Para este breve estudo, sugere-se a análise da abordagem da situação habitacional dos seguintes órgãos: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação João Pinheiro (FJP), as Nações Unidas e o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (INDEC). O IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi analisado por ser o principal provedor de dados e informações do Brasil. A Fundação João Pinheiro, por ser uma instituição de pesquisa e ensino, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, que realiza estudos sobre o déficit habitacional e as inadequações de moradias a partir dos dados do IBGE, sendo, inclusive, adotada oficialmente pelo Governo Federal do Brasil. Em contraponto ao contexto brasileiro, será apresentada a leitura destes quesitos mundialmente, a partir da visão das Nações Unidas sobre o conceito de precariedade habitacional. Também inserida no contexto da problemática habitacional da América Latina, a perspectiva argentina do INDEC, investigada pela autora deste trabalho durante o período de mobilidade acadêmica de mestrado, será tomada como referência comparativa.

Estas abordagens permitem uma análise dos indicadores que são considerados na avaliação do déficit de moradias e na definição de habitação precária, de acordo com os aspectos que englobam tal conceito. Busca-se investigar se tais indicadores se baseiam apenas nos padrões e estereótipos socialmente definidos e aceitos ou se estes englobam a moradia em si, seu entorno e suas consequências para a qualidade de vida do morador.

Para as Nações Unidas, as condições de vida de um ser humano estão associadas a muitos fatores, sendo um deles a habitação. Dentro deste fator, a organização propõe a moradia adequada em razão dos seguintes condicionantes: 1) segurança jurídica da posse; 2) disponibilidade de serviços, materiais e infraestrutura indispensáveis para a saúde, seguridade, comodidade e nutrição; 3) despesas com a habitação, proporcionais aos níveis de renda das famílias e que não impedem a satisfação das outras necessidades básicas; 4) habitabilidade: espaço adequado para seus ocupantes se protegerem do frio, umidade, calor, chuva, vento e outros riscos à saúde; 5) acessibilidade: a moradia adequada deve ser acessível aos que tenham direito, de forma que possam acessar os recursos adequados para ter a sua habitação; 6) sua localização deve permitir o acesso a opções de emprego, serviços de saúde, escolas e outros serviços sociais em locais não contaminados ou perto de fontes de poluição que tragam riscos à saúde; 7) adaptação cultural: o modo como a habitação é construída, os materiais de construção utilizados e as políticas em que se baseiam devem permitir adequadamente a

expressão da identidade cultural e a diversidade da habitação (Nações Unidas *apud* INDEC, 2003, p.4)⁶.

O IBGE utiliza a seguinte combinação de indicadores para avaliar a situação das habitações brasileiras: qualidade da estrutura física da construção (cobertura das paredes externas dos domicílios), acesso aos serviços de utilidade pública (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação) e densidade de moradores por cômodo em domicílios particulares permanentes (IBGE, 2010). Importante ressaltar que o revestimento das paredes externas dos domicílios passou a ser considerado a partir de 2010, pois, segundo o Instituto “trata-se de um indicador de bem-estar que ao mesmo tempo é associado à saúde dos moradores” (IBGE, 2010, p.93). Mais especificamente, os fatores avaliados em cada moradia são: tipo de domicílio (casa, casa de vila ou em condomínio, apartamento, habitação em casa de cômodo, cortiço ou cabeça de porco, oca ou maloca); condição de ocupação do domicílio (próprio, já quitado, em aquisição, alugado, cedido, outra); tipo de material das paredes externas (alvenaria com revestimento, alvenaria sem revestimento, madeira aparelhada, taipa revestida, taipa não revestida, madeira aproveitada, palha, outro material ou sem parede); número de cômodos; número de dormitórios; existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário (presença de banheiro, rede geral de esgoto ou pluvial, fossa séptica, outro escoadouro); existência de água canalizada e forma de abastecimento de água (presença de água canalizada em pelo menos um cômodo, rede geral de distribuição, poço ou nascente na propriedade, poço ou nascente fora da propriedade, outra forma); existência de energia elétrica; existência de bens duráveis (rádio, televisão, máquina de lavar roupa, geladeira, telefone celular, microcomputador, microcomputador com acesso à Internet, motocicleta para uso particular, automóvel para uso particular). A partir destes quesitos, os domicílios são classificados em: 1) adequado, sendo com abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, coletas de lixo direta ou indireta e com até dois moradores por dormitório; 2) semiadequado, enquadrando os domicílios com pelo menos uma condição adequada; 3) inadequado, que abarca os domicílios sem nenhuma das condições de adequação consideradas (IBGE, 2010).

Apenas para somar ao entendimento da classificação final do IBGE a respeito das moradias brasileiras, segundo o censo de 2010, 52,5% dos domicílios foram considerados adequados e apenas 4,1% inadequados no Brasil. Ponderando que este dado seja uma média geral

⁶ Tradução livre pela autora.

brasileira, ressalta-se a Região Sudeste com 68,9% de domicílios classificados como adequados e, como contraexemplo, a Região Norte, com 16,3% de domicílios adequados. Por ser um instituto de pesquisa, o IBGE apenas lança os dados, sem associá-los ao território em si ou à qualificação e análise dos números, sendo esta, aqui, apresentada a partir da leitura da Fundação João Pinheiro.

A Fundação João Pinheiro (FJP) realiza, portanto, a análise dos dados lançados pelo IBGE. Para o trabalho de definição do déficit habitacional do Brasil no ano de 2015, a FJP (2018) considerou os seguintes pressupostos como necessários para realizar uma avaliação deste tipo: I) não se pode padronizar as necessidades de moradia; II) é necessário considerar também outras políticas urbanas ao se analisar a questão habitacional. A metodologia de análise da Fundação João Pinheiro (2018) considera o déficit de moradias como a necessidade de construção de novas residências, e propõe o conceito de inadequação de domicílios baseado nas habitações que geram problemas à qualidade de vida dos moradores, resultando em necessárias ações de “melhorias” habitacionais. Como o foco deste capítulo é apenas um primeiro entendimento a respeito dos conceitos institucionalmente utilizados para a definição da habitação precária, não se aprofundará sobre todo o estudo realizado pela Fundação, sendo apenas importante definir sob quais parâmetros este conceito se baseia.

Segundo a Fundação João Pinheiro (2018), o déficit habitacional abarca os moradores de baixa renda que têm dificuldades em pagar aluguel, considera as moradias sem condições de serem habitadas pela “precariedade” da construção ou de sua estrutura física, a coabitação familiar forçada, e/ou as moradias em locais sem fins residenciais. A Fundação define uma habitação como precária a partir de dois conceitos: os domicílios rústicos e os domicílios improvisados. O primeiro refere-se aos domicílios depreciados que, assim como para o IBGE, são “aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada” (FJP, 2018, p.20), sendo considerados insalubres, desconfortáveis e em risco de contaminação de doenças. Por isso, seria necessária sua substituição completa. O segundo, dos domicílios improvisados, é definido pelos locais ou imóveis que não têm fins residenciais e que são utilizados como moradias alternativas, “imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos, cavernas, entre outros” (FJP, 2018, p.21), indicando a necessidade de construção de novas edificações. Importante apontar que o conceito de coabitação da Fundação João Pinheiro considera apenas pertencentes ao déficit habitacional as famílias que declaram ter a intenção de construir um novo domicílio. O adensamento excessivo é, então, também avaliado como precariedade para a composição do déficit habitacional (não apenas na

inequação de domicílios), sendo assim caracterizado se o número médio de moradores for superior a três pessoas por dormitório.

Figura 3 - Componentes do Déficit Habitacional pela Fundação João Pinheiro - 2015

Componente ou subcomponente	Código da Variável PNAD 2015	Descrição da variável	Categoria(s) utilizada(s)
Domicílios rústicos	v0203	Material predominante nas paredes externas	Taipa não revestida
			Madeira aproveitada
			Palha
			Outro material
			Sem parede
Domicílios improvisados	v0201	Espécie de domicílio	Domicílio particular improvisado
Cômodos	v0202	Tipo de domicílio	Cômodo
	v0207	Condição de ocupação do domicílio	Próprio - já pago
			Próprio - ainda pagando
			Alugado
			Cedido de outra forma
		Outra condição	
Família convivente	v0403	Número da família	Família convivente - segunda a nona
	v0402	Condição na família	Responsável pela família
Ônus excessivo com aluguel urbano	V4105	Situação do domicílio	Urbana - Cidade ou vila, área urbanizada
			Urbana - Cidade ou vila, área não-urbanizada
			Urbana - Área urbana isolada
			Rural - Aglomerado rural de extensão urbana
	v0207	Condição de ocupação do domicílio	Alugado
v0208	Aluguel mensal pago no mês de referência	Valor nominal do aluguel	
v4721	Rendimento mensal domiciliar	Rendimento nominal	
Adensamento de domicílios alugados	v0202	Tipo de domicílio	Casa Apartamento
	v0207	Condição de ocupação do domicílio	Alugado
	v0206	Número de cômodos servindo de dormitório	Cômodos servindo de dormitório
	v0105	Total de moradores	1 até valor máximo

Fonte: FJP, 2018, p.25.

Por sua vez, a inadequação de domicílios é definida pela Fundação João Pinheiro (2018) a partir de condições desejáveis de habitação – e apenas em área urbana –, como aquelas carentes de infraestrutura, em condições de adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, com problemas de natureza fundiária, com cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação. Debruçando sobre estes parâmetros, a carência de infraestrutura é definida pela FJP (2018, p.26) como as moradias que “não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo”. Sobre o adensamento excessivo, definido também pelo déficit habitacional, ele considera apenas os domicílios próprios e mantém o número três como o máximo para moradores em um único dormitório. Os problemas fundiários se referem aos casos em que “pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não, total ou parcialmente, a do terreno ou da fração ideal de terreno (no caso de apartamento) onde ela se localiza” (FJP, 2018, p.26), sendo comuns tanto nas ocupações urbanas quanto em loteamentos periféricos, vilas e favelas. A

respeito da cobertura, definem-se como inadequadas aquelas moradias que, ainda com paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, têm telhado de madeira aproveitada, de zinco, lata ou palha. Sobre as unidades sanitárias, a FJP define sua inexistência exclusiva ao domicílio como situação de inadequação domiciliar.

Figura 4 - Componentes da Inadequação de domicílios pela Fundação João Pinheiro - 2015

Componente ou subcomponente	Código da Variável nas PNAD 2015	Descrição da variável	Categoria(s) utilizada(s)
Infraestrutura urbana	v0212	Proveniência da água canalizada no domicílio	Poço ou nascente
			Outra proveniência
	v0217	Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário	Fossa rudimentar
			Vala
			Direto para o rio, lago ou mar
			Outra forma
	v0219	Forma de iluminação do domicílio	Óleo, querosene ou gás de botijão
			Outra forma
v0218	Destino do lixo domiciliar	Queimado ou enterrado na propriedade	
		Jogado em terreno baldio ou logradouro	
		Jogado em rio, lago ou mar	
		Outro destino	
Ausência de banheiro	v0216	Uso do banheiro ou sanitário	Comum a mais de um domicílio
Adensamento de domicílios próprios	v0202	Tipo de domicílio	Casa
			Apartamento
	v0207	Condição de ocupação do domicílio	Próprio, já pago
			Próprio, ainda pagando
v0206	Número de cômodos servindo de dormitório	Cômodos servindo de dormitório	
v0105	Total de moradores	1 até valor máximo	
Inadequação fundiária	v0207	Condição de ocupação do domicílio	Próprio, já pago
			Próprio, ainda pagando
v0210	Terreno onde está localizado o domicílio é próprio	Não	
Cobertura inadequada	v0204	Material predominante na cobertura (telhado) do domicílio	Zinco
			Madeira aproveitada
			Palha
			Outro material

Fonte: FJP, 2018, p.27.

Pode se considerar, portanto, que a precariedade definida pela FJP, no mínimo se esforça para englobar as necessidades reais da população e as demandas habitacionais em diferentes segmentos sociais. Importante destacar que o conceito de precariedade é considerado no déficit habitacional, determinando a substituição dos domicílios assim caracterizados. A inadequação considera as condições qualitativas e específicas de cada moradia, de forma a reduzir o uso indistinto da palavra precariedade e possibilitar seu entendimento para além de um padrão generalista.

O INDEC, por sua vez, é o organismo que executa os censos de população e analisa as condições de moradia na Argentina, produzindo os dados e informações utilizados pelos governantes na criação de políticas públicas. O último realizado foi no ano de 2010. O

INDEC também calcula o déficit quantitativo (construção de novas moradias) e o qualitativo (melhoramento e ampliação) de habitações no país. O Instituto considera, para o déficit quantitativo, as moradias irrecuperáveis e/ou em superlotação de pessoas dependentes de um mesmo chefe familiar em uma única residência e, para o qualitativo, as moradias recuperáveis e/ou que têm mais de dois habitantes por quarto ou que apresentam menos de catorze metros quadrados por habitante (INDEC, 2003). O que define as moradias como recuperáveis ou não é o CALMAT (Calidad de los Materiales de la Vivienda), um índice de qualidade dos materiais da moradia que combina as categorias de três componentes constitutivos da residência: pisos, paredes e cobertura. O índice define classificações de um a cinco nas escala CALMAT, sendo que o primeiro nível é conferido às moradias que apresentam materiais resistentes em todos os componentes e incorpora integralmente os elementos de isolamento e acabamento e o último nível às que apresentam materiais não resistentes em todos os componentes.

Figura 5 - Construção do indicador CALMAT.

		Tipo de piso	Tipo de techo			
			Cubierta asfáltica o membrana, baldosa o losa, pizarra o teja, chapa de metal, chapa de fibrocemento o plástico y otros con cielorraso	Cubierta asfáltica o membrana, baldosa o losa, pizarra o teja y otros sin cielorraso	Chapa de metal, chapa de fibrocemento o plástico sin cielorraso	Chapa de cartón, caña, tabla o paja con barro, paja sola
Tipo de pared	Ladrillo, piedra, bloque u hormigón, adobe con revestimiento, madera	Cerámica (...)	I	II	III	IV
		Cemento o ladrillo fijo, otros	II	II	III	IV
		Tierra o ladrillo suelto	IV	IV	IV	IV
	Ladrillo, piedra, bloque u hormigón, adobe sin revestimiento	Cerámica (...)*	II	II	III	IV
		Cemento o ladrillo fijo, otros	II	III	III	IV
		Tierra o ladrillo suelto	IV	IV	IV	IV
	Chapa de metal o fibrocemento y otros	Cerámica (...)	III	III	III	IV
		Cemento o ladrillo fijo, otros	III	III	III	IV
		Tierra o ladrillo suelto	IV	IV	IV	IV
	Chorizo, cartón, palma paja sola o material de desecho	Cerámica (...)	IV	IV	IV	IV
		Cemento o ladrillo fijo, otros	IV	IV	IV	IV
		Tierra o ladrillo suelto	IV	IV	IV	V

*Cerámica (...) = Cerámica, baldosa, mosaico, mármol, madera o alfombrado.

Fonte: INDEC, 2003, p.12.

Observa-se que as questões colocadas em pauta pelas instituições argentinas que qualificam as moradias são, em sua maioria, relacionadas à quantidade de membros na residência e às condições habitacionais calculadas a partir de padrões fixos de qualidade dos materiais. O conceito de “melhorias” parte, então, de apenas um ponto de vista, que não considera as especificidades culturais e as escolhas dos moradores.

Assume-se, claramente, a lacuna deixada por este capítulo no sentido de análise da origem dos quesitos utilizados na classificação e avaliação das moradias consideradas precárias ou adequadas. Tal estudo demandaria uma investigação mais densa e profunda, mas, para este trabalho, a intenção era apenas entender a visão institucional da precariedade no quesito

habitacional. Pôde-se perceber que, apesar de existirem parâmetros que determinam as moradias enquanto passíveis de intervenções, estes se contrapõem à grande maioria das políticas públicas voltadas para a superação do déficit quantitativo, ou seja, para a construção de novas moradias. A simples observação das condições habitacionais, ao se adentrar territórios autoconstruídos pela população de baixa renda, permite o entendimento de que grande parte das construções ali existentes não necessariamente se enquadram no déficit habitacional, tendo condições de receberem intervenções em seu sentido qualitativo. Porém, mesmo partindo para as análises dos condicionantes de qualidade, estes ainda parecem estanques, homogêneos e não-identitários, distantes da mediação entre os parâmetros técnicos e os parâmetros do morador, estratégia proposta como necessária para a atuação em contextos autoconstruídos. Tais parâmetros de avaliação reafirmam a materialidade da moradia enquanto uma imagem padrão/tipo, definida socialmente e propagada nos discursos sobre “adequação” e “dignidade”, não a considerando como uma prática de produção do espaço urbano e nem como um processo de morar.

Figura 6 - Vila Acaba Mundo, Novembro de 2017.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Importante pontuar que a cidade autoconstruída pela população de baixa renda é majoritariamente erguida sem revestimento externo e, sendo este fator realmente aderido pelo déficit, como proposto pelo IBGE, a autoconstrução seria quase 100% inserida nos cálculos de inadequação de moradia.

Em meio a tantas críticas, defende-se que “não se trata portanto de um “não fazer” [...] mas sim de um fazer em um tempo necessário, de um tempo que é outro, de um tempo que permita

que os afetos e desafetos de um lugar sejam compreendidos” (PORTELA, 2007, p.88). O estudo aqui proposto e as análises a respeito das condições de habitação, provocaram a constatação de que o conceito de moradia precária adotada institucionalmente e socialmente se preocupa mais em padronizar o objeto final da casa do que em qualificar a prática autoconstrutora e o processo de morar do indivíduo. Se, como afirmado por Bluter (2009, p.31), “a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida”, é preciso intervir no espaço onde estas condições se edificaram para buscar a transformação de sua real precariedade. Para compreender esta real precariedade, a atuação exige um esforço em reconhecer as práticas autoconstrutoras e vinculá-las ao contexto socioespacial em que estão inseridas. A proposta vai de encontro aos estudos empíricos que foram realizados durante este trabalho, na decomposição do conceito de autoconstrução para que possam ser analisadas as condições de moradia e pensadas as possibilidades de atuação do arquiteto urbanista de acordo com as distintas práticas dos autoconstrutores.

Propõe-se identificar a real precariedade dos espaços a partir de condicionantes não estanques ou fixos que definem um território/moradia como adequado e/ou habitável para, assim, propor a reversão de suas condições. Ou seja, para se analisar a condição de uma moradia, deve-se entender sua inserção no território, as condicionantes presentes no tempo da construção, a renda e os recursos financeiros, as práticas construtivas utilizadas, a autonomia do autoconstrutor, os agentes envolvidos no processo e a cultura ali presente. Além disso, nesta análise, sugere-se a atuação do arquiteto urbanista como mediador dos interesses e pontos de vista do morador, agora munido de um arcabouço maior de referências técnicas. Importante assinalar que a discussão proposta por este capítulo não se encerra aqui e abre espaço para pesquisas futuras.

2. A PRÁTICA PROFISSIONAL: com, sem e apesar dos arquitetos

Retoma-se os dados lançados pela pesquisa do CAU/BR junto ao Instituto DataFolha (2015), e apresentados na introdução deste trabalho. Eles demonstram que 85% da população brasileira que já construiu ou reformou a sua moradia, não contou com a presença de arquitetos e/ou engenheiros. Dentre esta população, a pesquisa revelou a questão financeira como o principal motivo da ausência de auxílio profissional, como pode ser visto na Figura 2. Segundo a mesma fonte, “os poucos participantes que utilizam serviços de arquitetos e urbanistas são das classes sociais mais altas” (CAU/BR e DATAFOLHA, 2015). Este dado, se já inserido nas discussões teóricas que serão apresentadas neste capítulo a partir da leitura de Sérgio Ferro, crítico e arquiteto brasileiro, pode comprovar o posicionamento do autor a respeito da história da arquitetura, desde a quem ela serve à forma como é produzida, tratada como “artigo de luxo” (FERRO, 2006, p.39).

Figura 7 - Razões por que não contratou serviço de arquiteto e urbanista e razões por que não contrataria (espontânea e múltipla).

	NÃO CONTRATOU, MAS CONTRATARIA 70%	NÃO CONTRATOU E NÃO CONTRATARIA 24%
FINANCEIRA	45%	46%
Condições financeiras / falta de dinheiro	33%	26%
Por ser caro / valor alto	17%	25%
NÃO HOUVE/HAVERÁ NECESSIDADE	38%	19%
Não houve / não haverá necessidade (sem especificações)	15%	14%
Não construiu / não construirá, não reformou / não reformará	14%	3%
Por ter feito obra pequena/ simples	9%	2%
POR NÃO MORAR EM CASA PRÓPRIA / PAGAR ALUGUEL	5%	2%
CONTRATOU / CONTRATARÁ OUTRO PROFISSIONAL	4%	5%
POR NÃO CONHECER NENHUM PROFISSIONAL DA ÁREA	3%	2%
POR NÃO SABER O QUE FAZ O PROFISSIONAL	3%	14%
O PRÓPRIO ENTREVISTADO FEZ / FARÁ	2%	5%
MORA COM OS PAIS / CASA É DOS PAIS	2%	0%
PARENTE / AMIGO É PEDREIRO / FEZ / FARÁ O TRABALHO	1%	2%
POR TER UMA CASA SIMPLES / PEQUENA / PERIFÉRICA	1%	0%
NÃO TEM CONFIANÇA / NÃO CONFIA NO TRABALHO	0%	2%
NÃO SABE	2%	5%

Fonte: Instituto Datafolha e CAU/BR, 2015.

Importante notar que a segunda causa mais apontada pelos entrevistados foi a de não sentirem necessidade de tal serviço, seguida da ausência de casa própria – situação enfrentada por grande parte da população brasileira em contexto de produção neoliberal do espaço e de negação do direito à moradia –. Outra questão a ser colocada em pauta se refere à conduta

relatada pelos entrevistados em relação à contratação de mestres de obras e pedreiros para conduzir o projeto e execução da obra em razão do “fácil acesso a esses profissionais (por meio de indicações) e desconhecimento de outras alternativas” (CAU/BR e DATAFOLHA, 2015). Os argumentos utilizados para a não utilização do auxílio profissional instigaram a investigação a respeito do público-alvo dos arquitetos urbanistas e do serviço prestado historicamente por eles para compreender a atuação destes profissionais ao longo do tempo e a construção social da profissão.

Necessário constatar, também, que a cidade acontece com, sem e apesar dos arquitetos, parafraseando Marcelo Lopes de Souza (2010) em: “Com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado”. Tal analogia, assim como proposta pelo autor em relação ao Estado, é também dialética: existindo ou não a atuação do arquiteto urbanista na produção das moradias e até mesmo no planejamento urbano (sendo este mais influenciado pelos empresários do que pelos técnicos planejadores, como será tratado posteriormente), o espaço urbano é produzido e estruturado. Esse primeiro capítulo pretende discutir também a produção do espaço urbano que não conta com o auxílio técnico e os estigmas sociais e problemas reais envolvidos em tal configuração. Objetiva-se, por fim, propor a atuação dos arquitetos no universo de baixa renda apresentando-a como possibilidade de potencializar a produção do espaço.

2.1. Construção histórica e social da Arquitetura e a prática dos arquitetos

Garry Stevens, arquiteto e sociólogo contemporâneo, descreve o ensino da Arquitetura desde suas origens, a fim de revelar o caráter elitista da profissão como oriundo de sua formação. A crítica proposta possibilita o entendimento sobre a proveniência das relações de poder intrínsecas ao campo de Arquitetura e Urbanismo desde a sua origem. Segundo o autor, os arquitetos são formados para se constituírem indivíduos cultos e dotados de gosto, destinados a se tornarem gênios singulares e criadores de edifícios únicos e belos (STEVENS, 2003). É favorecido, desde o início da formação profissional, o aluno talentoso que tem o dom do desenho e a visão sensível para a arte e para a estética ou aquele que já pertence a um importante círculo social. Schon (*apud* STEVENS, 2003, p.66) ainda complementa que o ensino da Arquitetura procura, desde seus primórdios, “impor as mentalidades das classes superiores ao estudante de arquitetura”, formando profissionais munidos de símbolos culturais que reproduzem discursos da classe dominante e que visam sua diferenciação de meros construtores. Para o primeiro autor, Stevens (2003), a questão se valida na medida em que o ensino arquitetônico visa incutir uma forma de *habitus* nos estudantes, de forma que, além dos

saberes técnicos instruídos, o profissional saiba falar como um arquiteto, vestir-se e portar-se como tal.

Sobre tais questões culturais, baseado em Landau (1987) e Groat (1984), Stevens (2003, p.236) afirma que o estudo da Arquitetura baseia-se em um processo no qual “o cerne da questão é a cultura arquitetônica, entendida como sendo constituída pelos arquitetos e suas plateias, uma coleção de indivíduos e os discursos sobre eles”. Com base em tal argumento, a linguagem utilizada no discurso dos arquitetos e os instrumentos e ferramentas utilizados por eles, buscam reproduzir o capital simbólico da disciplina e valorizar e diferenciar a profissão. Importante notar também que é este discurso aculturado que é transmitido aos novos profissionais, de forma que, ainda para o referido autor, estes se convençam sobre a qualidade do produto dos arquitetos e que retratem e propaguem a matemática da Arquitetura, a geometria da estética e o bom gosto do profissional como superiores ao do restante da população. Por este motivo, Stevens (2003) justifica o interesse do ensino de Arquitetura em preservar o capital simbólico acumulado no campo de atuação profissional e transferi-lo aos alunos.

Por fim, a crítica de Stevens (2003) defende que esta forma tradicional de formação de arquitetos não configura profissionais preocupados com aqueles que vão morar ou trabalhar nas edificações projetadas. Os usuários são muitas vezes encarados como empecilhos que atravancam a liberdade de desenvolvimento de projetos conceitualmente belos e artísticos. Contrariando a lógica de produção de espaços que respondam às necessidades de seus usuários, estes, então, se tornam sujeitos às imposições da Arquitetura, de forma que seja ela quem conforme os usos e suas possibilidades de ocupação. Ainda com base na visão apresentada por Stevens (2003), os alunos, desvincilhados das reais necessidades dos clientes, são preparados para atuar de uma forma que transpareça sua posição social e seu poder simbólico. A prática profissional confirma tais afirmações, sendo recorrente a indignação de arquitetos sobre mudanças e alterações de projeto propostas pelo cliente: “mesmo a casa sendo do cliente, ele não tem essa liberdade de fazer o que bem entende porque o projeto é meu”⁷. As relações de poder e controle tentam ser mantidas a todo custo e, mais interessados na estética do que na satisfação dos moradores, “não é surpreendente que os arquitetos projetem tão pouco do ambiente construído” (STEVENS, 2003, p.44).

⁷ Registro da autora. Frase obtida em conversa informal com arquiteto em maio de 2017.

Importante também apontar, como afirmado por Stevens (2003, p.30), que “os arquitetos existem apenas quando a execução da construção está separada de sua encomenda”. Em outras palavras, a atuação do profissional se reduz a projetos e demandas nas quais haja o tradicional planejamento da obra: projeto, execução e uso. É assim que o arquiteto se diferencia do simples construtor. Sua função é intermediar o cliente e o executor, sendo que o cliente, contratante dos dois serviços, define as funções para o edifício, e o executor fornece sua mão de obra. Stevens (2003) reitera que a profissão se consolidou historicamente de forma que faça o intermédio entre a elite e os trabalhadores populares, cabendo ao arquiteto aplicar as convenções estilísticas da época, em posição privilegiada. Seu status garante glamour e prestígio aos projetos desenvolvidos e de autoria de arquitetos e, como afirma Stevens (2003), a estética socialmente garantida com esta assinatura mantém o apego mercadológico imposto à profissão. O arquiteto se realiza historicamente como um prestador de serviços para as classes dominantes e a profissão se configura a partir das demandas do capital, fazendo com que o seu ensino se volte para a formação das competências demandadas pelo mercado de Arquitetura. Os projetos passam a reforçar o estilo de vida cultivado pelas elites e vendido pelo mercado, direcionando a formação profissional para tal atuação e excluindo seu caráter crítico e social (STEVENS, 2003). Neste sentido, a competição (de toda a sociedade e que se estende ao campo profissional) se mantém como regra do campo e, sendo produzidos pelo mercado e para o mercado, a atuação dos arquitetos se reduz a escritórios de prestação de serviços e o perfil dos profissionais da área se torna um modelo, um padrão. Ao se enquadrarem em tantas imposições – desde as do mercado até as regras sociais – os projetos se padronizam, caem em regras definidas como mínimas e ditadas pelos manuais de Arquitetura e pelo próprio Estado-Capital (MORADO NASCIMENTO, 2016a). Assim, a prática profissional se torna parte da engrenagem da produção de moradias padronizadas e do espaço urbano homogêneo e ordenado.

A função intermediadora do arquiteto explicitada por Stevens (2003) vai de encontro à visão de Ferro (2006, p.153), que descreve o arquiteto como o (único) “sujeito possuidor dos diferentes códigos” – os códigos técnicos e leigos –, e justifica nisto a sensação de poder e tentativa de manutenção de controle. Ferro (2006, p.159) afirma que, desde o século XIX, o desenho é o instrumento que faz a intermediação entre o arquiteto, o cliente e o construtor e é, também, o meio de separação “do fazer e do pensar, do dever e do poder, da força e dos meios de trabalho”. Assim, estabelece as relações de poder entre os agentes e propõe que suas hierarquias sejam mantidas. Portanto, como linguagem codificada e instrumento de

valorização do arquiteto, o desenho representa o poder do saber técnico (codificado) sobre os outros saberes e se impõe diante das decisões tomadas por seu projetista. Através deste código, controlam-se as experiências que ali serão vivenciadas, os usos do espaço e os desejos e lógicas que partiram de um olhar específico – o do arquiteto. O desenho impõe as ordens e cobra disciplina em relação à execução de seus comandos. A partir dos símbolos criados pela cultura arquitetônica para a representação dos projetos, retomando Stevens (2003), o arquiteto mantém seu status de classe e sua diferenciação do construtor, o impedindo, inclusive, da prática da criação. Diante destes argumentos, é possível caracterizar o desenho arquitetônico em seu valor de autoridade e de ordem, carregado do discurso a respeito da posição privilegiada do projetista, a hierarquia de saberes e o poder do projeto.

Ferro (2006, p. 207) descreve o arquiteto como o “profissional da fantasia”, aquele que se encarrega da “estética, arte, poesia, plasticidade”, ensinado e habituado, historicamente, a garantir o sistema de classes e de dominação, a reproduzir as relações de poder através da linguagem codificada e a impor sua própria visão de mundo sobre o morar alheio. Assim, ele mantém uma complexa relação de coexistência com o morador e o construtor. Os processos comunicativos entre tais agentes são divergentes e distanciados e as relações de poder se manifestam a todo momento. A prática da Arquitetura é, segundo Kapp, Baltazar e Morado Nascimento (2008), heterônoma, de forma a distinguir o autor, que toma as decisões, e os usuários, que são supostamente incapazes disso. Assim, cria-se uma relação de dominação técnica do agente formado academicamente sobre o trabalhador da construção civil. “A arquitetura nasce com a vocação do controle: controle do trabalho material no canteiro, controle da natureza, controle dos usuários, controle da cidade” (LOURENÇO, 2014, p.151). E, não havendo espaço ou desejo por este controle, também não há campo para o arquiteto – o que reflete na recorrente prática da autoconstrução.

A prática dos arquitetos, com base nos conceitos e argumentos sustentados pelos autores até aqui referenciados, pode se sustentar na relação de domínio de poder mantida nas mãos do profissional através de sua linguagem e status de classe. Mesmo que o arquiteto só faça visitas esporádicas ao canteiro de obras e não detenha o conhecimento da execução da construção, ele é o “dono” do projeto e exige dos construtores absoluta perfeição na execução do desenho. O construtor, em posição de classe e de status minimizados, tem que se adaptar à leitura codificada dos desenhos de Arquitetura e às suas exigências, sendo sentenciado em suas decisões autônomas, ainda que requeridas no decorrer da obra, por não carregar em si o poder do saber e da decisão (FERRO, 2006). O produto-arquitetura é de saber e poder exclusivo dos

arquitetos. Neste cenário, o morador, por também não deter o conhecimento codificado dos desenhos técnicos arquitetônicos, acaba por só se envolver e participar do projeto durante a própria construção, que é quando ele começa a entender a proposta. O desenho do qual tinha acesso representa a projeção do que viria a ser o produto final, mas em uma escala distante da realidade. Esta distância reproduz a ilusão de que entre o projeto e a obra não existem transformações, ocultando que o processo de construção, onde os desenhos saem de uma escala qualquer para a escala real, conta com infinitos atravessamentos e necessárias adaptações, desde as decisões imediatas requeridas em obra até as condições físicas e naturais do espaço e tempo (FERRO, 2006). Há, portanto, um enorme abismo nos processos comunicativos do campo da Arquitetura e do Urbanismo.

O processo convencional de Arquitetura, regulamentado pela NBR 16636-2:2017 de elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos, é caracterizado por fases de projeto que são desenvolvidos evolutivamente. A primeira fase, segundo a referida norma, é a de preparação, a qual conta com levantamento de informações preliminares; programa geral de necessidades; estudo de viabilidade do empreendimento; e levantamento das informações técnicas específicas. A segunda, de elaboração e desenvolvimento de projetos técnicos, é composta por levantamento de dados para a Arquitetura; levantamento das informações técnicas específicas; programa de necessidades para Arquitetura; estudo de viabilidade de Arquitetura; estudo preliminar arquitetônico; anteprojeto arquitetônico; projeto para licenciamentos; estudo preliminar dos projetos complementares; anteprojetos complementares; projeto executivo arquitetônico; projetos executivos complementares; projeto completo de edificação; documentação conforme construído. Este processo, observado e vivenciado na prática dos arquitetos, reitera o distanciamento entre o usuário e as etapas de projeto, de forma que a participação do morador costuma se resumir à aprovação do produto, e não ao processo de projetar. Importante ressaltar, também, que não é de costume trabalhar linguagens para facilitar o entendimento do morador ao projeto proposto. Somando esta questão ao que foi apresentado por Ferro sobre o desenho, a linguagem técnica da Arquitetura reproduz as relações de poder pré-estabelecidas neste processo.

Os projetos impostos pelos arquitetos se tornam um padrão e, enquanto parte da produção de moradias padronizadas – principalmente quando se diz respeito às destinadas à população de baixa renda –, contaminam a sociedade com imagens e modelos de viver e morar. Propagada enquanto objeto/mercadoria, a habitação padrão povoa o imaginário popular como sonho de

o processo no qual o projeto se encontra, separado da construção, o campo de atuação profissional não se estende ao universo da autoconstrução. Sobretudo na prática autoconstrutora por parte da população de baixa renda, não há o planejamento típico sobre o qual se baseia a lógica de produção do arquiteto urbanista (JACQUES, 2002). Nesta prática as decisões são tomadas concomitantemente à obra e de acordo com suas necessidades habitacionais do momento presente e das condições financeiras e temporais para sua execução (MORADO NASCIMENTO, 2016a).

2.2. A outra lógica da prática dos arquitetos urbanistas

A investigação dos processos de autoconstrução embasa a proposta deste trabalho, uma vez que aborda as possibilidades de atuação do arquiteto urbanista frente à produção do espaço urbano autoconstruído. Primeiramente, é preciso esclarecer que a proposição sobre a outra lógica da prática profissional não se refere apenas à população de baixa renda, já que as críticas aqui tecidas também fazem referência à forma tradicional de se fazer Arquitetura. Mas, se ainda enquanto serviço destinado à população de alta renda, este se apresenta restrito e limitado, no universo da população pobre ele é quase inexistente. E, quando existente – na produção de habitação de interesse social, por exemplo –, a sua atuação reproduz modelos padronizados de “moradias” em larga escala e baixo custo, mais voltadas à extração de lucros do que à qualidade de vida do usuário. Isto significa que a habitação de interesse social não pertence ao campo da Arquitetura, reafirmando o questionamento a respeito do que cabe ao arquiteto urbanista. Defende-se que, enquanto inserido na desigual realidade urbana brasileira, o contexto de trabalho dos arquitetos também conta com situações de precariedade, segregação e pobreza. Este trabalho, dentro de seu objetivo primário, pretendeu investigar as possibilidades de atuação técnica nestes contextos específicos.

O que se pretende, portanto, é verificar as possibilidades de aproximação da Arquitetura dos problemas reais do espaço urbano e dos cidadãos, revertendo a histórica atuação impositiva do arquiteto e revelando seu papel de agente político, na medida em que transforma o espaço físico e social e que tem responsabilidades sobre isto. Deixa-se claro que não há uma visão romantizada a respeito da adesão e incorporação desta outra lógica de atuação no campo profissional da Arquitetura. Com base nos conceitos apresentados anteriormente, principalmente por Stevens (2003), entende-se que o ensino da profissão ainda se interessa pela reprodução do valor do capital simbólico do campo e a sua formação é fortemente influenciada pelo mercado. Por isso, este trabalho propõe a prática como necessária para que a

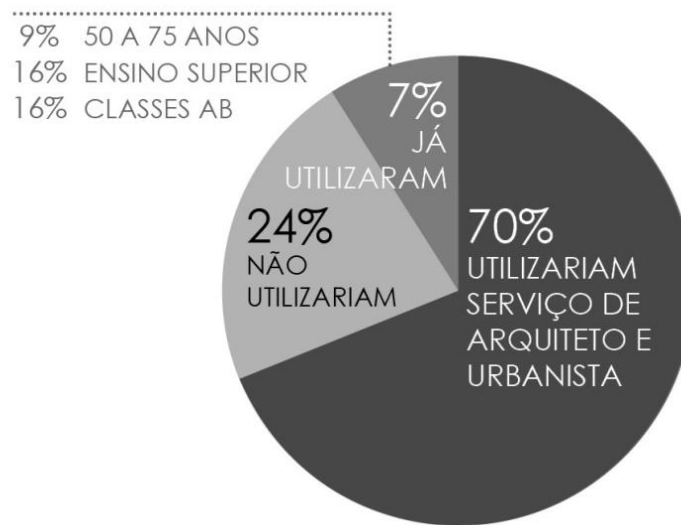
outra lógica de atuação da Arquitetura e para que a população possam incorporar esta visão. Acredita-se que a interferência no processo de autoconstrução pela população de baixa renda é efetiva apenas se for desejada pelo morador, mas, ao menos, pode ser ofertada como possibilidade. Além disto, questiona-se de onde parte o interesse pelos processos de projeto compartilhados com os usuários – método de atuação proposto por este trabalho –, de modo que o morador possa preferir manter seu processo de construção sem a presença de agentes externos e até mesmo optar por consumir projetos prontos e finalizados, como é a prática recorrente da produção habitacional em contextos neoliberais. É importante, também, esclarecer que o mercado começa a despertar maior interesse por inserir a população de baixa renda no campo de atuação profissional, na medida em que vê a possibilidade de esta se tornar lucrativa. Esta percepção foi gerada a partir da investigação sobre as metodologias e objetivos de diversas empresas que começam a surgir, voltadas às classes sociais menos favorecidas por conta da baixa adesão do serviço de Arquitetura em contextos de média e alta renda. Em meio a crises econômicas e estruturais, até mesmo a população de baixa renda se apresenta como potencial consumidora, no caso, cliente de um novo nicho no mercado da Arquitetura. As iniciativas que propõem uma atuação “social” serão apresentadas adiante. Desde já, revela-se uma necessária atenção para que a prática de atuação do arquiteto no universo da autoconstrução não se torne apenas outro lugar para a reprodução de capital e de modelos moradia-mercadoria.

Por fim, este trabalho não propõe uma Arquitetura alternativa, dado que esta palavra pressupõe substituição, e não se sugere que se extinga o papel original da profissão e nem sua lógica tradicional de atuação. O que se propõe é a investigação das fissuras, do que, baseado em Holloway (2013), seriam os espaços que se abrem entre as formas tradicionais de exercício e atuação, como rasgos e rachaduras, que negam e questionam o sistema tradicional e que propõem novas discussões e criações. A proposição é aprimorar estes pontos de contradição, as possíveis arquiteturas que surgem em meio a convencional e que rompem com a lógica da dominação e do capital a qualquer custo. Estas possibilidades representam caminhos para a eclosão de transformações sociais, de novas relações de poder, de arquitetos propositivos que se posicionam para além da técnica e atuam como agentes políticos, sendo questionadores e provocadores de outra lógica possível da prática. Ainda com base em Holloway (2013, p.22), “as fissuras são sempre perguntas” e, durante esta pesquisa, abarcaram questões em relação à prática tradicional dos arquitetos, aos processos de compartilhamento e comunicação de projetos e às transformações possíveis das condições de

moradia da população pobre através da atuação técnica. Partindo de uma universidade federal, as fissuras e questionamentos gerados enquanto pesquisa acadêmica se estenderam ao espaço urbano real e se materializaram na atividade empírica desenvolvida neste trabalho. Fissura-se, portanto, o campo da Arquitetura e do Urbanismo na medida em que se propõe o exercício da profissão, primeiramente, na cidade autoconstruída pela população de baixa renda e, em segundo lugar, sob uma lógica de processo de projeto compartilhado com o usuário – não sob uma lógica baseada no controle hierárquico do arquiteto.

A atuação do arquiteto urbanista que surge nesta fissura da profissão, aqui investigada, se apresenta pretensiosa. Isto porque permite a discussão de métodos, instrumentos e linguagens que possibilitam um maior interesse da população pela atuação do profissional, na medida em que ampliam a interação do morador com o processo de projeto. Enquanto exercício em contextos de baixa renda, a proposta de atuação se apresenta, também, como um caminho possível para a melhoria da qualidade de vida desta população, partindo da hipótese que o saber técnico pode somar informações importantes ao processo de autoconstrução. Isto contando com uma atuação profissional que busque a reversão de estigmas sociais a partir de outros olhares a respeito do conceito de uma moradia adequada, segura e saudável. Sob esta lógica, propõe-se a superação da precariedade existente em contextos de baixa renda. Entende-se que o ensino e o exercício da profissão necessitam se transformar para que considerem as diferentes visões de mundo de cada profissional, sua bagagem cultural e sua maneira de atuar. Por fim, pressupõe-se que a prática compartilhada entre técnico e autoconstrutor pode potencializar a prática dos moradores e trazer, também ao campo da Arquitetura, saberes da autoconstrução. Para confirmar a possibilidade de aplicação de tais teorias e proposições, retoma-se a pesquisa do CAU/BR e do Instituto Datafolha (2015). Ela revela que o serviço do arquiteto urbanista é de interesse popular, pois foi demandado por 70% dos entrevistados.

Figura 9 - Percentual de interessados pelo serviço de Arquitetura e Urbanismo.



Fonte: Instituto Datafolha e CAU/BR (2015).

Em busca de contrapontos à restrita prática dos profissionais no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda, propõe-se uma pesquisa das ações já existentes sob esta lógica. Ou seja, um estudo empírico que experimente esta atuação e a proposição de possíveis caminhos que possibilitem a ampliação do campo de Arquitetura e Urbanismo para o universo da autoconstrução.

Antes de retomar a discussão das possibilidades de atuação técnica nestes contextos, duas palavras essenciais já devem ser apresentadas: autonomia e linguagem. Para a atuação, toma-se como premissa o rompimento com a linguagem tecnocrática e codificada do arquiteto, por meio do desenho técnico, anteriormente discutida a partir de Ferro (2006) e Stevens (2003). Da mesma forma, adota-se que a prática deva preservar a autonomia dos habitantes do espaço na medida em que o morador tem poder de decisão sobre as transformações a se efetivarem no espaço de sua moradia. Busca-se também não reproduzir a lógica da cidade formal ou aquela sob a qual os arquitetos urbanistas foram formados academicamente (JACQUES, 2002). Propõe-se, portanto e desde já, a transformação da relação arquiteto-cliente. O arquiteto não se apresenta aqui mais como um prestador de serviço, aquele que recebe a demanda e devolve um produto pronto, assim como o cliente não é mais aquele que busca o serviço em sua forma tradicional – até porque ele, imerso na cultura da autoconstrução, já resolve por si só as questões relacionadas à produção de sua moradia. Rompe-se, então, com a tradicional prática de atuação profissional e, consecutivamente, com as definições de arquiteto planejador e de morador consumidor. Propõe-se a transformação dos processos de decisão de

forma que o arquiteto desta outra lógica não detenha, e tampouco objetivo, o poder de decisão em suas mãos. Rompe-se também com a lógica de distanciamento entre projeto e construção, já que a autoconstrução é um processo contínuo que não costuma contar com o planejamento típico dos arquitetos – desenvolvimento de projeto e posterior construção –. A lógica da autoconstrução se baseia na construção e uso, simultaneamente (LOURENÇO, 2014). Sendo assim, o tempo de desenvolvimento do desenho tem que se adaptar ao tempo da obra e das necessidades habitacionais da família.

A Arquitetura deixa de ser um produto adquirido pelo cliente-usuário, que aqui passa a ser chamado de morador, e que rompe com sua relação de consumidor de um produto-moradia. “Usuários são pessoas que, por definição, não produzem espaço, mas o recebem em formas determinadas por outros, mais ou menos preocupados com seu bem-estar” (KAPP, BALTAZAR e MORADO NASCIMENTO, 2008 *apud* LOURENÇO, 2014, p.156). A relação que se propõe é a de compartilhamento, a partir da formação de uma rede de trocas de saberes. Toma-se o conceito de autonomia dependente, baseado em Morin (2005) para adotar a vivência prática da população nos processos de decisão sobre o espaço, de forma que esta, se acolhida pelos arquitetos, transforma o processo de projetar. Como foi apresentado por Morado Nascimento (2016b), o morador tem sua cultura de morar, seus saberes herdados e criados e é ele quem vai dar uso ao espaço desenvolvido. Ao mesmo tempo, o profissional tem conhecimento científico para “atuar na qualidade de consultor ou assessores dos cidadãos, prestando esclarecimentos fidedignos imprescindíveis aos processos de tomada de decisão” (SOUZA, 2011, p.329). Propõe-se, portanto, uma atuação através da mediação, como lugar da prática social, na qual, por meio da troca de informações entre arquiteto e morador, permite-se “tanto a transformação do saber prático de moradores como o do saber científico dos arquitetos, assim como a promoção da autonomia” (MORADO NASCIMENTO, 2010, p.1).

Considerando que a comunicação efetiva só é possível se, e somente se, as experiências e as vivências são livremente expressas (a liberdade de criação), o processo produtivo baseado na informação compartilhada permite a elaboração de uma outra lógica da prática – o agir não se faz pela reunião de um grupo nem pelo indivíduo, mas a partir da informação que faz sentido a cada um na busca e na criação pela identificação primeira do todo – a comunidade política. (MORADO NASCIMENTO, 2016a, p. 159)

Esta outra lógica de atuação do arquiteto se baseia, portanto, em um processo de decisão compartilhada com o morador, de forma que a informação esteja presente neste processo, que a linguagem do arquiteto seja condizente com a realidade do morador e que a comunicação seja efetiva. Só assim, dotado de todas estas condicionantes e de um arcabouço de

possibilidades, acredita-se que o usuário da moradia possa fazer escolhas sobre seu espaço. Faz-se necessário enfatizar que se pretende uma atuação profissional que não desqualifique o autoconstrutor como tal, mantendo sua prática, motivações, contexto cultural e seu poder de decisão mesmo com a atuação técnica.

Morado Nascimento (2016a), partindo da concepção de Marx sobre a ação política se realizar na prática dos homens, afirma que, para se tornarem agentes políticos e sociais e deixarem de se sujeitar às imposições da classe dominante, os indivíduos precisam ter poder de decisão sobre as mudanças a serem acometidas no espaço. Para Harvey (*apud* MORADO NASCIMENTO, 2016a, p.147), este “direito de decidir sobre a cidade que se quer” é o responsável por dar (ou não) ao cidadão o direito à vida urbana. Assim, esta outra lógica, que é baseada na autonomia dos indivíduos, se desponta como possibilidade para se alcançar o direito à cidade.

A transformação da realidade, assim, está assentada nas possibilidades de escolhas e de decisões livres da dominação tecnológica e científica (no sentido da ciência) e da ordem política (no sentido do Estado). Se assim é, o homem não se apropria do mundo, mas age no mundo e o ponto de partida da experiência do pensamento prático, então, é o dissenso diante do que há no mundo. (MORADO NASCIMENTO, 2016a, p.153)

Francisco de Oliveira trata a cidadania, em entrevista realizada por Silvio Caccia Bava (2000, p.1), como um “estado pleno de autonomia, quer dizer, saber escolher, poder escolher e efetivar as escolhas”. Neste sentido, o cidadão de baixa renda não tem escolhas. Ele mora onde consegue morar, ficando com as sobras, com o que não é de interesse de quem tem o poder da compra e da decisão. O cidadão de baixa renda transforma o espaço e age sobre ele, mas sua cidadania não pode ser medida pelo seu poder de escolha, já que, baseado no mesmo autor (2000, p.7), escolher requer autonomia: “significa que você é capaz de acessar, de trabalhar, de manipular, manipulação no sentido de utilizar os recursos, usufruir e utilizar os recursos”. A atitude de escolher requer informação, educação, oportunidades e possibilidades. Ainda para Oliveira (2000, p.7), “se alguém não domina as linguagens universais pelas quais ela acessa os reconhecimentos da sociedade, acessa o outro, acessa a alteridade do outro, evidentemente cidadão ele não é. Ele não tem condições de ser”. Desta maneira, se não há a informação em uma linguagem democrática no processo de decisão sobre a própria moradia, não há escolha, mas sim sobrevivência. Além disto, sem um repertório de possibilidades, as escolhas são apenas fruto da reprodução do sistema social e normativo vigente que impõe um estilo único de viver e de morar.

A partir, primeiramente, das discussões apresentadas por Morado Nascimento (2010) e Oliveira (2000), a autonomia já extrapola o sentido generalista conferido a ela: de ação isolada e independente. É importante significá-la, também, de uma maneira que se enxergue o indivíduo, único e autônomo, como parte de um sistema social. Castoriadis (1991) define os indivíduos autônomos como fragmentos ambulantes e complementares da sociedade, agentes formadores de um sistema social que se autorregula, autodetermina e se autolimita, de forma a estabelecer os princípios e normas a serem seguidos por si próprios. Ou seja, os indivíduos criam as próprias regras pelas quais se submetem. Eles são, assim, tão autores quanto produtos das histórias, das regras e das instituições sociais criadas por si mesmos. Para Morin (2005, p.288), “os indivíduos fazem a sociedade, que, por meio da cultura, faz os indivíduos. A autonomia da sociedade depende dos indivíduos, cuja autonomia depende da sociedade”. A visão deste autor sobre autonomia não propõe que o indivíduo aja sem interferências externas e/ou de forma isolada. Morin associa a vida humana autônoma a uma rede de dependências que se iniciam na família, perpassam pela educação escolar do indivíduo e se estendem ao longo de sua vida. É a partir destas relações de dependência, estabelecidas desde o nascimento, que a autonomia individual é desenvolvida. Por conseguinte, os indivíduos dependem do espaço físico em que vivem, de sua ascendência genética e da sociedade em que fazem parte, sendo autônomos no sentido de serem capazes de agir e de transformar o espaço de acordo com suas possibilidades de escolha.

Acrescentando ao pensamento de Morin (2005) à visão de Bourdieu (*apud* THIRY-CHERQUES, 2006), o indivíduo deve ser estudado sempre considerando o contexto social em que está inserido. É preciso investigá-lo para além das questões individuais, o que precede a ação do indivíduo, pois as relações e as práticas sociais são intrínsecas à sua formação, uma vez que o homem é sujeito da estrutura do local ao qual pertence. Sendo o indivíduo tanto ator como produto da sociedade e da sua história, ele é estruturante e também estruturado pelas condições de reprodução do sistema social e de produção do espaço. Nas palavras de Tibo (2017, p.6), “o ser autônomo está inserido dentro de um sistema complexo de regras e que sua práxis está diretamente relacionada com a sociedade, não sendo uma ação isolada e sem rebatimento dentro da própria coletividade”. O que se quer dizer é que a prática autônoma de produção da moradia pelo autoconstrutor não o isola da sociedade, de forma que tanto a signifique quanto seja significado por ela. Sob esta mesma lógica, não se pretende manter a práxis do morador autoconstrutor como ação intocada e que não pode receber intervenção de outros atores. Propõe-se que seu processo de tomada de decisão possa contar com

informações que ultrapassem o seu arcabouço, de forma a possibilitar que o morador efetive sua possibilidade de escolha. A informação técnica, se conferida ao autoconstrutor em uma linguagem sob a qual este realmente compreenda, permite potencializar seu processo de decisão, que já conta com seus saberes cotidianos e com sua prática social.

A mudança de postura proposta é um desafio para o campo de atuação na medida em que, desde o princípio, revela entraves e dificuldades: a Arquitetura é feita de um planejamento típico, cronologicamente estabelecido, e a autoconstrução acontece no tempo da necessidade. Desta forma, é preciso que sejam discutidas metodologias e linguagens para que tal lógica se concretize como um possível caminho de transformação social, rompendo as hierarquias interiorizadas e reproduzidas pela profissão.

O mais difícil, no início, é romper a totalidade fechada do sistema. De fato, o exercício atual da profissão compõe um universo de tal força e resistência que, apesar de enormes fissuras que o rompem, ele tem ainda uma estabilidade enorme. (FERRO, 2006, p.212)

A partir do momento em que se propõe o compartilhamento, é preciso dissolver e reconstruir as relações hierárquicas que estão previamente interiorizadas entre os agentes. O tempo da autoconstrução é distinto da prática do arquiteto, então é preciso compatibilizá-los. Na autoconstrução, as moradias se estruturam ao longo do tempo, as demandas se dão muitas vezes pela urgência e as decisões são rapidamente tomadas no momento da disponibilidade de recursos e mão de obra (MORADO NASCIMENTO, 2016b). Na prática arquitetônica, entre ouvir a proposta do cliente e dar a ele uma resposta, há um tempo de pesquisa, de experimentação, de projeto, de desenho e de representação. Este modelo é custoso e demorado. Há o entrave da linguagem, referenciado sob a ótica de Ferro (2006) e Stevens (2003), que demonstra a necessária transformação dos processos de comunicação entre o arquiteto e o morador: o desenho técnico precisa deixar de ser um recurso impositivo para cumprir o seu papel de comunicar. A atuação também é um desafio no ponto de vista da viabilidade econômica, propondo a necessidade de se extrapolar as barreiras da filantropia e do voluntariado.

Arquitetos são treinados para projetar obras com alto nível de formalização técnica, que pressupõem soluções inteiramente definidas e uma estrutura especializada de execução, com projetos complementares, orçamentos, cronogramas e um canteiro organizado hierarquicamente e comandado por pessoas que conhecem os códigos do desenho técnico. (KAPP, NOGUEIRA, BALTAZAR, 2009, p.13)

Os desafios apresentados podem ser lidos também como potenciais, no que diz respeito ao desenvolvimento e à experimentação de métodos e linguagens que aproximem as distâncias

pré-existentes entre os agentes. Para Tibo (2017, p.9), esta outra lógica de atuação do arquiteto urbanista “deve estar livre de todos os símbolos e códigos que estão vinculados à formalização do projeto arquitetônico”, ainda que demande a criação de outros instrumentos para registrar o projeto e formalizá-lo. Segundo a autora, “a linguagem deve fazer sentido para ambos construtores e só assim, se dará a vinculação entre eles”, e estas trocas de experiências acontecem no “próprio ato de experimentar” (TIBO, 2017, p.9). Tais linguagens precisam, portanto, ser vivenciadas e experimentadas. O estudo prático é essencial para ampliar o debate e imprimir os limites e as potências desta outra lógica de atuação. Ainda segundo a autora, a própria troca de experiências obtida nas conversas com os moradores pode ser significativa a ponto de não demandar, necessariamente, a formalização do projeto.

Lourenço (2014) indica que a prática requer, também, a desconstrução do arquiteto, de forma a abrir os discursos dos profissionais, extinguir os códigos e fetiches criados para a profissão e inserir o morador nos processos de decisão. O mesmo autor propõe que a lógica hierárquica precisa ser rompida, a partir do que Kapp, Baltazar e Morado Nascimento (2008 *apud* LOURENÇO, 2014, p.168) sugerem a respeito da extinção dos “ideais de autoria e integridade das obras arquitetônicas, bem como do pressuposto de que usuários e construtores são sujeitos passivos, dispostos a conformar todas as suas ações à imaginação de um arquiteto”. A ênfase é, então, no processo de desenvolvimento da atuação, nas suas formas de compartilhamento e em como são conduzidas as tomadas de decisões. A informação precisa estar presente em todos os agentes envolvidos para que, a partir daí, o morador possa realmente fazer escolhas. Esta informação é acatada e/ou transformada quando passa a fazer sentido para si (MORADO NASCIMENTO, 2016a). Não é nem o arquiteto trabalhando sozinho, nem o autoconstrutor: a decisão é do morador, mas se vincula a informação compartilhada entre todos. Este raciocínio vai de encontro ao conceito de Autonomia Dependente, proposto por Morin (2005).

Neste [outro processo], alguém decide por um sujeito autônomo em nome de "saber melhor o que convém a ele"; na nossa proposta, o sujeito decide. Para que ele bem o faça, é necessário que as explicações lhe sejam dadas em linguagem acessível quanto aos objetivos e resultados esperados da pesquisa, eventuais riscos e implicações, e do papel que terá nela. No momento em que o pesquisador percebe que o sujeito está adequadamente informado, deve deixá-lo livre para decidir. (GUIMARÃES E NOVAIS, 1999, p3)

A mediação propõe, então, a troca de informações e saberes entre técnicos e moradores, de forma que o saber construído pode alimentar e fortalecer o processo de tomada de decisões do autoconstrutor. O arquiteto é capaz de fornecer dados importantes para a prática do morador,

ao mesmo tempo em que este compartilha elementos de sua práxis que colaboram com a formação do arquiteto. Em consonância com Soares (2012, p.112), reafirma-se que:

a proposta de mediação da informação não representa uma manifestação contrária ao papel do arquiteto e de demais profissionais dos campos do conhecimento acadêmico envolvidos na construção do espaço urbano. É correto afirmar que a prática cria uma forma de acesso ao conhecimento técnico. No entanto, ela não representa uma forma unilateral de extensão da capacitação técnica ou a imposição da visão tecnocientífica sobre a experiência prática. A mediação representa uma possibilidade de aprendizado social para seus atores, sejam moradores/autoconstrutores, sejam arquitetos e demais construtores.

O arquiteto passa, então, a atuar de forma diferente. Ele deixa de ser quem recebe a demanda e soluciona os problemas e abandona um vínculo de hierarquia e poder sobre o projeto. Passa a ser um provocador, um propositor, um mediador de informações. Esta outra prática profissional só é possível a partir de outra visão sobre a autoconstrução e sobre o valor do saber prático do morador, cujo processo de tomada de decisão passa a contar com outras informações, distintas de seu arcabouço. Desta forma, serão investigados caminhos que possibilitem uma prática para além da doação, do assistencialismo e do voluntariado, discutindo possíveis financiadores, métodos de compartilhamento de projeto e os agentes realmente interessados nesta atuação.

O papel do arquiteto, seu aval e sua assinatura têm valor também na luta política, na medida em que seus argumentos técnicos são reconhecidos pelo poder público e pela sociedade em si (LOURENÇO, 2014). Ao mesmo tempo, deve-se atentar para que não seja reproduzido o fetiche em relação à profissão e às imagens produzidas por ela. Este fetiche é comprovado no discurso de uma moradora autoconstrutora: “só a palavra ‘Arquitetura’ já é bonita”⁹. Parte-se da hipótese, posteriormente investigada nos estudos de caso deste trabalho, de que os arquitetos, com sua devida consciência do poder que lhes é conferido socialmente, podem fortalecer o discurso da autoconstrução e o reconhecimento dos moradores de favelas, loteamentos irregulares e ocupações urbanas. Mas, para isso, Lourenço (2014, p.167) aponta que:

é necessário abrir nossos discursos, desmontar nossos códigos e fetiches e esclarecer o que de fato pode ser relevante em nossa atuação, de modo que o público – no caso, os moradores das ocupações – possa se posicionar em relação ao que propomos e, com isso, também discutir com as respectivas instituições que irão se debruçar sobre o conflito.

⁹ Fala de moradora do conjunto habitacional Gazuza, em Diadema-SP, 2017 durante visita ao bairro. Registro da autora.

Objetiva-se, por fim, discutir tais possibilidades, os seus limites e entraves, bem como buscar, no compartilhamento de projetos, caminhos para uma atuação ampliada e efetiva do profissional. A proposta é buscar a alteração dos processos de transformação social, mas não a partir de uma solução única e generalizada para os problemas urbanos. Para o desenvolvimento deste trabalho, apesar de serem reconhecidos os devidos desafios e limites, acredita-se que a presença do saber técnico na cidade autoconstruída pode promover melhores condições construtivas às moradias e à produção dos espaços comuns, maior qualidade de vida aos moradores e, enquanto possibilidade vislumbrada, minimizar o estigma social ligado à autoconstrução. Discute-se, portanto, como é possível efetivar estas transformações no espaço a partir da prática profissional.

2.3. Assessoria técnica x Assistência técnica

Para o exercício prático da proposição de outra lógica do exercício da profissão, é necessário diferenciar assessoria técnica de assistência técnica. A questão se apresenta importante na medida em que estas práticas produzem resultados diferentes, de acordo com os métodos e as metodologias que utilizam para a atuação.

Importante ressaltar, também, a existência da Lei Federal de Assistência Técnica, número 11.888 do ano de 2008. Ela assegura o serviço público e gratuito de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia a grupos familiares com renda de até três salários mínimos. Nesse sentido, a prerrogativa colocada é de assistir, fornecer de forma gratuita às famílias de baixa renda trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação. Esta possibilidade de atuação do profissional é garantida, legislativamente, pelo Estado, e o termo “assistência”, utilizado em sua nomeação, determina também seus moldes de exercício. Desde já, “assistência” remete ao assistencialismo, aos assistidos, distante da possibilidade da troca de saberes envolvidos na “assessoria”.

A breve linha do tempo abaixo foi desenvolvida de forma concisa, apenas para representar os antecedentes à Lei de Assistência Técnica e assinalar algumas iniciativas neste período. A análise histórica se inicia em 1960, com o grande deslocamento para as cidades brasileiras, onde a população pobre começou a se instalar no espaço urbano em situações precárias e insalubres. Estas condições passaram a ser, então, alvo de preocupação por parte de

engenheiros e arquitetos¹⁰. Diante deste contexto e sob iniciativa pública, o Banco Nacional de Habitação foi criado para subsidiar economicamente a moradia para a população de baixa renda. Em meados dos anos 70, alguns programas de assistência técnica à moradia foram desenvolvidos. Um exemplo destes é a proposta “Assistência Técnica à Moradia Econômica – ATME”, implementada no Rio Grande do Sul, em 1976 (IAB, 2010). Em 1980, houve iniciativas, em São Paulo, de equipes técnicas junto a movimentos sociais sob regimes de autogestão. Neste período, o meio acadêmico do campo de Arquitetura e Urbanismo começou a se mobilizar, o que pode ser comprovado pela criação, no fim dos anos 90, pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (FENEA), do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), voltado para a atuação em comunidades de baixa renda. Em 2001, com o Estatuto da Cidade, a moradia se tornou um direito social. Nos anos 80, tendo sido extinto o BNH, a política econômica voltada para a habitação de interesse social só foi reestabelecida em 2005, pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, criando, em 2008, o Programa Minha Casa Minha Vida. Finalmente, cria-se em 2008 a Lei de Assistência Técnica.

Figura 10 - Linha do tempo da assessoria técnica.



Fonte: Produção da autora.

Sobre as práticas na cidade de São Paulo, é importante destacar as iniciativas dos grupos Usina e Peabiru. Estas contribuem para as discussões das formas de atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído e estão inseridas na pesquisa de referências projetuais, parte integrante deste trabalho.

¹⁰ Dados extraídos do site da ATHIS – Oficinas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, organizado pela PEABIRU TCA. Disponível em: <http://www.athis.org.br/>. Acesso em julho de 2017.

Retornando à análise da Lei 11.888/2008, pode se afirmar que esta ainda não solucionou a questão da precariedade envolvida na autoconstrução, mas é um importante marco na luta pelo serviço de Arquitetura e Urbanismo à população de baixa renda. A lei ainda é pouco efetivada pelos municípios e os seus moldes, quando aplicados, ainda se apresentam tecnocráticos e hierárquicos. A lei está relacionada com a necessidade do ordenamento e controle urbano pela gestão pública, da qualificação das moradias do ponto de vista da formalização e do enquadramento no que é permitido nas cidades do ponto de vista legal. Sua aplicação também será discutida posteriormente através da análise de uma referência projetual que implementa a Lei 11.888/2008. De toda forma, para a efetivação da legislação, esta garante a sua associação com a Política Nacional de Habitação, para que receba recursos anuais do FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social). Em relação à prestação do serviço profissional, o artigo 4º regula que estes devem se conveniar ou estar em parceria com o Estado atuando como:

- I - servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;
- III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;
- IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município. (Lei 11.888, 2008)

O Estado subsidia a implementação do serviço, de forma que o profissional seja remunerado por este e o morador de baixa renda não pague por isto. A lei, mesmo que prevista, ainda não é largamente aplicada e estruturada nos municípios brasileiros. Há também a dificuldade dos métodos, linguagens e hierarquias a serem adotados em sua implementação. Segundo Tibo (2017, p.18), em sua maior parte, a lei reproduz “regras e diretrizes do mercado formal que incorpora abordagens projetais tradicionais, que muitas vezes, estão bem distantes das práticas construtivas de quem ela pretende atender como público alvo”. É importante trazer o posicionamento crítico a respeito dos moldes sob os quais se implementa esta atuação e que denotam, como o próprio nome da lei, o caráter assistencialista das ações praticadas pelo Estado.

De acordo com Baltazar e Kapp (2016, p.4), “o paradigma da assistência se funda nesse ideário assistencialista”, de modo que conote a inferioridade dos assistidos. O morador prossegue em sua posição de receptor de um projeto técnico desenhado e imposto segundo o olhar dos técnicos. Diferencia-se o conceito de assessoria técnica no sentido deste considerar

o morador como parte do processo de projeto, sugerindo “uma relação sem dominação, ainda que assimétrica” (BALTAZAR e KAPP, 2016, p.4). Desta forma adota-se, para as discussões e forma de atuação proposta por este trabalho, o seguinte conceito de assessoria técnica:

Meio de mediação entre os saberes dos construtores, que visa aproximar à realidade construtiva dos autoconstrutores à ferramentas projetuais e soluções técnicas que propiciem a qualificação na tomada da decisão projetual, ou seja, que possibilite uma tomada de decisão consciente de seu potencial e suas fragilidades. (TIBO, 2017, p.4)

A assistência técnica, pelo contrário, reproduz as relações hierárquicas do campo da Arquitetura e não pressupõe a autonomia do morador. É importante considerar que a Lei de Assistência Técnica, ainda que represente a viabilidade financeira da atuação do arquiteto, se utiliza dos métodos e de práticas assistencialistas que não promovem o compartilhamento do projeto e a autonomia do morador. A assistência técnica diferencia-se, portanto, do que é proposto nesta pesquisa. Desta forma, a assessoria se apresenta como a metodologia capaz de possibilitar a efetivação da atuação do arquiteto urbanista na cidade, produzida pela população de baixa renda por se dar através da mediação entre os saberes dos autoconstrutores e dos profissionais habilitados academicamente. Esta prática preserva o poder de tomada de decisão nas mãos do morador inserindo a informação técnica ao processo de projetar dos autoconstrutores, sendo pautada, portanto, pela busca do compartilhamento de informações por meio de um diálogo recíproco, não hierárquico e a partir do entendimento da lógica de morar do autoconstrutor. Seu contexto de inserção no espaço urbano e as relações sociais ali estabelecidas também influem sob este processo. Por fim, como não existem métodos pré-definidos e uma regra única para esta atuação, apresenta-se como necessário o estudo de experiências já existentes neste campo e a investigação empírica proposta por este trabalho.

Importante ressaltar que, as discussões colocadas até este ponto, embasaram e fomentaram a prática aqui proposta enquanto trabalho de dissertação de mestrado. Da mesma forma, as práticas que serão apresentadas instigarão o desenvolvimento de outras discussões e teorias, que voltarão a ser expostas após a demonstração dos estudos de caso. Esta investigação se baseia na metodologia proposta por Bourdieu, na qual a teoria não se desvincula da prática, tal como o seu inverso não é verdadeiro.

3. DIÁLOGOS: Experiência de assessoria técnica na Vila Acaba Mundo

A fase empírica deste trabalho se deu no exercício de assessoria técnica, desenvolvida junto ao grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFGM. O projeto desenvolvido se chama “Diálogos: A mediação da informação na produção e no uso da moradia” e seu propósito é investigar e experimentar o processo de construção compartilhada por meio da mediação da informação entre arquitetos/pesquisadores e moradores. Além disso, o projeto busca propor linguagens, metodologias e ferramentas capazes de estabelecer um diálogo recíproco e relevante para todos os envolvidos no processo. Apresenta-se o estudo de caso deste trabalho abarcando os conceitos de assessoria técnica anteriormente apresentados e de forma a experimentar métodos e linguagens e seus limites e entraves na forma de atuação proposta.

A prática se concretizou na Vila Acaba Mundo, região centro-sul de Belo Horizonte (MG, Brasil), de novembro de 2016 ao início do ano de 2018. Segundo Tibo (2017), a Vila Acaba Mundo se formou a partir da implantação da Mineradora Lagoa Seca em meados de 1940 e, hoje, conta com cerca de seiscentas famílias, quinhentas moradias, rede de água, de esgoto e iluminação pública. A área é reconhecida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte como Zona Especial de Interesse Social -1, ou ZEIS-1, descrita pela Lei nº9959/2010 como:

Regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda, nas quais existe interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e à sua integração à malha urbana (Lei nº9959/2010)

Importante ressaltar a descrição da lei para que, ao serem discutidas as possibilidades de atuação nestes espaços, fique claro que as ZEIS estão sujeitas à aplicação de políticas públicas, incluindo processos de melhorias habitacionais.

Figura 11 - Localização da Vila Acaba Mundo.



Fonte: Produção do PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Figura 12 - Imagem aérea da Vila Acaba Mundo.



Fonte: Base Google Earth modificada pelo PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Foi realizada uma pesquisa chamada “TOC TOC_ Territórios de Ocupação Coletiva”¹¹ pelo programa Pólos de Cidadania da Escola de Direito da UFMG, em parceria com o Coletivo Construtores do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNA. A pesquisa foi realizada com os moradores da Vila Acaba Mundo durante um processo de regularização fundiária para o local e contou com a inserção de um questionário relacionado à assessoria técnica. Este trazia perguntas relativas ao desejo de auxílio técnico construtivo pelos moradores. A análise de seus resultados revelou grande interesse da população por reformas nas edificações (57,5%) e pela presença de profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo (62,78%), fomentando a participação e a prática de assessoria técnica por parte da equipe do PRAXIS-EA/UFMG.

¹¹ A pesquisa TOC TOC_ Territórios de Ocupação Coletiva, ainda em fase de relatório preliminar. Não foi publicado.

Figura 13 - Dados gerais da pesquisa TOC_TOC sobre situação do imóvel, tempo de moradia, pretensão de reforma e interesse por assessoria técnica.



Fonte: TIBO, 2017.

Figura 14 - Dados gerais da pesquisa TOC_TOC sobre possibilidades de intervenção construtiva. Classificação feita pelo número de citações de cada demanda, agrupada por afinidade construtiva.



Fonte: TIBO, 2017.

Figura 15 - Dados gerais da pesquisa TOC_TOC sobre as principais queixas dos moradores.



Fonte: TIBO, 2017.

Os dados obtidos na pesquisa revelam que as principais intenções de mudanças nas construções por parte dos moradores se situam na construção de nova laje, reboco/pintura, reforma geral, instalação de materiais de acabamento e ampliação da edificação. Entretanto, é visto também que estas não são as principais queixas dos moradores em relação às suas moradias atuais. As maiores reclamações se referem ao calor, umidade, dimensionamento dos ambientes, falta de ventilação e difícil acesso à moradia. Assim, comparando intenção de mudança e queixa, apenas o dimensionamento é um elemento comum entre a reclamação e o plano construtivo. É importante perceber que este descompasso entre obra e patologias é comum na prática da autoconstrução e é uma questão a ser observada e trabalhada no contexto da assessoria técnica. Segundo Laerte, presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo, no primeiro contato com o grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG:

Há um gasto excessivo nas construções por falta de acompanhamento... as pessoas não sabem por onde começar a obra. E não sabem como resolver definitivamente um problema de infiltração, por exemplo. Aí tem que fazer e refazer várias vezes e gastar muito dinheiro.¹²

Desde os primeiros encontros com Laerte, que é também morador da vila, o grupo PRAXIS-EA/UFMG foi solicitado para desenvolver o trabalho de assessoria técnica, demanda explicitada pela população por meio da pesquisa “TOC_TOC”. Combinou-se que os processos seriam realizados de forma compartilhada com os moradores, portanto, de forma não convencional ou hierárquica, próprio do formato de prestação de serviços de Arquitetura. Deixou-se esclarecido, também, que esta forma de trabalho se baseava na troca de saberes, de forma que as práticas ali realizadas trariam informações importantes à pesquisa desenvolvida

¹² Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em entrevista em novembro de 2016.

pelo grupo, ao mesmo tempo em que poderia trazer legitimidade e benefícios aos autoconstrutores. A prática que se propõe se baseia no arquiteto como investigador dos processos envolvidos na autoconstrução, sendo que, assim como os moradores, os pesquisadores-arquitetos se beneficiariam desta relação. O papel do arquiteto não foi proposto como o de um solucionador de problemas e sim como mediador e assessor técnico. Tais pressupostos foram antecipadamente esclarecidos tanto com os moradores quanto com o presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo, objetivando romper as relações de prestação de serviço entre cliente e arquiteto, de voluntariado em seu sentido de atuação assistencialista e de hierarquia de poder entre os agentes do processo. Se todos os envolvidos podem ser beneficiados, a relação é de troca.

O contato com a população iniciou-se pela divulgação da presença dos pesquisadores na Vila Acaba Mundo através de panfletos (Figura 16) e pelo presidente da associação de moradores, Laerte.

Figura 16 - – Panfletos distribuídos na Vila Acaba Mundo.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Como foi argumentado anteriormente, sob os moldes capitalistas impositivos de produção do espaço, o compartilhamento de processos se torna um desafio, na medida em que os processos de decisão sobre a cidade não são democraticamente debatidos.¹³ Ao se buscar reverter tal lógica impositiva e propor intervenções condizentes à realidade e às necessidades

¹³ Ver dissertação de mestrado de Thaís Mariano Nassif Salomão, intitulada “Linguagem técnica e (im)possibilidades para a produção democrática do espaço urbano: uma análise a partir de duas experiências participativas em Belo Horizonte” e apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais em 2016.

habitacionais do morador, identifica-se que sejam necessários outros processos de decisão, nos quais as hierarquias de poder sejam dissolvidas e, assim, as relações entre os agentes sejam reinventadas.

As práticas de assessoria técnica aqui retratadas, se propõem a experimentar mudanças de processo de projeto a partir de interesses que não são os do Estado e nem os do mercado. Assim, atuando a partir de métodos que se divergem daqueles praticados tradicionalmente, o tempo da prática se estende. Isto acontece até porque os próprios moradores, acostumados em sua posição de consumidores do produto-arquitetura, demoram mais para entender o seu papel de participante efetivo do processo. Da mesma forma, os pesquisadores se encontram em processo de vivência de outras metodologias, investigando sua atuação concomitantemente à prática. Acredita-se também que, enquanto projeto de extensão universitária, este exercício possibilita a vinculação entre o saber teórico produzidos no meio acadêmico e as demandas reais da população.

Importante ressaltar que as experiências de assessoria técnica realizadas durante este trabalho fomentaram a proposição da decomposição da autoconstrução, registrada por Morado Nascimento, Tibo e Linhares (2018, no prelo) e apresentada no Capítulo 1. Desta forma, poderão ser identificadas, nas assessorias que aqui serão colocadas, as práticas que deram origem às sete linhas de análise propostas como constituintes da autoconstrução – renda e recursos financeiros, território, tempo, agentes, práticas construtivas, autonomia e cultura. Ou seja, cada experiência revelou certa(s) linha(s) de análise e demandou determinada metodologia, gerando, como um somatório de todas as práticas vivenciadas, a identificação dos aspectos que compõem a autoconstrução.

Este trabalho de mestrado incorpora não só assessorias técnicas realizadas pelo PRAXIS-EA/UMFG, mas também informações obtidas na disciplina “Práticas de Assessoria Técnica” (ANEXO A), ministrada pela professora Denise Morado e pelos monitores pós-graduandos Juliana de Faria Linhares e Geruza Lustosa de Andrade Tibo. A disciplina foi ofertada para os alunos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Design da UFMG durante o segundo semestre de 2017. A disciplina propunha que os alunos vivenciassem práticas compartilhadas de projeto com os moradores da Vila Acaba Mundo a partir de meios, instrumentos, linguagem e metodologias a serem desenvolvidos para o encontro dos distintos saberes. As práticas que ocorreram durante a disciplina, acompanhadas pela autora deste trabalho, foram incorporadas no decorrer desta dissertação e colaboraram no fornecimento de informações

importantes para a crítica a respeito dos moldes de assessoria e assistência técnica, participando do processo de mediação desenvolvido pelos alunos.

Os alunos foram divididos em cinco grupos de três ou quatro membros e as assessorias a serem realizadas foram selecionadas, primeiramente, pelo presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo, que identificava os moradores que se interessavam e repassava seus contatos aos participantes do PRAXIS-EA/UMFG. Em sua totalidade, foram realizadas doze assessorias técnicas: uma coletiva, uma institucional e dez individuais. Possibilitando a ampliação do atendimento das demandas, a disciplina “Práticas de Assessoria Técnica” prosseguiu com a assessoria técnica de uma das moradoras assessoradas pelo PRAXIS-EA/UMFG e com a assessoria coletiva também já iniciada pela equipe. Somado a estas, os três grupos de alunos restantes se encarregaram de assessorar outras três demandas individuais de assessoria técnica. Estas três famílias foram selecionadas a partir da procura, motivada pelos panfletos distribuídos pela equipe do PRAXIS-EA/UMFG, e, aqueles moradores que já se preparavam por reformar ou construir, tiveram suas demandas construtivas cadastradas e apresentadas aos alunos da disciplina para a seleção dos grupos.

Figura 17 - Localização das assessorias técnicas no mapa da Vila Acaba Mundo.



Fonte: PRAXIS-EA/UMFG, 2017.

Serão apresentadas, portanto, todas as experiências trabalhadas pelo grupo PRAXIS-EA/UFMG durante o período de mestrado da autora deste trabalho (oito experiências). Esclarece-se que todos os moradores aceitaram participar dos processos de assessoria técnica e autorizaram a divulgação dos mesmos. É importante salientar também que, os processos na Vila Acaba Mundo (relatos de visitas, imagens e descrições mais específicas), foram cotidianamente registrados em blog¹⁴, podendo ser visitados pelos moradores, leitores deste trabalho e outros pesquisadores. Além disso, é necessário relatar que foram realizadas conversas com as famílias após a realização das assessorias técnicas a respeito do processo, de forma a contribuir com a reavaliação das metodologias e dos processos. Este retorno baseou-se em perguntas sobre a vivência dos moradores, suas motivações ao demandarem a assessoria técnica, as melhores e piores contribuições do processo e a efetividade dos modelos de representação das informações utilizados pelos pesquisadores.

A. Beco da Mina

Janeiro de 2017 a março de 2018.

Foi proposta pelo presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo, Laerte, a assessoria técnica do PRAXIS-EA/UFMG para um espaço público do bairro: o Beco da Mina. O representante dos moradores afirmou que a população local tem interesse em transformar este espaço, principalmente devido ao imenso volume de lixo ali depositado. O Beco da Mina é um importante eixo de ligação do bairro, se localiza as margens do Córrego Acaba Mundo e está próximo à creche comunitária da Vila Acaba Mundo. O espaço público é composto pelos trechos da Rua dos Carvalhos, Beco da Mina e Rua Nova, genericamente identificado como “Beco” (identificado pela letra “A” da Figura 17). A parceria entre a Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo e o PRAXIS-EA/UFMG foi estabelecida em janeiro de 2017 e, desde então, encontros, dinâmicas e conversas foram promovidos entre integrantes da equipe e moradores do Beco e de seu entorno. É importante lembrar que, ao início deste capítulo, foram apresentados o território sob o qual este espaço está inserido e a situação de renda dos moradores do local.

¹⁴ Disponível em: <https://dialogosacabamundo.wordpress.com>. Acesso em agosto de 2017.

Figura 18 - Beco da Mina em novembro de 2016.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

A proposta da assessoria baseou-se em identificar as demandas e necessidades da população. Também propôs, conjuntamente, intervenções para o local, de forma que a execução do projeto dependeria do protagonismo da associação de bairro, dos financiadores e dos próprios moradores. Para que fosse estabelecido o contato com a população e pudessem ser identificados os usos, problemas e potencialidades relativos ao espaço, marcou-se a primeira proposta de ação: uma roda de conversas. O encontro contaria com um café da manhã coletivo e teria o objetivo de motivar os moradores a participarem da prática proposta.

Os principais objetivos deste encontro foram aproximar os pesquisadores dos moradores e lideranças, compreender as relações entre estes agentes e deles com o espaço do Beco e perceber o local a partir da visão da população. Desta forma, seriam reveladas as demandas de acordo com as necessidades reais dos moradores e não apenas da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo ou dos pesquisadores do PRAXIS-EA/UFMG. Dois caminhos foram propostos para a obtenção destas informações. Um deles se baseava em um mapa da área, fixado em uma parede do Beco da Mina, no qual os moradores poderiam registrar os usos e formas de apropriação do local com carimbos estampados. Estes carimbos simulavam mobiliários, ações e possíveis agentes que atuavam na área. Também foram propostas pequenas caminhadas pelo local para que os pesquisadores conversassem individualmente ou com pequenos grupos de moradores, observando os trajetos, as dificuldades de acesso e as relações sociais ali estabelecidas. Durante o percurso pelo local, os moradores relataram

histórias da Vila Acaba Mundo, contaram sobre as práticas culturais ali vivenciadas e criaram narrativas em torno dos caminhos e das possibilidades que imaginavam.

Figura 19 - Café Coletivo no dia 18/03/2017.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Pôde-se observar que as expectativas do Laerte, presidente da Associação de Moradores, em relação ao Café Coletivo, se relacionavam à entrega de um projeto, em seus moldes padrão, para que ele pudesse buscar o financiamento e a execução das propostas. Foi observado que este é o resultado esperado por grande parte dos moradores, que demonstraram, também, interesse e vislumbre pelas imagens produzidas pelos arquitetos. É também necessário esclarecer que o número de envolvidos no Café Coletivo foi menor do que o imaginado pelos pesquisadores. Desta forma, a situação apresentava uma importante discussão no sentido da necessidade de compatibilização dos interesses dos pesquisadores *versus* os interesses dos moradores: o PRAXIS-EA/UFGM propunha um processo de projeto compartilhado que não geraria, neste momento, um projeto padrão como produto final; e a população, diante do senso comum, talvez esperasse este produto finalizado, sem a necessidade de participar do processo de projeto. Desde o princípio, os pesquisadores procuraram deixar claro que sua atuação não seria a de prestação de serviços e nem de entrega de objetos e projetos prontos. Esclareceu-se que, para isto, seriam buscados outros métodos e formas de representação que não reproduzissem os moldes tradicionais de atuação dos arquitetos e sua forma de apresentação de produtos: os projetos em desenhos técnicos. O objetivo era o estabelecimento de um projeto como o fruto de uma construção coletiva, a partir de informações compartilhadas e trocadas entre moradores e pesquisadores. Salienta-se que, para os pesquisadores, a visão da palavra “projeto” estava atrelada apenas aos desenhos próprios do campo da Arquitetura, que definem uma forma final do espaço a ser executado, mas, ao longo do processo, seu significado foi se transformando.

As informações coletadas neste primeiro encontro foram sistematizadas e inseridas no mapa da vila, de forma a gerar uma Cartografia Coletiva a ser apresentada para a população. Esta segunda etapa consistiu, então, em apresentar o registro e o mapeamento das demandas, dos usos, dos benefícios e das reclamações coletados com os moradores para eles mesmos. O que se pretendia era que, ao invés de apresentar um desenho de proposta, fossem expostas as informações obtidas e todas as provocações, questionamentos e possibilidades que foram geradas pelos próprios moradores. O envolvimento, no sentido do real compartilhamento do projeto por parte dos moradores, se restringiu a poucos indivíduos que atuaram mais como ouvintes do que como efetivos participantes. A aposta da equipe em relação ao motivo do pequeno envolvimento da população estava atrelada ao modelo de soluções prontas que já está enraizado na sociedade e que faz parte da cultura dos moradores, sendo um desafio contínuo reverter esta lógica. Questionou-se se os reais interessados por uma prática compartilhada eram apenas os pesquisadores, considerando que esta metodologia demanda maior disponibilidade de tempo e de esforço também para o morador. Outras especulações também foram geradas no sentido do questionamento do grupo a respeito (i) da capacidade de mobilização da Associação de Moradores e da própria equipe do PRAXIS-EA/UFMG; (ii) da demanda coletada pela pesquisa TOC_TOC em relação à assessoria técnica poder se restringir apenas à assessoria individual, excluindo a coletiva; (iii) da autonomia dos moradores em relação aos processos decisórios dos espaços coletivos e da própria execução de tais ações. Importante indagar sobre estas razões para que as próximas ações que fossem desenvolvidas não continuassem reproduzindo os modelos de participação que, por fim, não efetivavam o compartilhamento de tomada de decisões.

Figura 20 - Segunda conversa (21/06/2017) sobre o Beco da Mina, com apresentação dos resultados obtidos no Café Coletivo.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Figura 21 – Mapeamento apresentado para a população



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

O posicionamento da população e do próprio presidente da Associação de Moradores, Laerte, revela também as expectativas associadas à atuação técnica – e à presença dos arquitetos como um fator relevante na decomposição da autoconstrução. Um dos moradores, ao perceber que não havia desenhos de um projeto finalizado, fez um questionamento. Após a resposta

dos pesquisadores sobre a prática se propor compartilhada, o morador sugeriu que o envolvimento da população poderia ser ampliado se o PRAXIS-EA/UFMG apresentasse um maior número de fotografias que sugerissem propostas e transformações, para depois contarem com a participação. Segundo o morador, “as pessoas aqui têm o interesse em participar dos projetos, mas não sabem como e o que fazer. Por isso, eu estou falando que elas precisam de uma ideia inicial para trabalhar em cima disso”¹⁵. A equipe sustentava a proposição de que a apresentação de um produto-projeto, ainda que aberto a intervenções e modificações, seria prontamente aceito e aderido pela população, sendo conhecido o imaginário popular e o vislumbre criado em relação às imagens bonitas desenvolvidas pelos arquitetos. A sugestão do morador era, portanto, contrária ao conceito adotado pelo PRAXIS-EA/UFMG, de forma a possibilitar uma atuação, por parte da equipe, similar àquela adotada pelas empresas privadas, que vendem seus produtos a partir de imagens irreais e bem trabalhadas. O objetivo deste trabalho não se restringe a propor a transformação do espaço *per se*, mas também o de instigar os moradores a protagonizarem este processo de transformação. Assim, acreditava-se ser necessário adentrar o território e conhecer de forma mais profunda seu contexto, antes de fazer proposições (carregadas de poder simbólico).

Laerte, ainda que afirmasse reconhecer os pressupostos apresentados pela equipe do PRAXIS-EA/UMG, reproduzia o discurso do projeto e do desenho como o produto dos arquitetos. Ele convidava os moradores para participarem da apresentação do mapeamento, declarando como “o projeto que ficou pronto”¹⁶. Segundo o morador e presidente da Vila Acaba Mundo, para além do receio da equipe em relação a propagar o projeto como um solucionador dos problemas do bairro, o desenho técnico teria outra importância. Laerte o afirmava como importante instrumento na luta política, de forma que um projeto desenvolvido por um técnico teria maior legitimidade frente aos possíveis financiadores das intervenções na Vila Acaba Mundo. Segundo a liderança, “tudo depende de um papel, ainda que o projeto mude depois”¹⁷. Para os arquitetos, a questão apresentada pelo morador foi fundamental para que o conceito de “projeto” tivesse seu significado ampliado. Este passa e se significar também enquanto instrumento de capitalização de recursos, sendo seu simbolismo mais valorizado do que seu conteúdo, ao menos quando se trata da captação de recursos e financiamento.

¹⁵ Morador da Vila Acaba Mundo durante entrega de mapeamento elaborado pelo grupo PRAXIS-EA/UFMG. Fala registrada pela autora em junho de 2017.

¹⁶ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em junho de 2017.

¹⁷ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em junho de 2017.

Interessante retomar os pressupostos assumidos pela equipe para justificar as causas pelas quais se recusou o uso do desenho técnico durante o processo de compartilhamento de projeto. Com base nas afirmações de Stevens e Ferro, apresentadas no início deste trabalho, o desenho técnico foi encarado como importante instrumento de controle dos arquitetos. Por isso, na tentativa de reverter as lógicas de hierarquia entre os saberes e de dissolução de poderes, abriu-se mão de tal dispositivo. Por outro lado, a prática revelou que o desenho, desejado pelos assessorados por conta de seu valor político, não poderia ser absolutamente extinto. Sendo necessária a conciliação dos pressupostos da pesquisa com os interesses dos moradores, admitiu-se o desenho enquanto ponto de partida para a realização das intervenções. A experiência vai de encontro, também, à hipótese proposta por Lourenço (2014), e citada no início deste trabalho, na qual o arquiteto confere poder à luta política da população de baixa renda. Isto significa que, enquanto detentor do saber técnico, o arquiteto pode utilizar de seus desenhos para contribuir com a legitimação dos processos de produção do espaço urbano autoconstruído. É preciso, portanto, utilizar este instrumento de forma crítica para que não se torne apenas um produto, em seu sentido impositivo e ilusório.

Ainda sobre a experiência no Beco da Mina, é interessante citar neste trabalho a inserção de outro agente, que se apresentou como empreendedor, residente da cidade de Belo Horizonte. Ele procurou o Laerte, alegou interesse em ajudar a Vila Acaba Mundo e mencionou seu empenho em custear intervenções de melhorias para o bairro. A visita do agente no Beco da Mina coincidiu com o momento de apresentação do mapeamento coletivo aos moradores do local e este foi apresentado à equipe pelo presidente da Associação de Moradores. O empresário chegou a consultar o material que estava em discussão, mas apresentava um discurso defendendo que o necessário para o local seria “higienizar”, “colocar grades”, “nivelar”, construir um “lago sofisticado”, instalar “bancos anatômicos” e “lixeiras bem desenhadas”¹⁸. Afirmando “para mim é tudo fácil”¹⁹, o empreendedor disponibilizou seus recursos financeiros para a concretização de suas propostas de “melhorias”. Ele encarou a falta de pintura e reboco das casas como um problema e defendeu que é necessária a remoção dos moradores que vivem às margens do córrego, alegando que tais residências “nem casas são”²⁰. Para a solução deste problema, propôs a construção de novas moradias, em outros

¹⁸ Empreendedor (nome não revelado) interessado em investir em obras para a Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em junho de 2017.

¹⁹ Empreendedor (nome não revelado) interessado em investir em obras para a Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em junho de 2017.

²⁰ Empreendedor (nome não revelado) interessado em investir em obras para a Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em junho de 2017.

locais da cidade, que passariam a contar com “projetos bonitos” e casas “bem arrumadas e prontas”, feitas de ferro e vidro e entregues aos moradores depois de concluídas²¹.

O discurso do “padrão” e do “justo”, discutido a partir da visão de Bluter, Portela e Shimbo, associa as soluções da autoconstrução a imagens negativas, marginalizadas e socialmente vinculadas ao desprovimento de estética e de qualidade. Sob tais justificativas e baseadas neste discurso de “melhoramentos” e de reversão da precariedade, o caso exemplifica a forma violenta sob a qual são impostos os padrões. Pode-se refletir, também, sobre o modo como o consumo é ditado enquanto norma, e como os modelos de vida ideal são vendidos e propagados. Antes de qualquer outra análise, o agente definiu uma moradia como passível de demolição. Bem como foi defendido no início deste trabalho, reafirma-se importante extrapolar os padrões e estereótipos socialmente definidos e aceitos como de qualidade para propor intervenções no espaço e na vida de um indivíduo.

Retoma-se, também, a discussão proposta por Carlos (2015). O autor associa a moradia-tipo, enquanto objeto estereotipado e inserido no mercado, ao reconhecimento social, ao mérito e à estima do morador. Assim, o posicionamento do empreendedor comprova e reitera que o poder do capital opera em busca de massacrar a autonomia, as práticas compartilhadas e o que está fora do padrão da cidade formal. O processo proposto pelo PRAXIS-EA/UFGM objetivava a potencialização da autonomia dos moradores, no sentido de fortalecer as ações e as tomadas de decisão dos moradores sobre os espaços comuns. Porém, retomando Lopes (2016), os espaços autoconstruídos não são o avesso da realidade social em que estão inseridos. Neste contexto, o consumo e o mercado também se reafirmam como os caminhos recorrentemente praticados e até mesmo reconhecidos socialmente. Na Vila Acaba Mundo, também se reproduzem os estigmas sociais relacionados ao que está fora da lógica formal e tentam ser desprezados para que o capital ganhe força e siga com seu domínio sob estes espaços. O empreendedor, ao propor a necessidade de controle de novos moradores no bairro sugerindo que o presidente da associação não permita nenhuma nova construção nas áreas vazias da Vila Acaba Mundo, acaba revelando que seus interesses não se resumem a trazer “melhorias para as moradias”. Nota-se, no discurso assistencialista do investidor, a mesma ideia propagada pelo capital imobiliário e aderida pelo Estado em muitas de suas ações de intervenção em assentamentos precários. Aponta-se também para a identificação da

²¹ Empreendedor (nome não revelado) interessado em investir em obras para a Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em junho de 2017.

autonomia como uma importante linha de análise a ser considerada no conceito da autoconstrução.

Figura 22 - Apresentação dos dados do Café Coletivo e a presença do investidor.



Fonte: Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo, 2017.²²

Importante perceber que a provisão de interesse social – atrelada ao empresariado (MORADO NASCIMENTO, 2016b) –, contamina a sociedade com imagens e modelos padronizados de “moradias”, que são entregues prontos e com mínima possibilidade de transformação pelo morador. O mercado impõe a partir do que lhe convém: baixo custo, larga escala e produção rápida. Considerando que os processos compartilhados demandam tempo para discussão com os indivíduos, o diálogo e a troca não são práticas recorrentes, abrindo ainda mais espaço para as ações impositivas e para a reprodução de modelos padronizados. Após compartilhadas estas ponderações com todo o grupo de pesquisa, as discussões retomaram um questionamento recorrente: a quem, então, interessa as práticas compartilhadas no campo da Arquitetura e do Urbanismo?

No início da disciplina “Práticas de Assessoria Técnica”, foi proposto que um dos grupos de alunos se encarregasse de dar continuidade à assessoria coletiva ao Beco da Mina. A proposta do grupo²³, a partir da leitura da cartografia que já havia sido desenvolvida, foi instalar um mural na parede principal da creche da vila como uma interface de comunicação, de forma a criar um diálogo imagético, não-presencial, entre técnicos e moradores, com perguntas,

²²Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1953877761562632&set=pb.100008212800412.-2207520000.1504019510.&type=3&theater>>. Acesso em julho de 2017.

²³ Grupo da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica”, composto por Ana Livia, Gabriel, Gustavo e Rafael. Todas as informações, diagramas e imagens foram produzidas pelos alunos para o uso coletivo do grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG.

palavras e imagens instigadoras. O grupo de alunos defendeu que, diferentemente das primeiras tentativas de diálogo com a população, que dependiam da presença física de algum pesquisador, o mural deveria ser autoexplicativo. Assim, o morador poderia selecionar a informação que fizesse sentido para si e fomentar sua autonomia de decisão e proposição.


Figura 23 – Mural na parede da creche como mecanismo de provocação.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

No mural, havia fotos da situação atual, simulações de cenários possíveis a partir de fotomontagens, perguntas que provocavam outro olhar sobre a Vila Acaba Mundo e uma caixa de sugestões. Os alunos propuseram também que, posteriormente à instalação do mural, ocorresse uma conversa com os moradores sobre as impressões que tiveram do Beco da Mina a partir do que foi exposto na parede da creche. Segundo o grupo, a interação da população com o mural se deu por conta da identificação das imagens com as cenas do cotidiano, mas a ação dos moradores se restringiu ao olhar, não tendo havido mobilização para conversas com a equipe e, conseqüentemente, para o encaminhamento de intervenções. O grupo que acompanhou o processo ainda relatou certa frustração por almejar uma interação por parte dos moradores que se estendesse à formulação de um projeto e/ou plano de ações. Importante notar que tais expectativas se deram no sentido da materialização da participação dos moradores. A experiência evidenciou o compartilhamento de projetos e de ações, como a demanda do usuário pela desconstrução da atuação convencional do arquiteto. Assim as ações não ficam focadas no controle dos resultados, mas no processo que fornece aos moradores informações que podem ativar questionamentos e a visão de outras possibilidades, ainda que futuras, para o espaço que habitam. Construir um processo compartilhado é diferente de prestar um serviço e o seu objetivo se amplia ao propor aos indivíduos outro lugar dentro da cidade, no encontro entre a técnica e a prática, onde eles têm a informação necessária para definirem suas próprias necessidades e desejos e, assim, têm poder de ação e transformação.

Figura 24 – Sugestões deixadas pelos moradores.

LIMPAR o beco B em 15 dias
 Descer menos água
 sujeira nos becos
 e
 menos animais (cachorros)
 cagando 

coveiro limpo
 menos poluição
 POR MAIS BANCO

Sempre limpo
 e não lixo
 de conscientizar limpeza
 o mais

Não jogar lixo no coveiro
 Policiamento na Vila
 mais conscientização da pessoal no beco no fim de semana.

NÃO BRESIZA
 DE NADA
 ABU NAQUA

MATA TODO MUNDO

EU acho que deveria ter lixeiras no beco, assim eu acho que ficaria mais limpo.

Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

O trabalho no Beco da Mina, após a atividade da disciplina, retornou ao PRAXIS-EA/UFGM. A partir desta experiência, o grupo de estudos adquiriu novas informações a respeito da forma de projetar as expectativas nas ações de assessoria técnica. Defende-se o pressuposto do processo de compartilhamento, antes mesmo da efetivação de qualquer proposta de intervenção, como elemento transformador. É o desenvolvimento da interação a partir de metodologias que questionam os padrões e as práticas comuns, instigando outro olhar sobre o espaço cotidiano e ampliando o repertório de possibilidades dos moradores. Importante ponderar que a troca e a transformação são imensuráveis e podem não ser detectadas durante o processo em execução. De todo modo, estas podem se reverberar em outros momentos, práticas e experiências, propondo ao arquiteto desprender-se do controle dos resultados materiais em um tempo pré-estabelecido.

Após o exercício de caráter coletivo, objetivou-se provocar os moradores para outras possibilidades a partir de ações individualizadas. Para isto, a equipe do PRAXIS-EA/UFGM realizou croquis das fachadas das moradias que compõem o Beco da Mina e distribuiu, casa a casa, estes desenhos. A intenção era que cada morador registrasse, através de desenhos, colagens ou registros escritos, o que gostaria que houvesse na frente de sua moradia e no passeio que compunha este espaço (Figura 25). Foram distribuídos cerca de trinta desenhos e apenas cinco destes foram devolvidos à equipe. Identificou-se a necessidade de retomar o objetivo e o sentido da mediação: potencializar o saber popular bem como desenvolver o conhecimento técnico. Mesmo que as propostas e ações não tenham se materializado, a

mediação cumpre sua meta ao provocar o questionamento das ações dos arquitetos e da tentativa de controle dos resultados que ainda é reproduzida. A prática, aqui, fomenta o desenvolvimento de conceitos e teorias e instiga a elaboração de outras metodologias de trabalho.

Figura 25 - Folheto entregue para cada morador do Beco.

O QUE VOCÊ QUER NOS PASSEIOS DO BECO?
E SE VOCÊ COMPLETASSE ESSA IMAGEM COM TUDO AQUILO QUE VOCÊ GOSTARIA QUE EXISTISSE EM SEU PASSEIO? PODE SER COM DESENHOS, COLAGENS OU FAÇA COMO PREFERIR.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

A demanda do presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo pelo projeto materializado em desenho técnico persistia. Laerte afirmava a necessidade do projeto, enquanto papel, imagem e representação técnica de uma ideia, como o ponto de partida para o envolvimento dos moradores. A liderança justifica sua proposição na seguinte fala:

Porque (os moradores) ainda são um pouco tímidos e depois que as coisas começarem a acontecer, por exemplo, a primeira coisa que a gente fizer dessa cartilha, eles já vão se soltar mais. Eu acho que depois das ações, porque na verdade a gente está cansado, cansado não, as pessoas de comunidade vivem muito com as pessoas dizendo que vão fazer, que vai acontecer, e fica muito “envolta” e some e desaparece²⁴.

É necessário retomar alguns pontos que já foram discutidos durante este processo. O projeto técnico foi, desde o princípio, muito requisitado pelos moradores e pela liderança do bairro. Este, em sua forma física de desenho de informações acabadas e concebidas pelo olhar do arquiteto apenas para a sua execução, era contrário aos pressupostos da pesquisa do PRAXIS-EA/UFGM. Na medida em que foi percebida a sua função política para a obtenção de financiamento e para a mobilização dos moradores, o projeto se ressignificou. Importante

²⁴ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

afirmar que a intenção da equipe não era a de resistir ao projeto e/ou deixar de projetar, mas sim experimentar outras formas de concepção e representação que não produzissem imagens decididas unilateralmente pelos arquitetos. Porém, dentro de sua ressignificação, o projeto poderia ser desenvolvido como um registro de proposições e ativador de possibilidades. Assim, partiu-se para a última etapa deste processo, que consistiu na elaboração de uma cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina.

A “Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina”²⁵ foi desenvolvida, então, para apresentar proposições e provocar os moradores para verem possibilidades, através de imagens. A ideia era que pudessem, a partir daí, agir politicamente. A cartilha sintetizava, portanto, possibilidades agrupadas em seis temas identificados nos processos anteriores: 1) lixeiras; 2) pavimentação; 3) bancos; 4) plantas; 5) sombras; 6) águas. Todas estas proposições se baseavam nas práticas construtivas que haviam sido identificadas pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG como inseridas na cultura dos moradores do Beco da Mina. Objetivou-se que nenhuma das soluções propostas impusesse a prática da cidade formal como único caminho para a melhoria da Vila. A respeito do lixo, como esta foi uma questão recorrente em todas as etapas da mediação, sugeriu-se dois tipos de lixeira: uma menor, para o descarte dos pedestres, e uma maior, para coletar o lixo doméstico. Estas foram situadas no mapa e suas imagens foram apresentadas.

Figura 26 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: lixeiras.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

²⁵ O material, desenvolvido pelo PRAXIS-EA/UFMG está disponível on-line no Blog “Diálogos com a Vila Acaba Mundo”. Disponível em: <https://dialogosacabamundo.wordpress.com/2018/02/21/cartilha-de-intervencao-no-beco/>. Acesso em maio de 2018.

Da mesma forma, como ilustrado na Figura 27, propôs-se diferentes possibilidades de pavimentação que solucionavam as questões de nivelção e que garantiam a segurança no percurso dos transeuntes. Sendo o Beco da Mina importante eixo de passagem dos moradores da Vila e estando a Creche Terra Nova situada em sua extensão, a questão da pavimentação foi bastante citada durante as conversas com os moradores.

Figura 27 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: pavimentação.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Também foram propostos assentos no decorrer do Beco da Mina para favorecer a permanência dos moradores, já que, como foi citado, este é um importante eixo de passagem e também espaço de convívio. Dentre os modelos e possibilidades de banco apresentados pela cartilha, estavam os que poderiam ser executados pelos próprios moradores e até mesmo com os materiais que eram descartados e/ou depositados no percurso em questão.

Figura 28 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: bancos.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Acerca da vegetação, as proposições sugeridas na cartilha partem de árvores de sombra e vão até plantas medicinais, identificadas nas conversas com os moradores como integrantes da

história e cultura dos moradores da Vila Acaba Mundo. Também se sugeriu a potencialização dos espaços de permanência do Beco da Mina através de áreas sombreadas, que poderiam ser solucionadas com pergolados e tendas. Estas foram mapeadas e receberam algumas sugestões de desenhos e localizações.

Figura 29 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: plantas.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Figura 30 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: sombras.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Por último, para a questão do córrego, propôs-se a despoluição parcial, a partir da construção de uma ecobarreira. Além disso, para criar novos espaços de convívio e propor uma melhor relação com a água, sugeriu-se a concepção de pequenos deques ao longo do córrego.

Figura 31 - Cartilha de sugestões para a intervenção no Beco da Mina. Tema: águas.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

A cartilha foi dotada dos seguintes significados: (i) para os arquitetos, a representação das propostas através de um registro físico, sem que este material significasse um produto rígido, acabado e impositivo; (ii) para Laerte, o projeto – que desempenhava a função de conferir poder político para a obtenção de financiamento e de apoio dos moradores –. Tal afirmativa pôde ser comprovada na fala da liderança após a entrega da cartilha: “agora a imaginação delas [as pessoas] já começa a enxergar algo mais longe”²⁶.

A conversa com o Laerte forneceu algumas informações importantes para a análise do processo da experiência de assessoria técnica coletiva. A liderança apontou outros fatores que dificultam o processo de compartilhamento de projetos e extrapolam a hipótese apontada no início deste relato, que associava o pequeno envolvimento da população apenas ao modelo de soluções prontas, enraizado socialmente. O presidente da Associação de Moradores relatou que “muitas vezes talvez vocês nem viram todos os palpites que eles (os moradores) deram, mas eu vi. Eles deram mais palpites para mim do que para vocês”²⁷. Importante notar a presença dos arquitetos/pesquisadores como agentes externos e reconhecer as limitações, condicionantes e necessidades do trabalho junto aos líderes locais, que contam com mais possibilidades de entender as demandas e de partilhar as informações. Laerte também pontuou que as pessoas se acostumam com a situação em que vivem e resistem às mudanças. Ele destacou que esta resistência vem, também, da falta de conhecimento de outras possibilidades que não sejam aquelas que eles já estão acostumados a receber. O presidente ainda apontou como motivos possíveis, experiências anteriores que propuseram intervenções distantes das

²⁶ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

²⁷ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

necessidades ou desejos reais dos moradores, até mesmo, de agentes que prometeram melhorias e não as cumpriram.

"Vou lá no Acaba Mundo oferecer isso para eles". Chega aqui, você é rejeitado. Você chega aqui: "Nós vamos fazer...", mas "Nós não quer nada disso. A gente quer até melhorar, mas é assim, assim...". Muita gente decepciona as pessoas que vêm. Elas vêm com boas intenções, mas aí não acontece do jeito que a gente pensa. Eles (os moradores) reagem contra. E eu já entendi. Não adianta eu querer chegar aqui e dar um palpite para a Vila toda.²⁸

Laerte confirmou o pressuposto adotado e defendido, a partir de Souza (2011), sobre o necessário compartilhamento de projetos com seus usuários. Segundo a liderança, as propostas que não contam com o compartilhamento dos moradores são rejeitadas por eles próprios. A respeito das metodologias utilizadas para a comunicação com os moradores, Laerte afirmou que a população identificava os lugares e as proposições rapidamente quando estas eram representadas através de desenhos coloridos e autoexplicativos. Reafirma-se, portanto, a necessidade de repensar os desenhos dos arquitetos e se atentar à proposição de outras formas de representação, indicando as linguagens que rompem com a codificação do desenho técnico como ferramentas mais eficazes de comunicação. Tais formas de representação, muito além de ilustrativas e coloridas, permitem a dissolução das hierarquias entre o pensar e o fazer, separadas, segundo Ferro (2006), pelo desenho técnico codificado. O usuário, compreendendo o material que está sendo proposto para o diálogo e sabendo utilizar a linguagem proposta para o debate, pode se envolver no processo de projeto. Retoma-se o autor, também, para reafirmar que, sem o intermédio dos códigos dos arquitetos, as experiências, as ações e a própria criação de projetos podem partir de outros olhares, não só o do arquiteto. Por fim, sendo efetiva a comunicação, abre-se espaço para o real compartilhamento e para a troca de saberes.

B. Creche Comunitária Terra Nova

Fevereiro de 2017 a junho de 2017.

Assessorada pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG, a demanda de assessoria técnica para a Creche Comunitária Terra Nova, localizada no Beco da Mina da Vila Acaba Mundo, era de ampliação para poder receber um maior número de crianças. A Creche Comunitária Terra Nova é uma instituição privada comunitária conveniada com a Prefeitura de Belo Horizonte, que custeia entre 60 e 70% das despesas da instituição. O restante dos custos é pago por

²⁸ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

doações e contribuições espontâneas. Esta questão já se apresenta como um primeiro desafio. Outra dificuldade desta assessoria era a de espaço: não havia como expandir para além da área da creche, que já ocupava a maior parte do terreno e estava locada muito próxima ao córrego. Ana Paula, Deise e Margarida, funcionárias da creche, representaram a instituição durante o processo e apresentaram a necessidade de construção de mais duas salas de aula. Após os levantamentos do local, realizados pelos integrantes do PRAXIS-EA/UFMG, propôs-se uma dinâmica com kit mobiliário. Isto porque, como a escala de trabalho era maior, os móveis dariam uma melhor noção das dimensões do que apenas os números. Como não havia para onde crescer, a dinâmica se centrou, a princípio, no remanejamento dos cômodos e dos espaços da creche.

Figura 32 – Dinâmica com kit mobiliário e as principais responsáveis pela direção da creche.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

As responsáveis pela coordenação da Creche Terra Nova, na primeira visita para a implementação da dinâmica com o kit mobiliário, demonstraram a expectativa pelo projeto pronto, em sua forma tradicional, alegando que não sabiam das formas de trabalho do grupo. Reafirmou-se, portanto, a necessidade de esclarecer a metodologia dos processos de assessoria técnica do PRAXIS-EA/UFMG desde o primeiro contato com o assessorado. Este diálogo contou com certa dificuldade de entendimento e, até mesmo, com uma aparente

resistência por parte da coordenação em participar da dinâmica. É necessário pontuar que as coordenadoras não tiveram facilidade em compreender o espaço a partir da planta – uma linguagem distante de suas realidades – e as propostas acabaram sendo acatadas, sem grande envolvimento e/ou discussão das sugestões. O pouco que foi conversado durante a dinâmica foi levado ao escritório da equipe e discutido pelos arquitetos, que apresentaram uma primeira proposta para retornar as discussões.

Ana Paula, diretora da creche, acabou assumindo a maioria das conversas com a equipe. A cada retorno, somavam-se informações e contribuições importantes sobre as propostas feitas pelo PRAXIS-EA/UFMG, mas o real compartilhamento não se mostrava tão claro. Além do Kit Mobiliário, plantas de layout e modelo 3D também foram recursos utilizados na comunicação com a coordenação. Foi revelada a necessidade de avaliações estruturais da edificação, o que ficaria a cargo de um profissional da Engenharia Civil e que teria que ser solicitado pelas coordenadoras, já que o PRAXIS-EA/UFMG não contava com esta equipe. Por fim, o projeto arquitetônico de reforma e construção foi desenvolvido e apresentado com duas opções de intervenção. As coordenadoras tiveram dificuldades para eleger uma delas. Foram debatidos os pontos positivos e negativos de cada proposta e foi alertada a importância da participação dos professores e demais funcionários na tomada de decisão sobre as opções apresentadas, já que eram eles os usuários do espaço. O material, com as propostas, foi entregue para a coordenação de forma autoexplicativa e que garantisse diferentes possibilidades de arranjos para serem definidos pela equipe da creche. Como não havia uma data prevista para a execução da proposta por conta da indisponibilidade financeira, as discussões se dispersavam e não geravam grande envolvimento das funcionárias. Desta forma, a equipe do PRAXIS-EA/UFMG partiu do pressuposto de que, com o material nas mãos da coordenação da creche, este poderá ser utilizado no momento de interesse ou quando a instituição estiver próxima de receber algum financiamento.

Figura 33 – Registro da entrega do material à coordenação da Creche Terra Nova.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

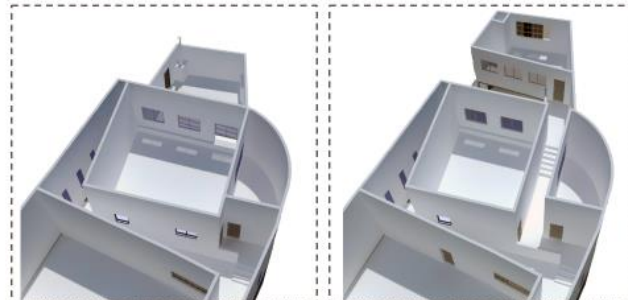
Figura 34 – Possibilidades representadas sobre uma das questões da ampliação da creche.



ASPECTOS NEGATIVOS:

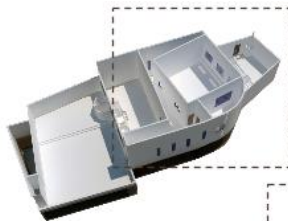
- Redução de parte da grande sala para abertura de corredor.
- Necessidade de maior reforma;

Sala sobre pátio – opção 1



Recorte sem alteração

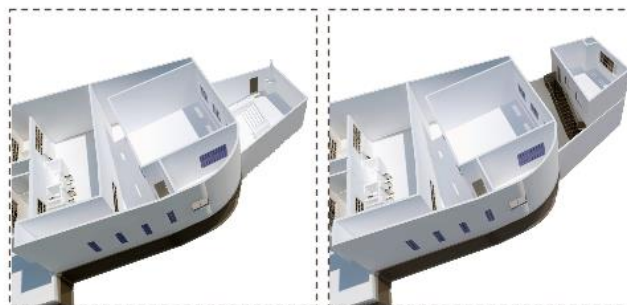
Recorte com opção 1



ASPECTOS NEGATIVOS:

- Maior número de degraus;
- Obstrução maior do sol na área abaixo da sala;
- Inutilização de parte da escada existente no pátio de entrada;

Sala sobre pátio – opção 2



Recorte sem alteração

Recorte com opção 2

Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Importante perceber que o envolvimento dos assessorados neste processo, se difere de todas as outras experiências vivenciadas na Vila Acaba Mundo. Neste caso, os assessorados não são os moradores e, tampouco, autoconstrutores. A tomada de decisões não cabe, então, aos envolvidos no processo de compartilhamento do projeto, ainda que estes representem a instituição. O poder público, detentor do poder de decisão, não confere poder de escolha aos seus intermediários. Desta forma, ainda que tenham interesse nas intervenções e na proposta de compartilhamento e discussão de projeto, as coordenadoras da creche estão submetidas à hierarquia de poderes, à disponibilidade de financiamento e às mudanças na administração da instituição. A articulação do processo de projeto compartilhado, neste caso, se deu de forma mais frágil e menos compartilhada, se diferenciando das práticas e dos objetivos propostos para os autoconstrutores.

C. Beatriz e Ailton

Março de 2017 a fevereiro de 2018.

Figura 35 - Primeira visita ao lote de Beatriz, em março de 2017.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

A assessoria técnica para a família de Beatriz e Ailton foi realizada pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG. Eles moram, atualmente, de aluguel e adquiriram um lote na Vila Acaba Mundo em novembro de 2016 para construir sua moradia própria. Tendo em vista que a família não ocupa este território devido à necessidade urgente de moradia, o processo construtivo e de tomada de decisões pode se estender a um maior período de tempo. A questão ainda permite a inserção de outros agentes, como os assessores técnicos, por haver a possibilidade temporal de discussão de projeto. A nova residência será habitada pelo casal e por Isadora, a filha de nove anos. Desde então, a família vinha construindo a casa sem acompanhamento técnico e com a mão de obra do irmão de Beatriz, que trabalha como pedreiro. Os moradores já haviam

planejado e estruturado a casa com três quartos, dois banheiros, uma cozinha e área de serviço. Já haviam sido realizadas as seguintes ações: movimentação de terra; muros de arrimo na parte superior e inferior do lote; a caixa de escada já estava locada e haviam sido construídas vigas baldrame percorrendo o comprimento das paredes propostas para a construção (Figura 35).

Figura 36 - O lote da família e a estrutura existente.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

O primeiro contato, no dia 14 de março de 2017, foi realizado no canteiro de obras e estavam presentes Beatriz, a filha, o pedreiro e os participantes do PRAXIS-EA/UMFG. O objetivo do grupo de pesquisa era entender as demandas, conhecer o terreno e apresentar sua forma de trabalho. Nesta conversa, foi realizado o levantamento das medidas do terreno e do que já havia sido construído. Foram observadas as condições de iluminação, ventilação, drenagem e de divisas de lote. Para o melhor entendimento do que a família planejava construir, foi pedido que os moradores desenhasssem sua proposta para ser discutida no próximo encontro.

Figura 37 - Desenho do projeto apresentado pela moradora Beatriz.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

O desenho dos moradores já apontava as lógicas utilizadas pela família para a composição do espaço de sua moradia e sugeria que eles entendiam a representação em planta. Já conhecidas as condições do terreno, foi realizada uma reunião interna no PRAXIS-EA/UFGM antes da dinâmica com a moradora, para que os pesquisadores discutissem algumas questões técnicas do projeto. Salientou-se a necessidade de alertar os moradores a respeito da drenagem e da contenção necessárias, já que o lote se encontrava em uma área de declive e havia sido feito um corte do terreno em 90 graus. Era preciso, ainda, informar sobre os cuidados a serem tomados com a estrutura da construção, devido à grande movimentação de terra realizada e à necessidade de ampliação de ventilação e de iluminação nos cômodos que, da forma prevista pelos moradores, não apresentavam boas condições.

O próximo passo seria, então, discutir as propostas dos moradores e somar possíveis ajustes e/ou alterações. Para isto, foi impressa a base do lote em escala 1/25, recortadas tiras em emborrachado para simular paredes e papéis com desenhos de mobiliário para que a família pudesse experimentar, em escala, o arranjo que havia proposto. Importante ressaltar que este instrumento de comunicação – o kit mobiliário – foi utilizado anteriormente pelo PRAXIS-EA/UFGM em assessorias com moradores de ocupações urbanas. Esta forma de interação proposta, objetiva, além de uma melhor compreensão, a modificação do espaço por parte dos moradores, na medida em que permite que testes e mudanças sejam feitos em uma escala não real. Foi utilizado, também, um kit Lego para que os moradores visualizassem, principalmente, as condições estruturais da moradia.

O segundo encontro foi realizado na presença de Beatriz, sua filha Isadora e a equipe do PRAXIS-EA/UFMG. A dinâmica foi conduzida da seguinte maneira:

- (1) O kit mobiliário foi apresentado à Beatriz com as medidas do terreno e a estrutura já existente em planta. Como a moradora já havia mostrado um desenho feito a partir do olhar “de cima” (em planta), foi mantida esta lógica para a discussão das propostas;
- (2) Na sequência, Beatriz separou o mobiliário que tem em sua moradia atual e que vai usar na nova edificação;
- (3) A primeira montagem partiu da planta que havia sido proposta pelos moradores e, a partir desta, foi pedido que a moradora tentasse inserir janelas e aberturas. Nesta etapa, foi necessária a intervenção da equipe do PRAXIS-EA/UFMG para sugerir a necessidade da inclusão de mais aberturas, visto que não havia ventilação e iluminação suficientes.

Figura 38 – Dinâmica com kit mobiliário, feita com Beatriz.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

- (4) Na medida em que a moradora inseria os móveis e as janelas, ela percebia que os espaços definidos para os cômodos não acomodariam suas intenções, notando, inclusive, que seria inviável construir dois banheiros, como havia sido planejado. Neste processo, a equipe fazia sugestões de remanejamento e proposições, como uma pia externa no banheiro para que

pudesse ser utilizada mesmo com o banheiro em uso, já que seria apenas um. Beatriz concordava com as sugestões e se apresentava satisfeita;

(5) A equipe chamou a atenção de Beatriz para as medidas necessárias para a construção de uma escada, calculando o número de degraus para vencer o vão, e evidenciando que o espaço previsto para esta precisaria ser ampliado. Esta alteração faria com que a entrada da casa não fosse possível pela sala, como havia sido planejado pelos moradores, e sim pela cozinha – de acordo com o desenho proposto –. Esta forma de acesso não agradava a Beatriz, que relatou se preocupar com certo isolamento da cozinha, de forma que os visitantes da casa não tivessem que, necessariamente, avistá-la. Desta forma, a equipe questionou a moradora sobre a possibilidade de conjugar ambientes e integrar sala e cozinha, para que o acesso fosse menos compartimentado. Beatriz, a princípio, se mostrou receptiva a esta proposta;

(6) Como a divisa com o vizinho do lado esquerdo era feita apenas por um muro, sem espaço entre os lotes, não seria possível fazer aberturas para este lado, sendo que o projeto inicial proposto pelos moradores contava com um longo corredor até essa divisa. Segundo Beatriz, seu irmão, pedreiro da obra, propôs um armário no fim deste corredor para aproveitar o espaço. Diante da situação de impossibilidade de ventilação e iluminação nesta fachada, a equipe do PRAXIS-EA/UFMG sugeriu que, ao invés do armário, fosse construído um “jardim de inverno” ao fim do corredor para solucionar as questões de luz e vento. Foi necessário explicar esta estratégia à moradora – muito utilizada na Arquitetura tradicional, mas ainda distante desta outra realidade –. Ela, mais uma vez, se mostrou satisfeita;

Figura 39 – Montagem resultante da dinâmica com Beatriz.



(7) Em relação ao terreno, era importante mostrar à moradora que deveria ser realizada uma intervenção no corte dos fundos, que foi feito em 90° e que poderia trazer riscos estruturais à sua moradia. Para isto, a equipe propôs acomodar o barranco no formato de um talude, com inclinação de 45°, necessário para estabilizar o corte. A solução propiciou o uso deste talude para a instalação do varal para secar as roupas e aumentou a área de ventilação e iluminação dentro da casa. Foi feito, também, um alerta em relação à drenagem necessária neste talude para que a água não atingisse o muro de contenção, desestabilizando a estrutura e trazendo umidade para a moradia. A equipe, inclusive, lembrou a moradora que a parede da escada já estava com coloração esverdeada, por conta da umidade. Também em relação à estrutura da moradia, sugeriu-se a construção de pilares na fachada frontal da moradia como forma de conter os esforços neste sentido. Estas questões foram discutidas através do kit Lego, que conferia uma terceira dimensão à explicação e ajudou a moradora a entender a ponderação;

Figura 40 – Dinâmica com kit mobiliário e kit Lego.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Figura 41 – Corte posterior ao terreno e muro de contenção.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

(8) Beatriz fotografou o layout resultante desta conversa e alegou que não necessitava de um desenho técnico, pois acreditava que a fotografia seria suficiente para explicar para o marido e para o pedreiro as novas propostas. Além disto, a moradora expressava contentamento em relação à conformação discutida.

Figura 42 – Layout resultante da primeira dinâmica.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

O próximo contato com Beatriz ocorreu um mês depois da primeira dinâmica por dois motivos: o pedreiro realizou uma viagem e a equipe do PRAXIS-EA/UFMG estava com outras demandas. A questão evidenciou a divergência de tempos entre os dois atores. O tempo acadêmico se dava em função da disponibilidade dos pesquisadores e se resumia ao período da tarde durante a semana, e o tempo dos moradores era pautado pela disponibilidade de mão de obra e de materiais. Observou-se, também, que o arquiteto está adaptado a ter um tempo de desenvolvimento de projeto e de pesquisa antes de dar respostas. Já o autoconstrutor, precisa de respostas rápidas, no tempo da obra. Enquanto o arquiteto volta para o escritório para projetar, o morador já construiu. Esta questão, do ponto de vista dos arquitetos, se vincula, sobretudo neste estudo de caso, ao instrumento utilizado para a representação do projeto, que demanda grande tempo de execução.

Por fim, quando o encontro aconteceu, foram constatadas muitas modificações no projeto resultante da dinâmica com o kit mobiliário. A necessária mudança das dimensões da caixa de escada havia sido considerada na locação da porta de acesso, mas foi construída a parede entre cozinha e sala e a entrada estava acontecendo pela cozinha – da forma que Beatriz havia relatado não querer –. O quarto do casal continuava sem janela e a moradora justificou que, se houvesse janela, não teria espaço para o armário no quarto do casal. A equipe do PRAXIS-EA/UFMG reafirmou a necessidade da abertura, visto que a parede receberia muita umidade por estar próxima à terra da encosta e que não haveria iluminação natural. A respeito das alterações, a moradora relatou ter se esquecido das mudanças realizadas durante a dinâmica. Disse que apenas explicou ao pedreiro, oralmente, aquilo que se recordava. Sobre esta questão, a equipe questionou Beatriz se ela havia sentido falta de um material técnico, em papel, que representasse o layout acordado na dinâmica, e ela negou esta falta, alegando que tinha apenas se esquecido. Segundo Beatriz, “não precisava do desenho, a foto era suficiente”²⁹. O jardim de inverno também não havia sido considerado, a área de serviço se manteve como a proposta inicial dos moradores – ao fim da escada – e as soluções de drenagem não haviam sido ainda conversadas com o pedreiro.

²⁹ Beatriz, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em abril de 2017.

Figura 43 - Visita à obra um mês após a dinâmica.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

O pressuposto da assessoria técnica desenvolvida pelo PRAXIS-EA/UFGM, baseado na mediação da informação, posiciona o arquiteto como um provocador e propositos de outras possibilidades, para além do arcabouço prático do autoconstrutor. Desta forma, torna-se necessário identificar as informações que foram acatadas e/ou apreendidas pelos moradores pra entender quais delas fizeram sentido para o morador, retomando Morado Nascimento (2016a). No caso de Beatriz, percebeu-se que seriam necessárias outras experimentações para que fossem compatibilizadas a lógica do arquiteto e a lógica do morador, partindo do pressuposto de que havia informações importantes a serem fornecidas aos autoconstrutores e que ainda não tinham feito sentido para eles. Era necessário, e de responsabilidade técnica dos arquitetos envolvidos, atentar a família a respeito das questões estruturais, de drenagem, de ventilação e iluminação. Os aspectos levantados com o kit Lego, durante a dinâmica com o kit mobiliário, precisavam ser frisados, bem como as questões de drenagem – também associadas à ventilação e iluminação –. Como eram questões importantes e que trariam prejuízos financeiros, estruturais e até mesmo na qualidade de vida e de saúde dos moradores, a maneira de transmitir esta informação aos moradores deveria ter sido melhor pensada. A equipe percebeu que a proposta do jardim de inverno, não adotada pelos moradores, era uma possibilidade distante de sua realidade e sua nomenclatura era carregada de simbolismos de uma Arquitetura tradicional e elitista. A proposta deveria ser tratada sem esse nome e sua representação e explicação deveria ter sido mais clara para que a informação se livrasse dos símbolos e códigos da Arquitetura, como proposto por Tibo (2017). Importante esclarecer, também, que tal solução não faz parte da cultura construtiva dos moradores e do arcabouço de

soluções comuns da autoconstrução. Da mesma forma, aponta-se que a cultura dos autoconstrutores é transformada com a inserção do agente técnico. Assim, para tal situação, foi acrescida a inserção de cobogós nas paredes da caixa de escada, sendo esta uma possibilidade que, ainda que não seja largamente utilizada em contextos autoconstruídos, está mais próxima das soluções encontradas na autoconstrução.

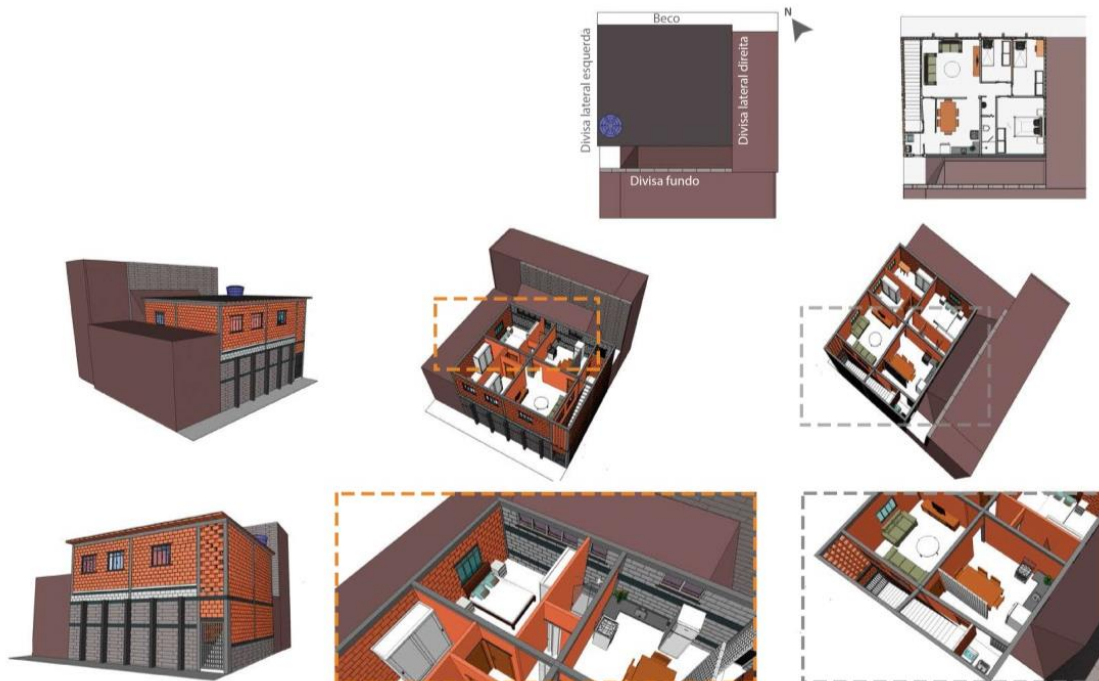
Figura 44 – Solução de iluminação e ventilação em moradia localizada na Vila Acaba Mundo.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Neste contato, as sugestões e informações foram transmitidas oralmente aos moradores, mas, a partir do retorno obtido na visita à obra, a equipe decidiu adaptar as propostas à situação atual e entregar um material físico para guiar as próximas etapas da construção.

Figura 45 - Modelo tridimensional da moradia de Beatriz e sua família.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Na entrega deste material, a equipe utilizou a ferramenta de construção de um modelo tridimensional e duas linguagens para apresentá-la: o modelo em computador, que permitia a variação de ângulos junto ao morador, e o modelo impresso em papel, com alguns ângulos e informações para ficarem disponíveis para a consulta dos moradores. Importante apresentar que o marido de Beatriz não havia participado do processo de discussão até este momento e sequer aproximado dos integrantes do PRAXIS-EA/UMG, mesmo estando presente em outras visitas. Necessário apontar, também, que a equipe era majoritariamente composta por mulheres e pressupõe-se que isto tenha influenciado na não-participação de Ailton durante as discussões. O capital simbólico atribuído ao arquiteto não se dissolve tão facilmente e, principalmente na relação com autoconstrutores do sexo masculino, pôde-se notar grande resistência à atuação. O marido de Beatriz demonstrou interesse em participar das discussões apenas nesta entrega, quando foi apresentado o modelo tridimensional. A partir deste momento, Ailton começou a interagir, questionar, pedir sugestões e, inclusive, elogiar o projeto. Desta forma, o modelo em 3D foi um ponto chave da comunicação neste processo, pois, mesmo que em outros momentos, Beatriz apresentasse a posição do marido e ligasse para ele para consultar algumas questões, estas só passaram a ser acatadas quando Ailton também passou a fazer parte do processo. O modelo digital criado e apresentado comprovou, portanto, seu poder de comunicação. Porém, retomando o posicionamento apresentado em

relação às imagens produzidas pelos arquitetos, o exercício confirmou, também, o fetiche ligado ao computador enquanto símbolo e também enquanto poderoso instrumento de convencimento, para muito além da sugestão. Ou seja, da mesma forma que contribui para o morador perceber melhor o espaço e que acrescenta uma terceira dimensão à planta, facilitando o seu entendimento, ela vende uma imagem e uma projeção do futuro, muitas vezes idealizado pelo imaginário popular. O desenho, ainda que facilite o entendimento e o envolvimento do morador com o processo de projeto, é dotado de poder e de fetichismo.

Figura 46 - Apresentação do modelo tridimensional pelo computador.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Retomando os pressupostos da equipe, é importante se atentar ao uso do computador de forma responsável, uma vez que este é uma poderosa ferramenta. O arquiteto deve assegurar que a família não perca sua autonomia na tomada de decisões por conta do poder simbólico (e de convencimento) que o desenho produzido pelos arquitetos o confere. Em resumo, o desenho é um instrumento de poder, tanto para o entendimento do morador quanto para a reprodução da violência simbólica e da imposição de modelos de morar.

Os instrumentos de representação arquitetônica e sua magia são apenas um exemplo mais evidente de imposições sociais e culturais de toda espécie implicados na atuação dos arquitetos (...). Como arquitetos, tendemos a ver esses instrumentos do cotidiano profissional com certa ingenuidade e de modo acrítico. (LOURENÇO, 2014, p.155)

Figura 47 - Apresentação das imagens obtidas a partir de modelo tridimensional.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Considerando as críticas tecidas a respeito do desenho técnico – modelo de representação de projeto mais comum do campo da Arquitetura –, é importante reafirmar a necessidade de se propor outras formas de comunicação que permitem o compartilhamento de informações. O desenho, em seu sentido de representação de propostas, se reafirma necessário, mas sob uma lógica que não determine um produto final acabado, intocável e impositivo. Para que atue enquanto “ponto de partida”, no sentido de instigar o morador a adquirir mais poder de transformação sobre as possibilidades ali sugeridas, ele precisa, efetivamente, comunicar. Sob esta questão, Ferro (2006, p.407) argumenta que o desenho é:

um ponto de partida que se deixa modificar durante sua realização. A relação desenho/objeto não é de reflexo, mas de superação, de conservação, de identidade e, ao mesmo tempo, de diferença, de modificação.

O desenho deve atuar enquanto transmissor de informações que façam sentido ao processo construtivo do morador, com cautela ao seu poder de convencimento. Kapp, Nogueira e Baltazar (2009, p.18) afirmam que ele deveria ser “usado quando útil, porém de forma suficientemente clara para que sua compreensão não se restrinja a iniciados”. A fotografia do

kit mobiliário, tirada por Beatriz, poderia ter se tornado uma forma de representação se as informações ali contidas fizessem sentido aos moradores. Por outro lado, os desenhos ilustrativos utilizados na experiência do Beco da Mina efetivaram sua função de representar uma proposta.

Após esta etapa, Beatriz voltou a procurar a equipe do PRAXIS-EA/UFMG quase cinco meses depois desta entrega, pedindo auxílio com a escada, que havia chegado à fase de construção. Para os moradores, somente neste momento começou a fazer sentido dar atenção a esta questão – evidenciada pela equipe desde o princípio –.

Figura 48 - Escada e acesso à moradia. Primeira foto: conversa em abril de 2017 para alertar sobre a escada. Segunda foto: demanda de projeto para a escada, em setembro de 2017.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Refeitas as medições, o processo de cálculo das medidas dos degraus da escada da edificação de Beatriz, trouxe reflexões importantes acerca de projetar para a autoconstrução. Aprende-se, durante o ensino de Arquitetura e Urbanismo, que todas as escadas devem ser calculadas segundo uma relação entre o tamanho do piso e do espelho dos degraus, tendo sido esta relação obtida através da análise do tamanho do passo humano médio. As escolas de Arquitetura e Urbanismo ensinam, portanto, que este cálculo deve ser feito a partir da “Fórmula de Blondel”, que foi incorporada pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos ABNT NBR 9050 (2004). Esta norma define, portanto, que as dimensões dos pisos e espelhos devem ser iguais em toda a escada. Os pisos podem variar entre 28cm e 32cm, os espelhos entre 16 e 18cm e estes devem

seguir a seguinte relação: $0,63m < p + 2e < 0,65m$ (ABNT 9050, 2004). Ou seja, a soma de 2 espelhos a 1 piso deve ser maior que 65cm e menor que 63cm. Aplicando estes cálculos ao espaço da escada de Beatriz, já definido e imutável, as contas não fecham. Os cálculos propostos por “Blondel” e pela ABNT não se aplicam à autoconstrução, que é feita sob as condições possíveis. Projetar para estes espaços requer, portanto, bom senso e adaptações de tudo aquilo que é estabelecido como parâmetro mínimo de habitabilidade. Da mesma forma que as normas e, sobretudo, baseadas nelas, definiram-se os aspectos a serem observados para qualificar uma habitação, independente de seu contexto. Se esta análise e as proposições partissem apenas das condições ideais (e, em teoria, necessárias), a prática se tornaria inalcançável. O trabalho de assessoria técnica desenvolvido nestes contextos autoconstruídos se baseia na Arquitetura do possível.

Figura 49 – Escada projetada especificamente para a casa da Beatriz – entregue à moradora também com o memorial dos cálculos para que pudessem sofrer adaptações.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Figura 50 – Locação da escada na obra, realizada junto aos moradores.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

A última visita à obra de Beatriz foi realizada no início do ano de 2018. A família ainda não havia se mudado e a construção estava em fase de acabamento, em um período de pausa por questões financeiras. Retomando os aspectos que compõem a autoconstrução, é importante apontar que, não sendo esta construção movida pela necessidade urgente de moradia e podendo se estender no tempo, os recursos financeiros disponíveis determinam o tempo do processo construtivo e das decisões projetuais.

Neste encontro, Beatriz se queixou das inúmeras infiltrações e da umidade presente na edificação, que já apresentava mofo e manchas nas paredes. As soluções de drenagem e de corte da encosta também não haviam sido incorporadas e as janelas tinham sido mantidas como na última visita. Nesta conversa, onde apenas Beatriz estava presente, ela relata ter percebido os prejuízos causados por não ter “escutado” as sugestões dadas pela equipe. Após esta visita, a equipe do PRAXIS-EA/UFGM enviou à moradora, através da internet, a representação (mais clara e em forma de uma imagem extraída do modelo tridimensional) da proposta de drenagem e de movimentação de terra do barranco próximo à parede das infiltrações.

Figura 51 – Quarto de Beatriz com manchas brancas de mofo na parede.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2018.

A conversa de retorno com a moradora aconteceu antes da última visita e foi reveladora. É interessante fazer uma análise de seu discurso. Beatriz afirmou que teve dificuldade em construir em um terreno em declive e justificou que ela e o marido nunca haviam realizado obras antes, relatando que “se a gente soubesse como seria, não teria nem comprado o terreno (...) foi bom que o Laerte falou de vocês”³⁰. A moradora atribuiu, também à atuação da equipe, a segurança da construção: “com vocês aqui a gente tem mais segurança. Até meu irmão, que é pedreiro, falou que fica mais seguro com a obra”³¹. Por fim, apontou três aspectos que a presença do PRAXIS-EA/UFMG somou à construção de sua moradia: “se vocês não tivessem ajudado a gente, a escada teria ficado errada, a porta também e não teria esse cobogó aqui”³². Importante avaliar que, apesar do discurso da moradora ter atribuído à equipe grande parte das soluções que direcionaram a obra, a maioria das decisões foram tomadas autonomamente pelos moradores.

³⁰ Beatriz, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em outubro de 2017.

³¹ Beatriz, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em outubro de 2017.

³² Beatriz, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em outubro de 2017.

Figura 52 – Fotografias, externa e interna, da construção de Beatriz, em setembro de 2017.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

A atuação do arquiteto em um processo que, antes, era gerido apenas pelos moradores, fez com que estes, a princípio, adotassem uma postura passiva e que demonstrava certa perda de seu poder de decisão e de autonomia, transferindo o controle ao arquiteto. Esta afirmativa se baseia na postura de Beatriz, que sempre dizia concordar com as sugestões que a equipe fazia e, ao não concretizá-las, se desculpava por ter tomado uma decisão distinta. Seu discurso conferia poder ao arquiteto, como se ele estivesse no comando da obra, mas sua prática não condizia a este discurso. Em outras palavras, a moradora afirmava, durante o processo e ao fim da assessoria, que a presença da equipe era muito importante, mesmo que tenha tomado muitas decisões distintas das sugeridas pelo PRAXIS-EA/UFGM. Por fim, as informações que foram fornecidas pela equipe – desde iluminação e ventilação até as soluções de drenagem –, só fizeram sentido aos moradores quando a obra estava quase finalizada e os alertas destacados se concretizado. Desta forma, pôde-se observar que o compartilhamento do poder de decisão é, também, um processo, e que a informação precisa fazer sentido ao usuário para que seja adotada por ele.

A questão levantada anteriormente vai de encontro aos conhecimentos de Arquitetura, na medida em que, em um processo de decisões compartilhadas entre arquitetos e moradores,

talvez seja necessário repensar os métodos e linguagens de transmissão das informações para que elas estejam absolutamente claras e seus riscos sejam apresentados aos moradores. Somente assim, a decisão em acatar, ou não, as sugestões dos arquitetos se torna uma escolha e fica menos carregada unicamente do imaginário social.

D. Dona Efigênia

Março de 2017 a setembro de 2017.

O contato com Dona Efigênia, moradora da Vila Acaba Mundo, começou a partir do trabalho realizado pelo PRAXIS-EA/UFMG no Beco da Mina, onde surgiu o interesse pela assessoria técnica. A moradora habita este território desde os anos 80, quando, motivados pela proximidade do trabalho do marido, empregado da Mineradora Lagoa Seca, adquiriram um barracão de adobe na Vila. Com recursos escassos, a moradia se transformou ao longo do tempo para abrigar as demandas da família, que cresceu com o nascimento dos onze filhos e, hoje, se adapta à saída destes de casa.

Figura 53 – Fundos da edificação de Dona Efigênia: área de enfoque da assessoria técnica.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

A primeira etapa foi realizada pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG e, sua continuidade, por um grupo de alunos da disciplina “Práticas de Assessoria Técnica”. Dona Efigênia apresentou a demanda por questões estruturais no primeiro encontro, promovido pelo PRAXIS-EA/UFMG. A moradora relatou que se interessou pela assessoria, a princípio, para que fossem observadas as trincas e infiltrações em algumas paredes e em vigas de sua edificação. Posteriormente, no tempo de suas condições financeiras, Dona Efigênia se interessaria por um projeto de reforma. O trabalho da equipe foi, então, observar as condições apresentadas pela moradora, fotografá-las e voltar ao grupo de pesquisa para estudá-las. Dona Efigênia já havia

procurado um pedreiro conhecido para fazer esta análise, mas revelou ficar mais segura com uma resposta dada por profissionais do campo de Arquitetura.

Figura 54 – Trincas no piso da laje de cobertura da moradia de Dona Efigênia



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

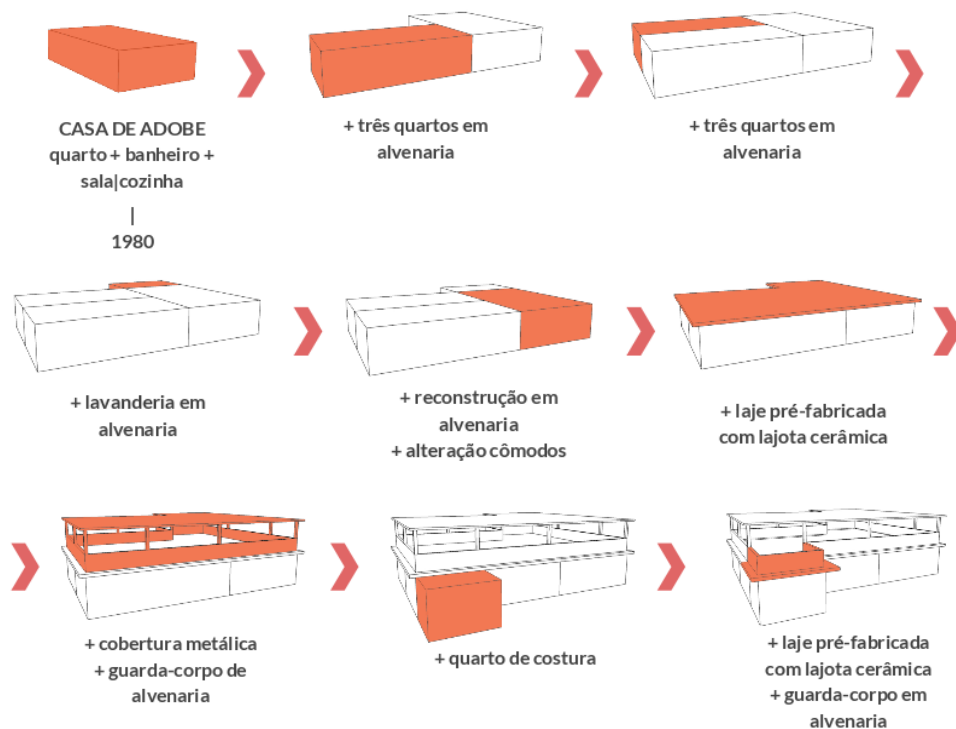
A questão da segurança técnica associada à atuação do arquiteto foi afirmada na assessoria de Beatriz. Importante levantar questionamentos a respeito da responsabilidade técnica a ser assumida pelo profissional em um processo no qual este não esteve presente. A partir do arcabouço teórico e prático do arquiteto, ele pode realizar análises das condições visíveis da estrutura e investigar a conjuntura a partir do entendimento da cultura construtiva do morador. Mas, para uma análise mais profunda e onde são necessárias avaliações de risco estrutural, a questão se torna mais complexa e demanda outras competências. No caso, a moradia de Dona Efigênia, que vive na Vila Acaba Mundo há quase 40 anos, passou por inúmeras reformas e ampliações. Segundo a moradora, a maioria das intervenções na edificação foram geridas e erguidas pelo seu marido, que não era do ramo da construção civil, mas que havia aprendido sobre construção através da observação e da prática. A família tinha a cultura construtiva de tomada de decisão concomitante à execução, como afirmado pela moradora: “antes a gente dava a ideia e fazia, aí depois que a gente vai amadurecendo e vê que precisa de projeto”³³.

A partir dos relatos e da observação das condições visíveis da moradia, a equipe do PRAXIS-EA/UFMG avaliou que a construção se encontrava estável, mas, por não ter realizado um estudo geológico e/ou estrutural mais profundo, optou-se por não atestar a situação de

³³ Efigênia, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2017.

segurança da edificação. Assim, deixou-se claro que as aptidões da equipe não certificavam a condição estrutural da obra e sugeriu-se a contratação de outro profissional para assumir esta demanda. Num primeiro momento, foi proposto para a moradora o assentamento de rejunte no piso que estava trincado e a instalação de rodapés, visando conter a infiltração na laje. Esta análise já pareceu suficiente para a família. Segundo Dona Efigênia, seus filhos “pararam de perguntar se ia cair”³⁴.

Figura 55 – Evolução da moradia de Dona Efigênia, sendo que a assessoria técnica realizada pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG e pelo grupo da disciplina “Práticas em assessoria técnica” iniciada antes da última etapa de transformações.



Fonte: Produto da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica”, 2017.

A princípio, a moradora relatou que a demanda por reforma viria posteriormente, mas a disponibilidade de recursos para a obra antecipou os seus planos. Assim, o processo de assessoria contou com a atuação do grupo de alunos³⁵ da disciplina “Práticas em assessoria técnica”, que ficou responsável pela segunda demanda da Dona Efigênia, que foi de transformações em sua moradia.

³⁴ Efigênia, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2017.

³⁵ Grupo da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica”, composto por Lucca, Gustavo e Letícia. Todas as informações, diagramas e imagens foram produzidos pelos alunos, para o uso coletivo do grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG.

Figura 56 – Área demandada para a intervenção.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

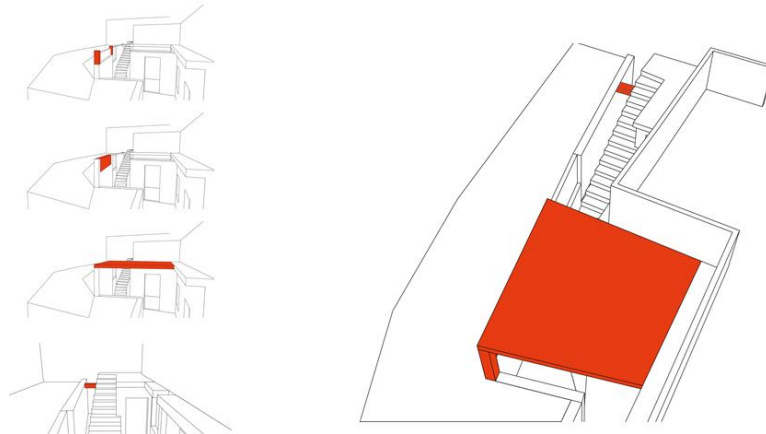
A metodologia proposta pelo grupo para a formulação do projeto, contou com quatro etapas: diálogo com a moradora, maquete física para a discussão das sugestões de reforma, fotomontagens para representar as propostas incorporadas ao projeto e formulação de uma planilha com os custos previstos para cada intervenção na edificação. As premissas da equipe se baseavam no compartilhamento do processo de projeto e na experimentação de linguagens que, possivelmente, propiciariam o entendimento da moradora sobre as decisões projetuais.

Figura 57 – Etapas do processo de compartilhamento de projeto.



Fonte: Produto em disciplina “Práticas em Assessoria Técnica”, 2017.

Figura 58 – Forma de representação utilizada para apresentação da proposta final de intervenção.



Fonte: Produto em disciplina “Práticas em Assessoria Técnica”, 2017.

O grupo relatou o tempo como uma questão que difere a dinâmica projetual com a qual estavam acostumados da prática autoconstrutora: “devido ao curto prazo para elaborar a proposta, não pudemos participar das decisões de D. Efigênia”³⁶. Antes de conseguirem entregar à moradora as propostas que haviam discutido e que estavam sendo formuladas e representadas, Dona Efigênia realizou uma intervenção construtiva em sua moradia: a expansão do terraço. Quando questionada a respeito da reforma notada pelo grupo em uma das visitas, ela revelou que havia um pedreiro disponível no final de semana e que seus filhos a tinham ajudado a custear a obra. O tempo da autoconstrução, mais uma vez, se afirma como diferente do tempo do arquiteto. As transformações se efetivam de acordo com as possibilidades financeiras das famílias e suas necessidades, sem um planejamento que distancia o plano da obra, como defendido por Morado Nascimento (2016b).

Figura 59 – Intervenção realizada pela moradora: expansão do terraço.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

³⁶ Relato do grupo a respeito do processo de assessoria técnica. Registro da autora.

A questão também traz à tona a discussão sobre a autonomia dos moradores, apontada como um fator de decomposição da autoconstrução e interessante de ser confrontada com a inserção do assessor técnico na cultura construtiva do autoconstrutor. Dona Efigênia relatou que as obras realizadas em sua moradia eram conduzidas e definidas pelo marido quando vivo, sendo que ela não detinha o poder de decisão. Depois da morte do companheiro, ela afirmou ser a única responsável pelas decisões, dependendo dos filhos apenas para que a ajudem a custear as intervenções. Como detentora do poder de decisão, declarou: “eu não faço mais sem projeto. (...) Quero o projeto porque faz e fica feito, não fica derrubando. E eu não quero ter que refazer”³⁷. Relacionar o discurso de Dona Efigênia à sua prática traz interessantes discussões a respeito da imagem socialmente construída e atribuída aos arquitetos. A moradora, através de seu discurso, conferiu aos profissionais o controle e o poder de decisão, gerando questionamentos à equipe do PRAXIS-EA/UFMG em relação ao pressuposto adotado pelo grupo: o de dissolução de hierarquias e o de manutenção da autonomia do morador. A prática de Dona Efigênia retratou o oposto, visto que a autonomia da moradora não se esvaiu apenas pela possibilidade de assessoria técnica. A experiência confirmou que a autoconstrução, enquanto processo construtivo que não conta com a atuação técnica, se estabelece de acordo com a possibilidade de mão de obra e com a disponibilidade de recursos para a compra dos materiais, e não com o projeto em mãos.

A discussão traz apontamentos em relação à interligação dos aspectos que compõem o conceito de autoconstrução. A partir das teorias apresentadas no segundo capítulo, suspeitou-se que a atuação técnica poderia limitar a autonomia dos moradores. Porém, na experiência com Dona Efigênia, ainda com a inserção do agente técnico no processo de decisão, a autonomia dela se manteve como um forte aspecto que compõe sua prática autoconstrutora. Ainda que tenha sido realizada a assessoria técnica, a tomada de decisão ficou nas mãos da moradora e se efetivou no tempo da autoconstrução – o da necessidade e da disponibilidade financeira –. Os recursos financeiros confirmaram, portanto, o poder que têm de direcionar e estabelecer os prazos da construção. Importante apontar que, no caso de Dona Efigênia, a cultura construtiva e a autonomia da moradora detiveram mais força no processo de projeto e construção do que os benefícios que ela mesma associava à inserção do agente técnico. Esta afirmativa se baseia no discurso da moradora, que afirmou não realizar mais obras sem projeto e, na prática, realizou a ação ainda sem o desenho dos arquitetos.

³⁷ Efigênia, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em abril de 2017.

Por fim, interessante citar que, o grupo responsável pelo caso de Dona Efigênia, apresentou para a moradora uma planilha com os gastos necessários para a intervenção, resultante do processo de assessoria técnica. Pressupõe-se que, inserindo o orçamento das despesas da obra no processo da autoconstrução, este instigue e provoque o autoconstrutor em relação aos custos de suas decisões construtivas. O valor das sugestões do arquiteto e, mesmo, das ideias do morador, podem direcionar e orientar a escolha das propostas de intervenção. Indica-se, portanto, o cálculo e a apresentação de orçamentos com as possibilidades de soluções de intervenção como uma ação que potencializa o processo da autoconstrução.

E. Janaína

Novembro de 2017 a fevereiro de 2018.

Janaína mora na casa dos pais, na Vila Acaba Mundo, e demandou a assessoria técnica para a construção da edificação onde residirá com seu companheiro. Como prática recorrente dos territórios autoconstruídos, as edificações se adaptam, se expandem e se transformam para acomodar o crescimento das famílias. Desta forma, os pais de Janaína permitiram que a filha construísse um segundo pavimento nos fundos de seu lote, utilizado como área de lazer. A demanda apresentada à equipe do PRAXIS-EA/UFMG para a nova edificação é de dois quartos, banheiro, cozinha, sala e lavanderia – e soluções construtivas baratas –. No primeiro encontro com Janaína, a equipe do PRAXIS-EA/UFMG questionou o motivo pelo qual ela buscou assessoria técnica. A moradora afirmou que havia visto o resultado de uma experiência desenvolvida pelos alunos da disciplina “Práticas em assessoria técnica” e que achou “os desenhos muito bonitos”³⁸. Sua resposta, antes de outras discussões, já reafirma o pressuposto do imaginário social atribuído ao desenho dos arquitetos. A partir da afirmativa de Janaína, a equipe se questionou em relação à maneira de responder a demanda da moradora e à função da assessoria técnica neste caso. Retoma-se que os pressupostos da equipe objetivam potencializar o processo construtivo do autoconstrutor através da inserção de informações técnicas e, sobretudo, provocar e instigar o morador para outras possibilidades de olhar, projetar e construir sua moradia. Da mesma forma, problematiza-se a visão associada à Arquitetura e aos desenhos dos arquitetos, buscando propor à moradora outras perspectivas a respeito da experiência do morar.

³⁸ Janaína, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em novembro de 2017.

Como representado na Figura 58, os pilares e vigas já haviam sido construídos antes do início da assessoria técnica, de forma a direcionar as possibilidades construtivas e proposições espaciais para a edificação. Importante apresentar também que, enquanto território autoconstruído, a prática de assessoria técnica precisa acontecer concomitante à obra, tendo em vista que este é o tempo que direciona o processo. Além disto, o encontro entre o pensar e o fazer, retomando a proposição de Ferro (2006), influencia o processo de projetar, de forma que as soluções projetuais tenham que acolher as decisões construtivas existentes. Em outras palavras, incorpora-se ao projeto a cultura construtiva do autoconstrutor e o contrário também se realiza, ou seja, a prática construtiva do morador é acrescida de planos que direcionam as etapas da obra antes de sua realização.

Figura 60 - Estrutura para a construção da laje destinada à moradia de Janaína



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

O processo de projeto se iniciou com base na estrutura executada pelos moradores. Para a primeira dinâmica, foi proposto o uso do kit mobiliário. Além da equipe do PRAXIS-EA/UMFG, apenas Janaína participou da conversa. A primeira montagem se baseava nas ideias apresentadas pela moradora e, a partir dos entraves encontrados nesta proposição, foram sugeridos e experimentados outros arranjos espaciais. A princípio, Janaína teve dificuldades em entender a configuração da moradia a partir da planta, direcionando maior articulação das peças por parte da equipe de arquitetos. Importante perceber que a planta, forma de representação majoritariamente utilizada pela Arquitetura e construção civil, representa uma perspectiva não usual do usuário do espaço: a visão da projeção horizontal

observada de um plano superior. Sobre esta dinâmica, Janaína afirmou que “o que mais facilitou foi bem no início, quando elas trouxeram e já montaram certinho pra mim, bem no início, facilitou muito porque eu já consegui ver como que ia ficar certinho”³⁹. A moradora, ao fim da dinâmica, fotografou a planta resultante da conversa. Foi proposta uma segunda conversa com os moradores para certificar que haviam entendido as alterações e não apenas acatado as sugestões por não tê-las entendido. Para isto, apresentou-se o modelo tridimensional com a disposição resultante da conversa anterior. Notou-se, então, o entendimento da moradora sobre o espaço e o seu dimensionamento, propondo o retorno do kit mobiliário para facilitar as experimentações de distintos arranjos. Desta vez, o companheiro de Janaína também participou e a dinâmica contou com interferências dos moradores, que demonstraram maior aproximação da ferramenta de discussão de projeto.

Figura 61 - Dinâmicas desenvolvidas com os moradores: (1) kit mobiliário; (2) modelo tridimensional; (3) kit mobiliário.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Após esta última conversa, Janaína requereu um registro físico, em papel, das decisões compactuadas e relatou que gostaria de contar com o auxílio técnico durante a obra. O material entregue à moradora contou com as duas formas de representação utilizadas durante o processo de compartilhamento de projeto: o modelo tridimensional e a planta baixa acordada. Acresceu-se ainda, alguns detalhamentos construtivos que seriam necessários para a execução da obra.

³⁹ Janaína, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em novembro de 2017.

F. Sheila

Outubro de 2017 a fevereiro de 2018.

A assessoria técnica para a moradia de Sheila foi realizada pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG e a demanda foi apresentada por Laerte, presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Inserida no mesmo território das assessorias apresentadas anteriormente, mas se diferenciando em relação às condições de renda dos outros moradores, o caso de Sheila revela as distintas práticas contidas no conceito da autoconstrução. A moradora vive atualmente com o marido e quatro filhos em uma casa de madeira com dois cômodos: cozinha e quarto integrados e um banheiro. Além disto, a moradia é sustentada por peças, também de madeira, que, aparentemente, não garantem sua segurança estrutural a longo prazo.

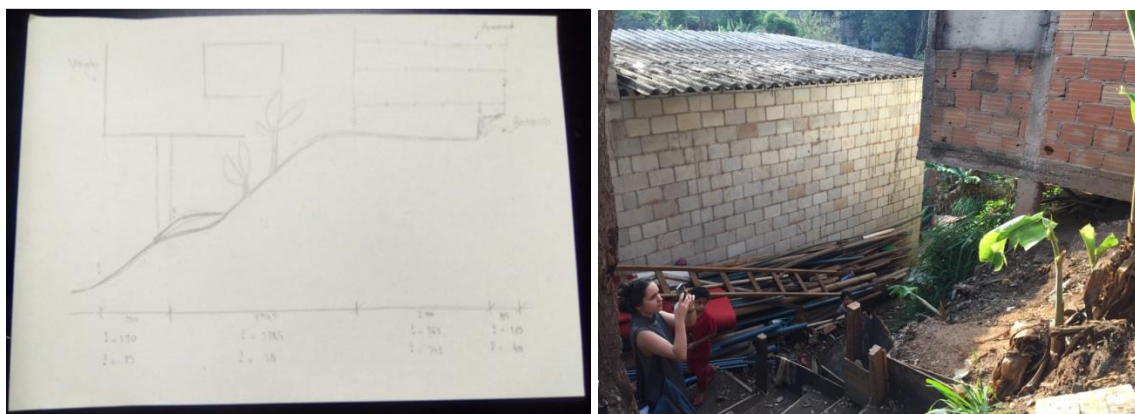
Figura 63 – Fotos externas e internas da moradia atual de Sheila.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Sheila e o marido propuseram a construção de alvenaria na área restante de seu lote, contando com o pai da moradora como construtor. Ele é pedreiro e se propôs a ajudar a filha nos finais de semana. O terreno da Sheila é bastante íngreme, com média de 37% de inclinação, sendo alguns trechos mais inclinados.

Figura 64 – Corte transversal esquemático do terreno de Sheila e, ao lado, sua fotografia.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Partiu-se do entendimento das ideias e propostas dos moradores para a construção da moradia: Sheila relatou que as fundações que receberiam os pilares já haviam sido locadas por seu pai e que seu marido iniciaria as perfurações nos períodos de folga do trabalho. A proposta inicial da família, liderada pelo pai de Sheila, era de construir em um só nível, no ponto mais alto do terreno – sob os mesmos moldes da moradia vizinha, onde vivia uma tia da moradora –, e utilizar a casa de madeira, chamada pelos moradores de “casinha”, como área de serviço. A proposição da locação da construção no terreno se baseava nas experiências anteriores dos autoconstrutores e, visto que se assemelhava à construção da tia de Sheila, parecia fazer parte da cultura construtiva da família e do arcabouço de soluções comuns na autoconstrução.

Figura 65 – Ponto mais alto do lote e, ao lado direito da fotografia, a moradia da tia de Sheila.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

De modo a buscar uma aproximação do contexto, da realidade e da cultura dos moradores, a equipe procurou entender a moradia atual de Sheila como resultante de sua história de vida e das necessidades da família no momento da construção. Esta análise revelou que a urgência do morar direcionou a ocupação do terreno, confirmando as patologias da edificação e sua vulnerabilidade estrutural como fruto do curto período de tempo possível para a construção e, ainda, da complexidade do terreno. O processo de assessoria técnica demandou, além da realização de medições da área, registros fotográficos e conversas com os moradores sobre as estruturas propostas por eles, uma análise das condições geológicas do terreno. A Profa. Margarete Leta Silva⁴³ constatou que a disposição das placas das rochas apresentava condições favoráveis à estabilidade do terreno, mas que algumas precauções deveriam ser tomadas para a construção no local. Entre os cuidados sugeridos aos moradores estão: atenção à profundidade das fundações, ao recobrimento recomendado dos pilares, ao reforço das formas-gravatas, ao respeito ao tempo de cura da estrutura, à necessidade de mantimento de um caminho para a água, de forma a evitar infiltrações na estrutura da moradia e ao cuidado indispensável em relação à extração (em andamento no momento da visita) da árvore do terreno, já que esta parecia sustentar parte da estrutura atual da casa de Sheila.

⁴³ Pesquisadora colaboradora do PRAXIS-EA/UFMG, graduada em Arquitetura e Urbanismo, mestre em Engenharia de Construções Cíveis (Poli-USP), doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFMG) e professora do Departamento de Projetos da EA/UFMG.

Figura 66 – O lote de Sheila e a avaliação geológica do terreno, respectivamente.



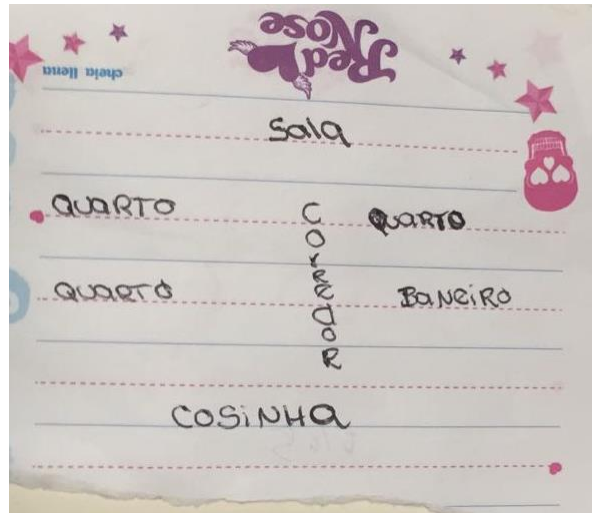
Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

A avaliação das condições do terreno demandou uma análise sob outros moldes, que não aqueles baseados em normas e pressupostos técnicos, solicitando a adequação das determinações científicas às alternativas possíveis para o território, recursos financeiros, autonomia, tempo e cultura construtiva da família. Tal afirmativa se baseia na seguinte constatação: os moradores construirão de qualquer forma – com ou sem o auxílio técnico –, não requisitando do arquiteto o aval para a construção da edificação. Porém, a partir do momento em que o arquiteto, mesmo sem o poder de autorizar ou não a construção, se insere no processo, ele adquire uma carga de responsabilidade técnica. Não se defende que o arquiteto deva atuar como o único responsável técnico pela obra, mas sim que este compartilhe as responsabilidades das soluções construtivas com o autoconstrutor. Retoma-se, para esta afirmativa, o pressuposto do compartilhamento de decisões entre arquiteto e morador como premissa para a mediação. É dever, portanto, do representante do saber técnico, transmitir as informações técnicas necessárias ao processo construtivo do morador, garantindo que estas sejam recebidas pelo autoconstrutor e que ele realizará suas escolhas munido dos esclarecimentos necessários para a sua tomada de decisão.

A partir do direcionamento das decisões construtivas necessárias e propostas pela Profa. Margarete, a equipe prosseguiu com a assessoria técnica. Requisitou-se da família o desenho

do arranjo espacial que havia sido pensado por eles para que este fosse experimentado na dinâmica do kit mobiliário, a ser realizada no encontro seguinte. Porém, por ser muito esquemático, o desenho apenas direcionou as primeiras experimentações de arranjo espacial.

Figura 67 – Esquema apresentado pela moradora sobre o arranjo idealizado para a moradia.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Para somar à prática de configuração dos cômodos e mobiliários, foi desenvolvida uma maquete física do terreno. Partiu-se do pressuposto de que a visualização do terreno em uma escala reduzida permitiria à família entender melhor as razões pelas quais algumas decisões deveriam ser tomadas e possibilitaria a experimentação de diferentes arranjos estruturais. Visou-se, também, demonstrar o caminho da água no terreno e as necessárias precauções em relação a isto. Apenas Sheila esteve presente neste encontro. Em pouco tempo, já foi possível notar que o domínio do poder das decisões construtivas estava nas mãos do pai da moradora, que, por mais que atenta ao processo, não fazia sugestões e nem acatava as sugeridas pela equipe.

Figura 68 – Dinâmica do kit mobiliário + maquete: 1) terreno; 2) amarração da estrutura; 3) caminho da água; IV) montagem final da dinâmica.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Propôs-se que o pai de Sheila também participasse das conversas com a equipe do PRAXIS-EA/UFMG. Isto para facilitar o entendimento das proposições do construtor em relação à construção. Porém, o tempo disponível por ele era apenas nos finais de semana. Visto a importância de tal diálogo, por mais que não fosse o dia de trabalho da equipe, decidiu-se sugerir o encontro. Ainda assim, a conversa não se concretizou e Sheila justificou os desencontros por imprevistos com o pai, que morava em outro município da região metropolitana de Belo Horizonte. Além da distância como condicionante, era período de chuva e a Sheila argumentou que não havia como construir enquanto não passasse a estação. Um mês depois, quando a equipe voltou a procurar a moradora para dar continuidade ao processo de assessoria, ela não se demonstrou muito interessada e relatou que a obra ainda não havia começado. O processo de assessoria não foi retomado até a data de entrega deste trabalho.

Apesar do projeto inconcluso, importantes discussões foram levantadas durante a experiência. Interessante confrontar a situação encontrada no caso de Sheila com a fala da moradora Dona Efigênia, retratada como estudo de caso no item “D” deste capítulo: “já temos que pagar mão de obra e material, se ainda pagarmos o projeto não damos conta”⁴⁴. No caso de Dona Efigênia, as reformas na sua moradia são efetivadas de acordo com os recursos financeiros que restam do orçamento familiar, no tempo disponível e sem a necessidade urgente de morar. Assim, a assessoria, obtida de forma gratuita, possibilita a promoção de “melhorias” e potencializa o processo projetual e construtivo do morador. Por outro lado, no caso de Sheila, a construção é motivada pela necessidade de morar e de reversão da precariedade vivenciada pela família, que habita uma edificação de madeira e composta por dois cômodos. Visto que a família se encontra em situação de dificuldades financeiras, além da gratuidade da assessoria técnica, apresenta-se, como hipótese, a necessária incorporação de recursos financeiros para a efetivação da construção.

A associação entre atuação técnica e financiamento da execução, acarreta em outra composição da prática autoconstrutora, ainda não vivenciada pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG. Esta combinação pode demandar outras metodologias de atuação do arquiteto, estando este imbricado a outros condicionantes. Isto porque, como apresentado por Morado Nascimento, Tibo e Linhares (2018, no prelo), a autoconstrução é composta pela combinação de distintos aspectos e inúmeras possibilidades, resultando em uma prática para cada composição. A inserção do financiamento, por exemplo, carrega consigo outro condicionante para o processo de autoconstrução: o agente que custeará as intervenções, podendo ser este público, privado ou sem fins lucrativos. A inclusão de outro agente, também transforma a cultura construtiva, a autonomia do morador e o tempo da construção, refletindo em outra prática construtiva. Ainda sobre esta associação, é importante retomar uma discussão anteriormente levantada: sendo a execução das transformações financiadas pelo Estado, a atuação técnica pode deixar de se enquadrar enquanto assessoria para se tornar assistência. Tal apontamento parte do pressuposto de que o Estado restringe as possibilidades construtivas de acordo com a verba disponível e a responsabilidade técnica que necessita ser assumida em uma ação oriunda do poder público.

Por fim, defende-se a assessoria técnica como um processo capaz de potencializar a prática do autoconstrutor, inseri-lo em outro lugar na cidade – no lugar da prática social – e como

⁴⁴ Efigênia, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2017.

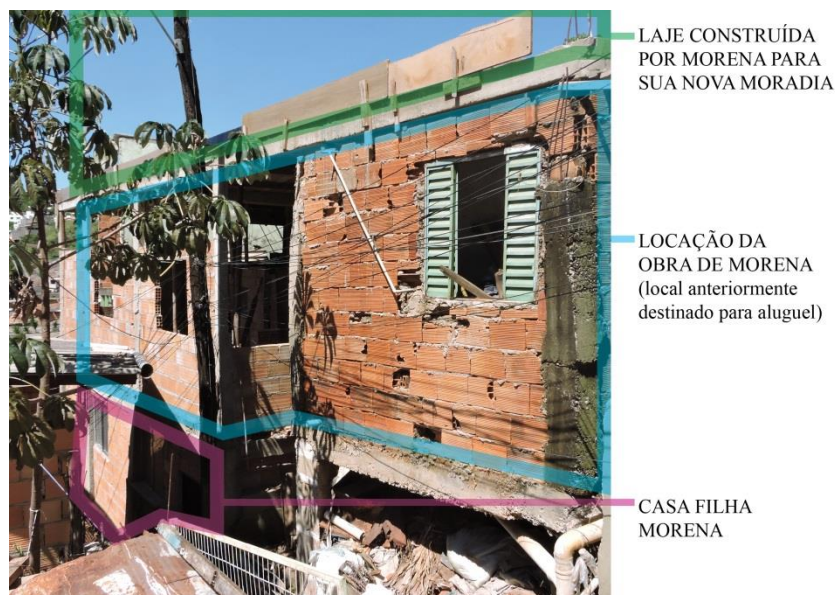
provocador de novas possibilidades, para além do arcabouço das soluções típicas da autoconstrução. Porém, se a demanda construtiva contar com a reversão da precariedade das condições de vida dos moradores, considera-se importante a possibilidade de adoção de outras formas de atuação técnica que contem com o financiamento das ações de intervenção.

G. Morena (Maria das Graças)

Novembro de 2017 a março de 2018.

A assessoria técnica da Morena talvez tenha sido a mais representativa no sentido do compartilhamento de projeto e de transformação do posicionamento dos moradores neste processo. Ainda que inserida no mesmo território dos casos descritos anteriormente (Vila Acaba Mundo), o que orientou a construção não foi a necessidade urgente de moradia, nem a tormenta do aluguel, e, tampouco, a obra foi direcionada pelas más condições da edificação em que a família vivia. Morena já morava na vila com o marido e um dos filhos e relatou demandar uma casa maior – “com dois andares e melhor distribuída”⁴⁵. Para a nova construção, a moradora dispunha do piso acima da casa da filha do casal que, antes desta proposta, estava alugado para outra família e demandava uma grande reforma.

Figura 69 – Local da construção de Morena.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Quando solicitada a assessoria técnica do PRAXIS-EA/UFGM, a obra já contava com a construção de uma nova laje e com a demolição da cobertura e de algumas paredes

⁴⁵ Morena, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em novembro de 2017.

pertencentes à edificação anterior. Morena relatou ter se interessado pela atuação da equipe porque “eu estava sem ideia, entendeu? Não sabia por onde começar, estava totalmente perdida”⁴⁶.

Figura 70 – Paredes a serem demolidas e laje já construída.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Desde a primeira conversa com a moradora, apresentou-se que a metodologia de trabalho do PRAXIS-EA/UFMG partia do pressuposto do compartilhamento do processo de desenvolvimento de projeto. Desta forma, esclareceu-se que a atuação proposta não contaria com a entrega de um produto finalizado e representado por desenhos técnicos orientando a obra, sendo necessária a participação e o envolvimento dos moradores na concepção do projeto.

A laje construída pela família contava com escoras para a sustentação e Morena justificou que seu marido havia ficado inseguro com o apoio da laje. A equipe identificou que este seria um ponto importante a ser trabalhado na assessoria, da mesma forma como a escada de acesso ao segundo pavimento, que não contava com comprimento suficiente para vencer o vão existente. Outra questão notada pela equipe se referia à umidade trazida à edificação por conta de uma parede na encosta de terra aos fundos da construção. Todas estas observações direcionaram o processo de assessoria e influíram sobre os rearranjos necessários à construção.

⁴⁶ Morena, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

Figura 71 – Caixa de escada, escoras e parede na encosta de terra.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Para a primeira discussão de projeto com a família, propôs-se a dinâmica do kit mobiliário, visto que este permite a percepção do tamanho de um móvel em relação ao tamanho de um cômodo. Apostou-se que tal instrumento poderia trazer aos moradores a compreensão em relação ao dimensionamento dos cômodos e da edificação como um todo. Morena e o marido participaram da dinâmica, mas a maioria das intervenções na planta base do kit mobiliário foi realizada pela equipe do PRAXIS-EA/UFGM. Utilizou-se, nesta mesma conversa, um computador com o modelo tridimensional da moradia. Este pareceu ser melhor compreendido pelos moradores, que, a partir desta apresentação, demonstraram interesse em comparar o desenho virtual com o dimensionamento real dos cômodos. Apesar de acatarem as sugestões, notou-se que os moradores pareciam confusos em relação à representação do espaço em outra escala que não a real.

Suguiu-se, para solucionar a insegurança estrutural dos moradores, a locação de uma das paredes de divisão dos cômodos, em um dos pontos de escoramento, sendo que esta daria apoio à laje. Para a umidade, propôs-se a construção de uma segunda parede, separada por um bolsão de ar da primeira e, visto que esta é uma solução recorrente na autoconstrução, foi bem recebida pelos moradores. Em relação à escada, o espaço necessário para a sua construção foi representado através do kit mobiliário.

Figura 72 – Primeira dinâmica com a família. Destaque para a escada no kit mobiliário.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

As dinâmicas ocorreram no próprio canteiro de obras. Isto permitia a conferência das medidas e a visualização, em escala real, das intervenções experimentadas. A situação ainda possibilitou, a partir da segunda dinâmica de discussão do projeto, o envolvimento dos pedreiros no processo. O construtor civil, na autoconstrução, tem um grande poder de influência na tomada de decisões, visto que assume o papel do saber técnico. A fala de Morena confirma tal afirmação: “[a porta] Ela era ali. Isso aqui foi ideia do Tenco e do Rogério [os pedreiros]. Não foi minha, nem do Ricardo [o marido]”⁴⁷. Com a inserção do arquiteto enquanto agente da autoconstrução, os papéis se recriam. Neste estudo de caso, é importante perceber que, a princípio, os pedreiros da obra demonstraram certa perda de poder de decisão, não interferindo nas propostas e apenas questionando o que deveriam executar. Porém, convidados para as discussões, somaram o saber prático da construção civil ao saber científico dos arquitetos, na medida em que suas ponderações eram acolhidas pelos moradores e pela equipe do PRAXIS-EA/UFGM. Os pedreiros auxiliaram, também, na transmissão das informações contidas nos desenhos técnicos para a linguagem dos moradores, encurtando distâncias culturais e simbólicas. Da mesma forma, a equipe apresentou outras formas de representação – como a tridimensional, desenvolvida por softwares –, que foram bem acolhidas pelos construtores.

⁴⁷ Morena, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

Figura 73 – Pedreiros da construção de Morena participando do processo de projeto.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Para a discussão das propostas e tomada de decisões, a assessoria técnica com Morena contou com duas dinâmicas e uma entrega parcial, em desenhos técnicos e através do modelo tridimensional. Só depois destas, foi entregue a representação das soluções acordadas com a família e com os pedreiros – também através das duas formas de representação –. Importante notar que o entendimento da família em relação ao projeto foi um processo que se deu ao longo do tempo e, segundo Morena, ela só começou a entender “a partir do momento que vocês começaram a colocar os móveis”⁴⁸.

É, porque no começo estava um bagunça, né gente? Sinceramente, eu não tinha ideia do que vocês estavam me falando. Eu estava concordando, mas sem entender. A verdade foi essa. Hoje eu entendo.⁴⁹

⁴⁸ Morena, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

⁴⁹ Morena, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

Figura 74 – Interação da família com o processo. (1) Novembro 2017; (2) fevereiro 2018.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Figura 75 – Morena e o projeto-guia na parede da obra.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

O processo de assessoria na moradia de Morena, despertou o interesse pela investigação da influência da atuação técnica nos gastos dos moradores. A família relatou que não estimava o valor do investimento financeiro na obra, mas demonstrou acreditar que as soluções acordadas com a equipe do PRAXIS-EA/UFGM trariam economias para a construção. O discurso dos moradores instigou, portanto, uma hipótese, que já havia sido cogitada anteriormente e que poderia ser aqui experimentada, acerca da atuação técnica na autoconstrução possibilitar a promoção de benefícios econômicos aos moradores.

Porque eu não ia ter essa coisa de abrir o espaço, entendeu? Porque na minha cabeça o meu projeto é muito doido, vocês não têm noção. Eu ia fazer uma coisa só

subindo, eu só ia subir. E o só subir, eu estava pensando em fazer duas casas em cima. Acabei que eu fiz uma só por cima. Então o gasto diminuiu muito⁵⁰.

A demolição e a construção são práticas comuns na autoconstrução para suprir a recorrente adaptação de usos e para solucionar patologias que ainda não receberam uma solução definitiva. A afirmativa é confirmada pelo marido de Morena que, ainda não seguro em relação à locação de uma janela, construiu uma parede sem aberturas “porque depois é mais fácil, é só quebrar”⁵¹. A lógica da autoconstrução é a do teste, da experimentação em escala real. Se a solução eleita, ao se concretizar, não funcionar como o esperado, demole-se e experimenta-se outra. Da mesma forma, o investimento financeiro é influenciado pelo “agora”, pela disponibilidade temporal de recursos para a compra de materiais e pagamento de mão de obra. Quando estes se esgotam, a obra é pausada e, o que já foi construído, é apropriado e utilizado até que surja uma nova possibilidade de investimento, resultando no eterno construir da autoconstrução. Não é recorrente o método de estimar os recursos necessários para a intervenção, bem como o planejamento da prática autoconstrutora é distinto da arquitetônica, não havendo uma previsão de todas as etapas necessárias para se efetivar as transformações desejadas. É importante ressaltar que as soluções eleitas pelas famílias são aquelas permitidas pelo recurso financeiro do momento presente e sugeridas por quem vai executar tal intervenção. Da mesma forma, o tempo da obra é guiado pela dinâmica familiar de usos, necessidades, recursos e cultura construtiva.

A atuação técnica, neste sentido, poderia contribuir na economia de recursos financeiros na medida em que permite a experimentação de arranjos espaciais e de soluções construtivas em uma escala que não conta com o desperdício de dinheiro, ou seja, na escala da representação, com modelos tridimensionais, kit mobiliário ou maquetes físicas, por exemplo.

Devido às economias financeiras relatadas pela família, a atuação técnica em processos autoconstruídos pareceu despertar o interesse dos moradores pelo preço do serviço do arquiteto. A questão pôde ser evidenciada na fala de Morena:

Gente, se eu fosse contratar uma pessoa. Eu não tenho noção, mas vocês sabem o valor que é um serviço desses. Eu não tenho noção, mas acredito que não iria caber no meu bolso⁵².

⁵⁰ Morena, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

⁵¹ Ricardo, marido de Morena e morador da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em dezembro de 2017.

⁵² Morena, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

Por não haver uma resposta pronta para dar à moradora, gerou-se uma inquietude a respeito de qual seria o preço do serviço de um arquiteto para a obra de Morena e quais seriam suas possibilidades de custeá-lo. Apresentou-se, então, este cálculo a partir das lógicas do mercado formal de Arquitetura e Urbanismo em Minas Gerais. Neste modelo, o preço cobrado por um arquiteto é comumente calculado a partir da “Tabela de Honorários de serviço de Arquitetura e Urbanismo do Brasil” do CAU/BR (2013)⁵³, através de duas metodologias: percentual sobre custo da obra ou cálculo pelo custo do serviço. Como a moradora não tinha uma estimativa de custos, foram calculados pelo CUB⁵⁴ (Custo Unitário Básico de Construção) do metro quadrado construído de Belo Horizonte, MG, em fevereiro de 2018. Este define, para uma residência unifamiliar de padrão baixo, o valor de R\$ 1.369,18 por metro quadrado. No caso de Morena, que tem uma área de 100 m², o valor da obra seria, segundo estes cálculos, R\$ 136.918,00. É importante ressaltar que a autoconstrução permite infinitas possibilidades e combinações não previstas pelos métodos utilizados para a definição destes valores, sendo utilizados nesta pesquisa apenas como exercício de construção de pensamento.

Para o primeiro cálculo – preço sobre os custos da obra –, ainda segundo o CAU/BR, o valor do serviço representaria entre 7 e 12% do valor da obra, totalizando, no mínimo, R\$ 9584,26. Para o segundo cálculo – pelo custo do serviço –, baseou-se na fórmula proposta também pelo CAU-BR (2013), que considera o preço de venda do serviço um produto dos condicionantes: área construída, base de honorários, tipologia da edificação, entre outros, que aqui não são necessariamente importantes⁵⁵. O valor resultante foi próximo ao do primeiro cálculo: R\$ 9305,07.

Além do questionamento sobre a possibilidade do morador custear o serviço do arquiteto, levantou-se a indagação de qual seria o percentual de economia de uma obra se esta contasse com a atuação técnica. Este dado poderia fornecer uma análise de viabilidade de investimento no serviço do arquiteto. Isto porque suspeitou-se, a partir do relato de Morena, que os gastos com o profissional poderiam ser compensados nas economias da construção. Desde já, apresenta-se que este trabalho não se debruça em responder tal hipótese, apenas aponta caminhos para investigações posteriores sobre o tema. Da mesma forma, seria interessante apresentar à moradora o preço estimado pelo serviço segundo o CAU-BR, mas a pesquisa não

⁵³ Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/2013.08.16-CEAUeCBA-Tab-Remun-Proj-Arq-Edif.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2018.

⁵⁴ O CUB (Custo Unitário Básico) de Belo Horizonte é calculado pelo Sinduscon MG e está disponível em <http://www.sinduscon-mg.org.br/cub/>. Acesso em fevereiro de 2018.

⁵⁵ A fórmula está disponível no documento “Tabelas de honorários de serviços de Arquitetura e Urbanismo do Brasil”, do CAU/BR de 2013, referenciado ao fim deste trabalho.

possibilitou tempo suficiente para tal retorno. Ainda importante apresentar que a discussão seria enriquecida se contasse com os custos despendidos por Morena até o presente momento, mas a moradora relatou não ter contabilizado seus gastos.

H. Cláudia

Novembro de 2017 a março de 2018.

A casa de Cláudia é habitada por sete de seus oito filhos. Ela está construída há cinco anos e foi erguida por familiares e pela própria moradora, com a ajuda dos seus filhos: “quando fizemos aqui a gente fez brincando. Fomos fazendo e pronto. Ficou assim.”⁵⁶ A prática autoconstrutora da família não contou com o planejamento de custos, etapas e com um plano de arranjo espacial, surgindo da necessidade e urgência do morar. Quando solicitou a assessoria técnica, Cláudia descreveu as demandas de ampliação da edificação e construção de laje. A moradia, até então, contava apenas com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. A família pretendia gastar 10 mil reais para contratar mão de obra especializada (preço baseado nas propostas espaciais iniciais da moradora). Para os materiais, o gasto previsto era de 6 mil reais para a parte estrutural, sem contar com tijolos e acabamento. A princípio, o início das obras estava previsto para dois meses após a realização da assessoria da equipe do PRAXIS-EA/UFGM, porém a construção foi postergada e se mantém sem data para a execução.

Figura 76 – Moradia de Cláudia (parte externa).



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

⁵⁶ Filho de Cláudia, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

Figura 77 – Moradia da Cláudia (parte interna).



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

O processo de assessoria contou com o kit mobiliário, maquete virtual apresentada no computador e projeto impresso contendo observações e desenhos. Tudo isso para que a família pudesse registrar as decisões tomadas junto à equipe do PRAXIS-EA/UFMG e utilizá-las quando houvesse a possibilidade de viabilizar a construção. Cláudia ponderou, durante o processo, ter conhecimento de que dúvidas e mudanças no projeto surgirão quando a obra for iniciada. A afirmação da moradora confirma a hipótese, anteriormente apresentada, da recorrente prática de envolvimento do morador se estabelecer apenas depois do início da construção, que é quando ele começa a entender as transformações propostas em escala 1:1.

Figura 78 – Processo de compartilhamento de projeto (apresentação do modelo tridimensional).



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Importante entender as motivações de Cláudia no interesse pela assessoria técnica do PRAXIS-EA/UFMG. A questão financeira parece ter sido a principal demanda em relação à atuação da equipe.

Porque todo pedreiro que eu chamava aqui falava uma coisa, só que não te dava aquela... uma visão, assim, para você poder ver as coisas. Aí eu estava assim, a gente podia ter um jeito. Aí teve um dia que eu até vi passando na televisão que eu acho que é um pessoal que faz o projeto, para você poder ter uma noção do que você vai gastar e tudo. Foi por isso e também para você ter uma certeza, porque eu não queria fazer, assim, ah, você faz um pouquinho hoje, aí um pouquinho amanhã e fica aquele trem todo desgovernado.⁵⁷

Em contraponto ao eterno construir da cultura autoconstrutiva das vilas e favelas, a família buscava o planejamento dos gastos e das etapas de obra, de forma que esta tivesse um fim antes de sua utilização. Confirma-se, através da fala do filho de Cláudia, que há uma expectativa da família em relação à assessoria técnica: “acompanhou o projeto não tem erro não. Se antes da gente ter feito os pilares tivesse o projeto seria muito mais fácil”⁵⁸. Para a família, o projeto guia e orienta a obra, e, nele, está embutido, inclusive, certa carga de responsabilidade pelo retorno do investimento financeiro feito na construção.

Notou-se, mais uma vez, a importância do cálculo dos gastos das decisões projetuais. Isto porque, em contextos onde o que direciona a construção é o recurso financeiro disponível, o argumento do custo da decisão é sempre levando em conta. Como a edificação de Cláudia demandaria tempo antes de ser iniciada por conta do financiamento, não foi possível participar do processo de execução das intervenções. Por fim, Cláudia relatou, sobre o processo de compartilhamento de projeto proposto pelo PRAXIS-EA/UFMG, que as imagens possibilitadas pela maquete virtual permitiram o envolvimento de todos os membros da família, que se interessaram pela forma de representação. Ainda segundo a moradora, as imagens tridimensionais facilitaram, também, o seu entendimento pessoal sobre questões necessárias de serem conversadas com o pedreiro. Compreendendo melhor o espaço, Cláudia teria maior poder de decisão, se equiparando aos saberes do construtor do ramo da construção civil.

⁵⁷ Cláudia, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

⁵⁸ Filho de Cláudia, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

3.1. Considerações acerca da prática de assessoria técnica

Antes de apontar as considerações acerca das experiências vivenciadas na Vila Acaba Mundo, é importante retomar que esta pesquisa é direcionada pela investigação das possibilidades de atuação do arquiteto no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda. Para isto, analisou-se o cenário de trabalho do profissional: as cidades contemporâneas e o histórico de formação da profissão, tendo sido questionadas as metodologias tradicionalmente utilizadas pelos arquitetos. A partir destas discussões, o trabalho propôs uma outra lógica da prática profissional, justificando o desenvolvimento da pesquisa empírica aqui apresentada. Não bastaria propor que fosse ampliada a atuação, mas sim uma ampliação sob os moldes e premissas que foram experimentados.

A experiência de assessoria técnica desenvolvida pelo grupo PRAXIS-EA/UFMG na Vila Acaba Mundo, revelou importantes discussões e permitiu que a prática fosse contraposta à teoria apresentada nos capítulos iniciais deste trabalho. Primeiramente, é importante esclarecer que a atuação técnica proposta pela equipe só se estabelecia quando desejada e solicitada pelos moradores que, ainda que não anteviessem o modo sob a qual esta se realizaria, não recebiam este serviço como imposição e este não se vinculava a qualquer tipo de obrigatoriedade.

A prática aqui relatada provocou a formulação de sete aspectos que compõe a autoconstrução, como foi descrito no primeiro capítulo deste trabalho. A observação desses aspectos se confirmou essencial para o reconhecimento da prática autoconstrutora de cada morador, de modo que esta identificação direcionou a atuação do arquiteto, em suas metodologias e linguagens, para as especificidades de cada experiência. Morena e Sheila, por exemplo, habitam o mesmo território, mas não compartilham da mesma disponibilidade de recursos financeiros – direcionando a equipe do PRAXIS-EA/UFMG a distintos processos de assessoramento –. Da mesma forma, as moradoras não compartilham dos mesmos agentes no processo de autoconstrução, visto que Morena dispõe de construtores do ramo da construção civil e Sheila conta com o auxílio do pai e do marido. Elas também não têm as mesmas culturas construtivas e o tempo destinado à construção das moradoras é distinto. Morena mora em um lugar e constrói em outro, permitindo que sua obra se realize ao longo do tempo, enquanto Sheila demanda a construção com certa urgência para sair de condições de precariedade. Esta comparação permite a confirmação de que os autoconstrutores não

possuem as mesmas práticas construtivas e não podem ser incorporados em um mesmo grupo coeso. Cada caso demanda uma atuação e configura uma prática de assessoria técnica.

Retomando algumas premissas, as experiências partiram da prerrogativa da assessoria técnica enquanto processo que permite a troca de saberes a partir de uma prática compartilhada com o morador, além de uma postura que transforma a relação arquiteto-cliente. Construir um processo compartilhado é diferente de prestar um serviço. Esta proposta se diferencia da prática tecnocrática e possibilita qualificar a experiência construtiva do morador na medida em que seu arcabouço de possibilidades possa ser enriquecido com informações técnicas. Constrói-se, portanto, um lugar de encontro entre a técnica e a prática, onde os resultados não são controlados pelo arquiteto (técnica) e nem pelo autoconstrutor (prática): o que guia e transforma a atuação é o seu processo. Esta outra lógica da prática arquitetônica, confere o poder de decisão ao morador ao permitir que ele realmente faça a sua escolha – e não apenas reproduza as normas e o imaginário sociais –. Além disso, o coloca em outro lugar dentro da cidade: no lugar da prática social. Ao incorporar o autoconstrutor enquanto protagonista da produção de sua moradia e potencializar seu poder de decisão, vislumbra-se transformar, também, o seu papel enquanto ator social que participa da produção do espaço urbano como um todo.

Retoma-se que a cidade autoconstruída vive em constante transformação, com recorrente mutação de usos e de geração de novas demandas no espaço do morar. As famílias crescem, se transformam e precisam de adaptações em suas edificações. Da mesma forma, as transformações nas moradias são motivadas pelas patologias recorrentemente observadas e relatadas. Esta afirmativa, revelada pela pesquisa TOC_TOC (2016) e pela prática na Vila Acaba Mundo, se materializa no eterno construir, típico da autoconstrução, onde problemas de infiltração, vazamento ou insegurança estrutural recebem inúmeras tentativas de solução – a baixo custo e a partir de um arcabouço restrito de respostas –, que acabam por não resolver definitivamente os impasses. Na urgência e/ou falta de informações suficientes sobre outras possibilidades de soluções construtivas e/ou indisponibilidade de recursos financeiros, as famílias edificam e transformam sua própria moradia incessantemente, a partir da experimentação das possibilidades em escala real. O que move a autoconstrução é a tentativa e erro, a demolição e a construção. Esta lógica utilizada para a adaptação dos usos e solução das patologias gera prejuízos construtivos à moradia e financeiros para as famílias. Gasta-se mais do que necessário e as questões mal resolvidas acabam requerendo investimentos

constantes para as suas correções, como confirma Laerte, morador e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo: “a gente faz três casas pra sair uma”⁵⁹.

Enquanto objetivo principal das assessorias, buscou-se o desenvolvimento e a experimentação de métodos e linguagens, na tentativa aproximar a fala do arquiteto da fala do morador. A partir do ajuste na comunicação e da análise das consequências de suas decisões projetuais, o processo construtivo pôde ser potencializado. A atuação confirmou que não há um único método ou modelo que se encaixe nas diversas demandas e que responda as diferentes necessidades habitacionais. As linguagens e métodos são variáveis, flexíveis e são o próprio processo de experimentação e desenvolvimento da atuação. O arquiteto, mesmo atuando por demanda, experimenta seu papel de propositor e provocador de outras possibilidades para além do repertório e arcabouço de soluções do morador. Importante apontar o kit mobiliário como um dos instrumentos mais utilizados para facilitar o diálogo entre o autoconstrutor e o arquiteto, considerando que a família podia experimentar arranjos possíveis em uma escala que não demandava demolição e construção. Somada à maquete física do terreno, esta ferramenta de comunicação possibilita que sejam discutidas questões técnicas referentes ao terreno, à drenagem da água e à segurança estrutural da construção.

Outro instrumento de comunicação de projeto utilizado pela equipe foi a maquete digital. Segundo relato de muitos moradores que participaram do processo de assessoria técnica, ela colaborou com o entendimento do espaço e com a visualização das propostas. Para tanto, a prática na Vila Acaba Mundo confirmou o fetiche ligado ao computador, como símbolo e instrumento de convencimento, dotado de um poder que extrapola a proposição. A sugestão do arquiteto, já carregada de poder simbólico, é ainda fortalecida se representada em um dispositivo tecnológico distinto do comumente utilizado e pode reafirmar as hierarquias de saberes. A questão se evidencia na fala de Orlando, morador assessorado por alunos da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica”⁶⁰:

Eu só não sou mestre de obras porque eu não sou estudado. Quando entregam uma planta sempre tem aquele vão com as medidas que estão em milímetros e eu não sei como transformar em metro⁶¹.

⁵⁹ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em novembro de 2016.

⁶⁰ Assessoria desenvolvida pelos alunos Letícia, Pedro, Sophia e Luiza para a disciplina “Práticas em Assessoria Técnica”.

⁶¹ Orlando, morador da Vila Acaba Mundo. Fala registrada em setembro de 2017 pelos alunos da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica” e concedida ao PRAXIS-EA/UFGM.

Ao mesmo tempo, como relatado na assessoria técnica coletiva no Beco da Mina (item A), o desenho/projeto, em seu sentido de representação de propostas, se reafirma necessário enquanto instrumento na luta política. É importante que a linguagem utilizada, seja através de desenhos técnicos, tridimensionais e/ou ilustrativos, cumpra seu papel de comunicar e transmitir informações que façam sentido ao processo construtivo do morador – e com cautela ao seu poder de convencimento –. A utilização de ferramentas de comunicação capazes de promover o entendimento do projeto por parte do morador, pode possibilitar economia no tempo de construção, mão de obra e materiais. Geraldo, morador da Vila Acaba Mundo, confirma que as dinâmicas que possibilitam rearranjos em escala não-real agregam benefícios ao processo construtivo dos moradores, justificando que “mudar de ideia na maquete é melhor do que na obra”⁶².

Figura 79 - Kit mobiliário em experiência de assessoria técnica com Geraldo, na Vila Acaba Mundo em Belo Horizonte-MG, no ano de 2017.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

Importante ressaltar as divergências encontradas em relação ao que faz sentido ao arquiteto e o que faz sentido ao morador. Para justificar tal afirmativa, apresenta-se a situação identificada em grande parte das moradias do conjunto Cazuza em Diadema-SP⁶³. Elas tiveram seus fossos de iluminação e ventilação revertidos em área de serviço, ampliação de quartos e/ou outros cômodos por parte dos moradores. As edificações foram desenvolvidas pelo escritório de assessoria técnica Usina CTAH nos anos 90 e a solução dada pelos

⁶² Geraldo, morador da Vila Acaba Mundo. Fala registrada em setembro de 2017 pelos alunos da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica” e concedida ao PRAXIS-EA/UFGM.

⁶³ O caso foi visitado pela autora deste trabalho durante oficina de “Autoconstrução e melhorias habitacionais em assentamentos precários consolidados: Diadema”, no Encontro Nacional da Anpur de 2017, em São Paulo-SP.

arquitetos visava qualificar a moradia. Porém, as transformações efetivadas pelos moradores demonstraram que, para eles, o espaço físico tem mais valor do que as condições de conforto térmico propiciadas pelo projeto. A afirmativa pode ser confirmada na fala do morador Geraldo⁶⁴, que, ao ser apresentado à solução construtiva do “dry wall”, afirmou: “vai economizar 20 centímetros. Vale a pena!”.

Figura 80 - Afastamento entre duas moradias na Vila Acaba Mundo em Belo Horizonte-MG.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

O mesmo ponto pode ser tocado quando se observa a relação de grande parcela dos autoconstrutores com as escadas. Elas são deixadas por último no processo de planejamento/construção da moradia e acabam se tornando um problema para o morador. Para solucionar a questão, as saídas comumente encontradas para vencer os desníveis são: degraus muito altos, desiguais e com o piso reduzido, escadas pré-moldadas metálicas que ocupam um espaço menor ou escadas para fora do lote do morador, ocupando os espaços públicos comuns. A experiência, no caso da Beatriz (item B), evidenciou que as regras e medidas definidas pelo universo da Arquitetura para uma escada confortável e acessível não se adaptam ao contexto das vilas, favelas e ocupações urbanas. A escada ideal acaba sendo aquela que, minimizadas as condições de desconforto e insegurança, é possível e cabível no espaço disponível para o morador. Foi evidenciado, também, que a inserção da atuação técnica no processo de decisão dos moradores antecipa o levantamento de soluções, de necessidades construtivas e de tomadas de decisões, permitindo que estas sejam repensadas antes de se tornarem uma dificuldade para o morador.

⁶⁴ Geraldo, morador da Vila Acaba Mundo. Fala registrada em setembro de 2017 pelos alunos da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica” e concedida ao PRAXIS-EA/UFMG.

Figura 81 - Registro de soluções destinadas a escadas. Fotografias obtidas no Conjunto Habitacional Gazuza, em Diadema-SP.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Os parâmetros técnicos, pré-estabelecidos por manuais de Arquitetura e Urbanismo, por normativas de conforto térmico e de acessibilidade, podem não condizer às necessidades e desejos reais dos moradores. O que é ideal, digno e de qualidade para o morador, nem sempre condiz aos parâmetros técnicos. Desta forma, reafirma-se que o conceito de “melhoria” e de “problema” pode se diferenciar de acordo com quem o define e quem o pratica. De todo modo, percebe-se que existem acordos e limites necessários nesta relação, no sentido, por exemplo, das responsabilidades técnicas conferidas ao arquiteto, na medida em que este se insere no processo construtivo do autoconstrutor. Retoma-se, para esta discussão, a assessoria técnica com Sheila (item F), que demandou a recuperação das premissas da equipe do PRAXIS-EA/UFMG para que se entendesse o papel do arquiteto nestes casos. Ainda que este profissional não tenha o papel de fiscalizar e/ou assinar pela responsabilidade técnica da edificação, ele adquire uma carga de compromisso com as decisões tomadas pelo morador. Isto porque, enquanto premissa da mediação, o pressuposto do compartilhamento se estende à partilha de responsabilidades.

É dever, portanto, do arquiteto, transmitir as informações técnicas necessárias ao processo construtivo do morador em uma linguagem que efetiva a comunicação das ideias. A execução das propostas não é um critério vinculante, obrigatório ou imposto ao morador em processo de assessoria técnica. Por isso, é importante ponderar que, em casos de risco estrutural ou geológico, a linguagem utilizada pelo arquiteto precisa receber atenção redobrada, no sentido

de que seus apontamentos apenas se efetivarão se forem entendidos e fizerem sentido ao autoconstrutor. Tal afirmativa se baseia no caso de Beatriz (Item C), que detinha a autonomia em decidir adotar ou não as propostas sugeridas pela equipe do PRAXIS-EA/UFGM, porém, ao não efetivar os apontamentos propostos, gerou patologias à sua edificação. Em outras palavras, a informação fornecida pelos arquitetos a respeito da umidade e das infiltrações que poderiam ocorrer na construção de Beatriz só fez sentido à moradora quando se efetivou. Importante assumir que tais conselhos podem não ter sido tão bem trabalhados pela equipe e, por isto, não foram seguidos pela família. Por outro lado, é dever do morador se encarregar da responsabilidade da tomada de decisões e da execução das transformações, já que os casos trabalhados na Vila Acaba Mundo não foram vinculados ao financiamento das intervenções e a critérios vinculantes. Assim, a adoção dos apontamentos propostos pelos arquitetos, perpassa a confiança adquirida durante o processo de assessoria, de forma que esta resulte na responsabilidade compartilhada.

O compartilhamento também questionado, na medida em que a assessoria, apesar de solicitada, não pressupõe automaticamente uma prática compartilhada. Debateu-se, em variados momentos, se esta metodologia apenas interessava à equipe do PRAXIS-EA/UFGM. Para Laerte, presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo, o compartilhamento das decisões é de interesse da população: “a gente dar opinião onde a gente mora é bom, né!?”⁶⁵. Porém, Laerte afirma, também, que os moradores não sabem como participar. A fala do morador, a respeito do envolvimento da população no processo de projeto do Beco da Mina, fomenta esta discussão.

E, no começo, a comunidade logo assustou, não tinha conhecimento. A questão da Arquitetura mesmo que chegou... As pessoas aqui da Acaba Mundo, o quê que acontece: é distante na nossa realidade você ter um atendimento de pessoas, de arquitetos. A gente, na verdade, nem sabia o que era um arquiteto. Um arquiteto estava longe da nossa realidade, de chegar no nosso barraco, na nossa casa, de entrar e dar uma opinião. Até mesmo por causa disso, a gente via nossa casa, assim, muito, muito assim, sem jeito, sem maneiras de melhorar. Mesmo sonhando com melhorias, a gente não via expectativa, não tinha visão para nada disso. Então, aí veio o pessoal da Arquitetura introduzindo aos poucos.⁶⁶

O morador e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo acrescenta que a materialização resultante de um processo compartilhado “tem um pedacinho de todo mundo. E quando ele estiver pronto, não vai ter o que falar. Todo mundo vai falar que isso é coisa

⁶⁵ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

⁶⁶ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

nossa mesmo”⁶⁷, defendendo o valor do compartilhamento também para os moradores. A possibilidade de assessoria técnica, até ser motivada e provocar os moradores a respeito de sua potencialidade, é desconhecida e causa estranhamento. Há, também, o capital simbólico associado à imagem do arquiteto, que não se dissolve tão facilmente. Porém, o processo de envolvimento com a população permite a dissolução destas hierarquias ao longo do tempo, como confirmado na fala de Laerte. O estranhamento parece ter se acentuado na relação com autoconstrutores do sexo masculino, como foi observado no caso de Beatriz (Item C), onde notou-se resistência à adoção das informações transmitidas pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG, majoritariamente composta por mulheres. O caso confirmou que existem métodos e ferramentas capazes de dissolver as barreiras entre arquiteto e morador e desenvolver uma relação de confiança e compartilhamento de responsabilidades. Afirma-se, assim, que a transformação do morador se dá pela prática.

Importante ressaltar que, ainda que as sugestões e/ou soluções propostas pelos arquitetos não se materializem na experiência em que ocorreu a assessoria técnica, o processo pode ter sido transformador por ter provocado outras possibilidades à prática do autoconstrutor. No processo de compartilhamento de saberes, o arquiteto atua abrindo fissuras nos moldes tradicionais do exercício de Arquitetura e, também, no sistema social vivenciado pelos moradores, propondo o exercício de experimentar outra lógica da prática. Por fim, todas as experiências aqui relatadas, partiram do pressuposto da troca de informações como promotora do incremento do arcabouço de possibilidades construtivas do morador, visando que esta pudesse potencializar a prática autoconstrutora.

⁶⁷ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Este trabalho se dedicou a investigar e registrar projetos e iniciativas que suscitam a atuação dos arquitetos em espaços autoconstruídos pela população de baixa renda. O levantamento foi realizado de forma colaborativa com os pesquisadores do PRAXIS-EA/UFMG e organizado pela autora deste trabalho. Objetivou-se, em primeiro lugar, levantar um arcabouço de metodologias que estão sendo utilizadas em outras experiências de assessoria técnica, de modo que estas pudessem enriquecer as experiências vivenciadas na Vila Acaba Mundo. Visou-se, também, como fim desta pesquisa, discutir e investigar os caminhos que estão, atualmente, possibilitando a atuação do arquiteto em contextos autoconstruídos pela população de baixa renda. Por fim, esta análise buscou compreender como a prática arquitetônica vem se adaptando ao universo da autoconstrução e quais são suas estruturas, limites e potencialidades.

Das experiências obtidas durante a pesquisa, analisou-se: (i) as metodologias utilizadas no processo de desenvolvimento da atuação técnica; (ii) as formas de representação de ideias e propostas na discussão e apresentação do projeto com/ao morador; (iii) as estratégias de financiamento do projeto e/ou dos arquitetos. Importante ressaltar que, além da investigação das metodologias e ferramentas comunicacionais, buscou-se entender quais meios estão possibilitando a atuação do arquiteto em contextos autoconstruídos, justificando o item (iii). Para isto, necessário entender quem financia o serviço do profissional e/ou o projeto e quais as consequências de tal inventivo no processo de atuação e de compartilhamento das decisões construtivas.

Foram identificadas quatro alternativas que viabilizaram as iniciativas: poder público, empresas privadas, universidades e organizações sem fins lucrativos; e três configurações da prestação do serviço: desenvolvimento de projeto; desenvolvimento de projeto e acesso a crédito pelo morador; e desenvolvimento de projeto e financiamento da execução da obra. As consequências da adoção de cada uma destas configurações e das fontes de financiamento serão discutidas no fim deste capítulo.

Em razão de este registro ter sido realizado concomitantemente à prática na Vila Acaba Mundo, as experiências foram selecionadas de acordo com sua relevância para a pesquisa empírica e seu recorte foi configurado pelo período de desenvolvimento deste mestrado (2016-2018).

A. Favelar⁶⁸

O Favelar é um escritório privado que presta serviços de Arquitetura para reformas em favelas e comunidades periféricas. Intitula-se como uma empresa de “negócio social” e descreve-se o serviço prestado através do slogan: “Democratizando a Arquitetura. Realizando sonhos”. O escritório foi criado por uma arquiteta e um engenheiro civil no ano de 2015, no Rio de Janeiro.

O morador paga diretamente pelo serviço e a empresa se propõe a facilitar o pagamento do projeto dividindo a reforma em etapas - um cômodo por contrato -. O custo do projeto varia de acordo com a renda per capita da família a ser atendida e custa, para o construtor, cerca de 25% do valor total da sua reforma. A empresa afirma que o projeto elaborado por um arquiteto somado ao planejamento de obras traz economias para a obra. Sendo uma empresa privada, o financiamento do serviço do arquiteto parte da mesma lógica da prática convencional mercantil.

A respeito das metodologias utilizadas para o desenvolvimento dos projetos, a empresa afirma que a atuação dos profissionais busca propor soluções às inadequações habitacionais e oferecer assessoria técnica (serviço de Arquitetura), mão de obra qualificada (qualificam equipe formada na comunidade) e/ou gestão da obra (engenheiro). Importante destacar que o programa de necessidades do morador se baseia em um questionário⁶⁹, que conta com as seguintes questões: (1) meu sonho é reformar (utilizado para que o morador descreva o local da reforma); (2) quem mora; (3) trabalha/estuda/aposentado; (4) renda familiar; (5) definição do lar (casa, puxadinho, apartamento, quitinete); (6) situação do imóvel (alugado/próprio); (7) número de cômodos; (8) quais os seus sonhos?.

O resultado final, entregue para o cliente, depende do serviço solicitado: de desenvolvimento de projeto ou de consultoria. Se a contratação for do serviço de desenvolvimento de projeto, o cliente recebe desenhos técnicos executivos, contando com as referências de todos os elementos que serão necessários durante a obra, dos equipamentos solicitados pela equipe de construção aos acabamentos que serão instalados. Se o serviço contratado for o de consultoria, o escritório concede ao morador um relatório escrito pós-visita de campo, sem desenho detalhado.

⁶⁸ Informações disponíveis na página virtual da empresa. Disponível em: <<http://www.facebook.com/favelarquitectura/>>. Acesso em novembro de 2017.

⁶⁹ Questionário on-line disponível em: <<https://fabiomoraes10.typeform.com/to/e2zXKr>>. Acesso em Maio de 2017.

Importante apresentar que o escritório desenvolveu um programa chamado “Arquitetos Parceiros”, no qual cadastra arquitetos de diferentes localidades do Brasil interessados em prestar serviços de Arquitetura à população de baixa renda em sua cidade. Este programa se baseia em uma espécie de franquias, na qual o profissional cadastrado se torna parte da equipe do Favelar e paga uma taxa de royalties para utilizar a marca, recebendo treinamento da empresa e devendo participar das reuniões on-line feitas pela equipe.

Objetivando investigar melhor as metodologias propostas pela empresa para o desenvolvimento de projetos em contextos autoconstruídos, a autora desta pesquisa se cadastrou no processo seletivo do “Arquitetos Parceiros”, porém não completou todas as fases de seleção. Apresenta-se o escopo do programa, recebido por e-mail, no qual a empresa afirma que “o programa vai beneficiar milhares de famílias no Brasil, onde você, profissional de arquitetura que tem vontade de atuar no lado social, poderá utilizar os seus conhecimentos técnicos para levar mais dignidade, qualidade de vida e sustentabilidade pra esse “Brasilão” afora”⁷⁰. Tal discurso contribui com as análises que serão apresentadas ao fim deste capítulo e com o questionamento a respeito do abismo existente entre os objetivos/slogan da empresa e sua prática/metodologias de atuação.

B. Clube da Reforma⁷¹

O Clube da Reforma é uma empresa privada que apoia programas de assistência técnica através de parcerias com outras instituições. A organização é composta por representantes do governo, executivos de empresas, entidades de pesquisa e líderes de movimentos sociais (duas empresas, duas organizações sociais, um movimento e uma associação, sendo eles ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland –, Ashoka, Gerdau, Habitat para Humanidade, Instituto Bento Rubião, UNMP, Votorantim). Apresenta-se como uma instituição de fins sociais e comerciais, ajudando famílias e potencializando o mercado da construção.

Criada em 2009, foi desenvolvida uma plataforma que reúne empresas, organizações sociais e movimentos que buscam a melhoria das condições de moradia das populações de baixa renda. O grupo se propõe a acelerar o desenvolvimento do mercado da reforma para, assim, melhorar as condições das habitações das populações de baixa renda e catalisar o processo de busca de soluções por meio da participação ativa, reflexão conjunta e intercâmbio de conhecimentos e

⁷⁰ Informações conferidas à autora por e-mail, durante processo de seleção de “Arquitetos Parceiros”, em maio de 2017.

⁷¹ As informações apresentadas foram extraídas do site da empresa. Disponível em: <<http://www.clubedareforma.com.br>>. Acesso em novembro de 2017.

práticas entre os agentes dos setores privado, social, acadêmico e público. O Clube da Reforma tem como objetivo a multiplicação de iniciativas que realizam a transformação das condições habitacionais de quem já tem casa.

Para o financiamento do projeto apoiado, a empresa recorre a parceiros para que o custeiem. Assim, o grupo defende que o crédito é essencial. Como não atende as necessidades individuais das famílias de forma direta, ele não tem metodologia específica para o desenvolvimento de projetos. Segundo a empresa, o consumidor será beneficiado, sim, pelas iniciativas que utilizam ferramentas e soluções do Clube.

Por fim, importante destacar que o Clube da Reforma alega não fomentar a informalidade na construção. Pelo contrário: afirma que a ideia é a utilização de instrumentos formais do mercado, com critérios legais e que geram segurança e qualidade aos processos.

C. Ambiente Arquitetura⁷²

O Ambiente Arquitetura é um escritório privado que desenvolve projetos de Arquitetura e Urbanismo. Criada em São Paulo no ano de 2002, a empresa presta serviços de consultoria, assessoria técnica a projetos e acompanhamento da construção, assessoria técnica social e desenvolvimento de projetos na área da habitação de interesse social. Ela desenvolve atividades e serviços de planos e regularizações fundiários de bairros e áreas, planos municipais de habitação, faz consultoria a programas habitacionais, desenvolvimento, execução de projetos e acompanhamento técnico em construções de habitação de interesse social e assessoria técnica social a projetos de interesse social.

Os representantes do Ambiente Arquitetura alegam que há uma grande dificuldade na captação de recursos nos programas habitacionais para custear trabalhos sociais. Sendo assim, o escritório se configura como uma empresa privada, contratada por órgãos públicos ou privados, mas, segundo Isabel Cabral, que compõe a equipe do Ambiente Arquitetura,

na formalidade, é isso, com fins lucrativos, mas prosseguimos com a mesma forma de trabalhar e não pegamos outras coisas que não fosse essa forma de trabalho. A rigor, a gente se prejudica muito, porque acaba tendo um ônus grande de impostos e tudo mais, mas, enfim, a gente nunca mudou isso até hoje. A gente também se limita

⁷² As informações apresentadas foram extraídas do site da empresa. Disponível em: <<http://www.ambientearquitectura.com/>>. Acesso em outubro de 2017.

porque acaba não sendo nenhuma ONG, ou nenhuma figura que possa estar entrando em outras coisas, como conselhos, por exemplo⁷³.

O escritório atua junto de movimentos sociais em processos de mutirão com autogestão e o seu discurso contrapõe-se à ideia de mercado que padroniza os projetos para famílias de baixa renda, visando diminuir os custos e desconsiderando a realidade da população, que, nessa lógica, deve se adaptar à moradia. Todos os envolvidos participam das decisões em igualdade (técnicos e moradores) e os projetos e propostas são apresentados em desenhos técnicos e desenhos humanizados/ilustrativos.

Para a empresa, o que diferencia o trabalho coletivo da assessoria técnica dos processos de trabalho de uma construtora, é justamente o fato de priorizar a humanização das relações. Importante ressaltar que o escritório produz artigos e teses sobre autogestão.

D. Moradigna⁷⁴

A Moradigna é uma empresa privada de impacto social, que desenvolve projetos e executa reformas em moradias da população de baixa renda a um custo baixo. O trabalho se propõe a proporcionar segurança, conforto e qualidade de vida para essas pessoas através de um pacote de legalização fundiária e de reformas de baixa complexidade, que resolvem os problemas de insalubridade das residências e possibilitam a propriedade fundiária para essas famílias. O projeto que gerou a empresa participou do Programa de Aceleração e Capacitação do Yunus Negócios Sociais, desenvolvido em 2015 por um engenheiro civil recém-formado criado em um bairro autoconstruído e de baixa renda. Sua área de atuação é em São Paulo e, de 2015 até março de 2018, a empresa realizou 400 reformas.

A Moradigna anuncia que pretende reformar casas insalubres, que sofrem com umidade e mofo, através do planejamento da obra. “Nossa proposta é a de resolver problemas. Sabemos que uma reforma não planejada tem um custo 40% maior no final. No caso de pessoas de baixa renda, esse número é ainda maior porque são pessoas com instrução menor”⁷⁵.

⁷³ Isabel Cabral, depoimento concedido em 2015 e disponível no endereço virtual da empresa: <<http://www.ambientearquitetura.com/>>. Acesso em outubro de 2017.

⁷⁴ As informações apresentadas foram extraídas do site da empresa: <<http://moradigna.com.br/>>. Acesso em outubro de 2017.

⁷⁵ Moradigna, entrevista ao Jornal R7 em março de 2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/jovem-engenheiro-cria-negocio-para-ajudar-pessoas-do-jardim-pantanal-23032018>>. Acesso em maio de 2018.

Em relação ao morador, este é denominado “cliente”, e procura o Moradigna solicitando um orçamento. É realizado um cadastro básico e agendada uma visita para análise do ambiente. Depois da vistoria, é preparado um orçamento e uma proposta financeira, tendo sido a condição de pagamento aprovada pelo morador. Após o aceite dos custos e a aprovação do financiamento pela Moradigna, é redigido o contrato, emitido o boleto e agendada o início da reforma. O serviço é realizado em forma de “combo”, incluindo material de construção, mão de obra capacitada, projeto (executado pelos profissionais do Moradigna) e gestão da reforma. Dura, em média, quatro dias, e o valor pode ser parcelado em até 10 vezes sem juros.

A empresa não descreve seu processo de tomada de decisões construtivas e não entrega um projeto para o cliente, de forma que o estudo seja realizado de maneira simples na própria visita e, geralmente, é gerada uma planta baixa e um checklist de necessidades. Para o pedreiro, é entregue um escopo do projeto e um cronograma da obra. Caso seja preciso detalhar alguma situação, é feito no momento de orçamento para entregar ao pedreiro.

E. Vivenda⁷⁶

A Vivenda é uma empresa privada que surgiu em 2014, em São Paulo. Ela desenvolve e executa projetos e reformas em contextos de baixa renda. Segundo a empresa,

O programa Vivenda foi feito para você que tem o desejo de melhorar. Para você que quer uma casa mais arrumadinha para receber os amigos no fim de semana. Para você que já fez a sua reforma de forma picada. Que faz poupança de cimento na lojinha de material perto de casa, que compra material com antecedência e o vê se perder no tempo. Para você que tem dificuldade em achar e manter um bom pedreiro de confiança. Enfim... Para você que acha que a sua obra não tem fim⁷⁷

A empresa começou com parcerias com empresas do ramo da construção civil. A equipe do Vivenda afirma realizar reformas rápidas e acessíveis e cobrar pela prestação de serviços (os kits variam entre R\$ 1500,00 e R\$ 4000,00). Antes de fechar o contrato com o cliente em potencial, são feitas visitas técnicas à residência para avaliar qual o valor da parcela que o cliente pode desembolsar. A avaliação da capacidade de pagamento, segundo a empresa, foge dos padrões habituais, lembrando mais um processo corpo-a-corpo. “Se a cliente é uma diarista, por exemplo, conversamos com a patroa. Se a pessoa faz bicos, falamos com o empregador para quem ele trabalha com mais frequência”, afirma um dos empresários do

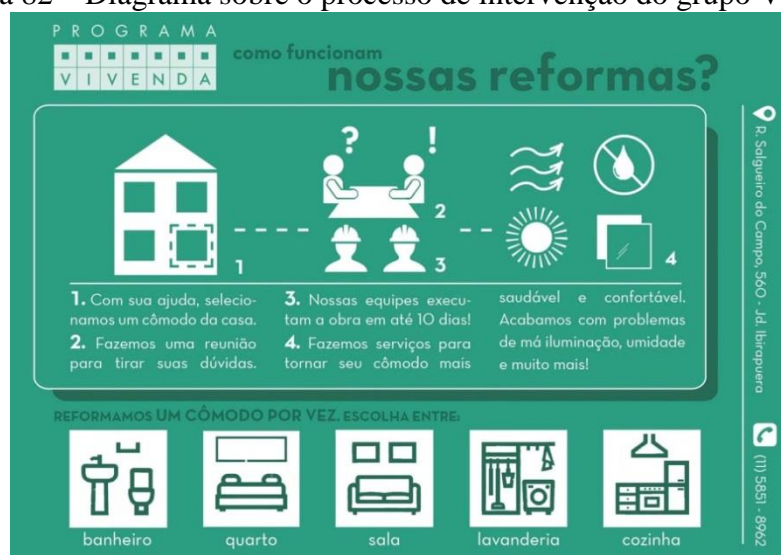
⁷⁶ As informações apresentadas foram extraídas do site da empresa. Disponível em: <<http://programavivenda.com.br/>>. Acesso em abril de 2017.

⁷⁷ Disponível em: <<http://programavivenda.com.br/>>. Acesso em abril de 2017.

Vivenda⁷⁸. A empresa também declara conversar com proprietários de depósitos de materiais de construção para saber se o possível cliente mantém os seus pagamentos em dia.

A empresa vende kits de reforma, que variam de acordo com o cômodo selecionado. Segundo a equipe, as soluções oferecidas não são padronizadas, mas ~~sim~~ customizadas a partir da renda do cliente (estes projetos são desenvolvidos pela equipe do Vivenda sem a participação do morador). O objetivo é solucionar problemas que se repetem com frequência nessas comunidades, como o excesso de umidade, a falta de ventilação e banheiros “inadequados”. Ao cliente, a empresa entrega desenhos técnicos com o projeto finalizado.

Figura 82 – Diagrama sobre o processo de intervenção do grupo Vivenda.



Fonte: Vivenda, 2017.⁷⁹

F. Inova Urbis

O Inova Urbis é um escritório popular de Arquitetura que atua como instituição social. Em outras palavras, é uma empresa privada que opera em contextos de baixa renda e ~~que~~ conta com o apoio de empresas e doações voluntárias. Segundo o grupo, “nosso objetivo é melhorar as moradias nas favelas brasileiras através de reformas e obras que aumentem a qualidade de vida dos moradores”⁸⁰. O escritório atua, desde 2014, na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, e na favela Paraisópolis, em São Paulo. Em Paraisópolis, o Inova Urbis recebe o apoio da Leroy Merlin, varejista de materiais de construção que quer expandir negócios para a população de baixa renda. O morador paga a obra com créditos e/ou recursos subsidiados e a

⁷⁸ Marcelo Coelho, empresário do Vivenda em entrevista para “O Dia”, em junho de 2014. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/_conteudo/negocios/2014-06-03/empresas-poem-classe-d-no-radar.html>. Acesso em julho de 2017.

⁷⁹ Imagem disponível em: <<http://programavivenda.com.br/#services>>. Acesso em abril de 2017.

⁸⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100008131907538>> Acesso em março de 2017.

assessoria é gratuita e financiada pela Leroy Merlin. Segundo o escritório, não é obrigatório que o morador compre na loja, mas sugere-se a marca e os produtos vendidos por ela.

Para o desenvolvimento do projeto, segue-se o seguinte método: os moradores relatam aos arquitetos da empresa como imaginam a casa reformada. A partir disto, os profissionais realizam uma visita à casa do morador e é feito um levantamento completo com medições e fotos. Depois da conversa, os arquitetos elaboram as ideias para os ambientes. Na sequência, o morador recebe a planta da casa, através de desenhos técnicos e tridimensionais, com as ideias sugeridas e a quantidade de materiais necessária para a reforma. Se for preciso, a empresa indica um pedreiro.

Figura 83 – Exemplo de entrega de um projeto na página do Facebook da Inova Urbis.



Fonte: Inova Urbis, 2017.⁸¹

G. TETO

O TETO é uma organização internacional, sem fins lucrativos, que atua no Brasil há 10 anos, projetando e construindo moradias para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Trabalha pelos “direitos de pessoas que vivem nas favelas mais precárias, diminuindo sua vulnerabilidade por meio do engajamento comunitário e da mobilização de jovens voluntários”⁸². Com este pressuposto, a organização se propõe a construir moradias mais dignas e melhorar os espaços coletivos.

⁸¹ Imagem disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100008131907538>> Acesso em março de 2017.

⁸² TETO, informações obtidas na página virtual da empresa. Disponível em: <<http://www.techo.org/paises/brasil/teto/perguntas-frequentes/>>. Acesso em junho de 2018.

Para a efetivação das transformações propostas, a organização não governamental convoca voluntários para os trabalhos de desenvolvimento de projetos e, para o financiamento, são realizadas alianças com empresas e conta-se com a cooperação internacional, através de doações individuais ou com a realização de diferentes campanhas e eventos de arrecadação.

A respeito da metodologia apresentada pela empresa, a organização afirma trabalhar com a implementação de um modelo de intervenção focado no trabalho junto com os moradores, através da gestão comunitária. Segundo a organização, eles trabalham com questões de urgência e acreditam que devem priorizar as famílias que estão vivendo em um grau de precariedade maior, não informando quais critérios são utilizados para esta definição. A organização ainda defende que seus trabalhos são desenvolvidos por equipes que se reúnem com frequência com os moradores (geralmente, reuniões semanais) para, em conjunto, diagnosticar quais são os sonhos daqueles moradores para o desenvolvimento comunitário e, assim, trabalhar em cima de projetos que visam tornar esses sonhos realidade.

H. Arquitetura na Periferia⁸³

A iniciativa Arquitetura na Periferia começou durante o processo de obtenção de título de mestrado da arquiteta Carina Guedes de Mendonça⁸⁴, em 2014, e se tornou um projeto da organização, sem fins lucrativos, Arquitetos Sem Fronteiras. O projeto propõe o serviço de assessoria técnica a grupos de mulheres de baixa renda em prol de melhorias das condições de moradia, de forma que as moradoras sejam capacitadas para tomar as decisões projetuais das transformações de suas casas e para, inclusive, construí-las. As assessorias são prestadas na ocupação urbana Dandara, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Enquanto projeto de mestrado, a arquiteta era subsidiada por uma bolsa de pesquisadora. Para o subsídio da obra por parte dos moradores, Mendonça (2014) propôs a criação de uma poupança conjunta, a ser utilizada na compra de materiais e na contratação de serviços para realização das obras. A arquiteta sugeriu, ainda, a possibilidade de microfinanciamento, no qual cada participante recebeu uma pequena quantia em dinheiro para complementar a poupança e cobrir os gastos com as obras. Nesta experiência, durante a pesquisa de mestrado

⁸³ As informações estão disponíveis no endereço virtual da ONG Arquitetos Sem Fronteiras e na dissertação de mestrado da autora, referenciado no fim deste trabalho. Disponível em: <<http://semfronteirasbrasil.wixsite.com/asfbrasil/perifeitura>>. Acesso em março de 2017.

⁸⁴ Carina Guedes de Mendonça apresentou sua dissertação de mestrado para o NPGAU/UFMG no ano de 2014, com o título: ARQUITETURA NA PERIFERIA: Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres.

de Mendonça, R\$ 9000,00 foram emprestados por ela e R\$ 3000,00 as participantes economizaram juntas. A reforma foi realizada pelas próprias moradoras, que foram capacitadas para atuarem com sua própria mão de obra. Depois desta experiência, o projeto Arquitetura na Periferia passou a receber o apoio da ONG Arquitetos Sem Fronteiras e da Brazil Foundation, mas mantendo sua metodologia de desenvolvimento projetual.

Os projetos são desenvolvidos por meio de processos compartilhados, onde, às moradoras, são apresentados práticas/técnicas de projeto e planejamento de obras, para que conduzam com autonomia e sem desperdícios as reformas de suas próprias casas. Na dissertação de mestrado de Carina, a autora apresenta os seguintes passos⁸⁵: (1) Oficina de Levantamento, em que as participantes aprendem a tirar medidas e a desenhar a sua própria casa, prevista no primeiro encontro; (2) Apresentação do levantamento; (3) Apresentação das ideias pela participante; (4) Ficha de intervenção pela participante; (5) Oficina de planejamento de obras; (6) Planejamento de obras pela participante; (7) Manual de obras pela arquiteta. Para as discussões de projeto com os moradores, a arquiteta utilizou das seguintes ferramentas: Kit Levantamento, onde as participantes aprendem a fazer o levantamento técnico e desenvolver os desenhos de suas moradias através de oficinas; e kit mobiliário, na qual os móveis, separados da planta, podem ser experimentados no espaço.

Importante afirmar que a autora apresenta, em seu trabalho de mestrado, uma proposta para viabilizar a assistência técnica:

verba inicial para o financiamento do primeiro grupo e para o pagamento dos honorários do arquiteto e, na medida em que as pessoas fossem pagando as parcelas, seria possível reaplicar o montante em novos grupos. Atualmente existem empresas que são especializadas em apoiar o desenvolvimento de negócios sociais, tais como as internacionais Ashoka e Nesst ou a brasileira Artemisia” (MENDONÇA, 2014, p.91).

⁸⁵ MENDONÇA, 2014.

I. Projeto Arquiteto de Família (ONG Soluções Urbanas)⁸⁶

O Projeto Arquiteto de Família é uma iniciativa da ONG Soluções Urbanas. Ele ~~que~~ oferece assistência técnica gratuita para famílias cujas moradias estão localizadas em Áreas de Especial Interesse Social. O projeto atua no Morro Vital Brazil, em Niterói, no Rio de Janeiro, desde 2008.

Financiado pela ONG Soluções Urbanas, tem um acordo de cooperação técnico-científico com o Instituto Vital Brazil. Para os moradores, a assessoria é gratuita e o financiamento da obra se dá de três maneiras: (1) Autoconstrução: os próprios moradores realizam a obra e a compra dos materiais é feita nas "Feiras de Troca Solidária". Nesta feira, desenvolvida pela Soluções Urbanas, as famílias coletam embalagens Tetrapack e as trocam por uma moeda social local, com a qual adquirem materiais de construção doados, provenientes de excedentes de obras ou não, porém ainda em condições de uso; (2) Microcrédito Habitacional: com este microcrédito, é possível providenciar tanto a compra dos materiais quanto remunerar a mão de obra, caso necessário; (3) Subsídios: podem ser parciais ou integrais e permitem a execução de obras com agilidade, porém devem ser restritos às situações cujo perfil social não indique outra estratégia de acesso a recursos, e faz-se necessário o equilíbrio, na contrapartida da família, para que a ação não se configure como uma medida assistencialista.

Para o desenvolvimento do projeto, os arquitetos da família realizam assistência técnica, de forma que sejam criados instrumentos para favorecer o diálogo entre técnicos e famílias, criando estratégias para consolidar um tipo de relação distinta da prestação de serviço entre profissional e cliente. A equipe produz cartilhas ilustrativas com soluções para questões enfrentadas por muitos moradores e, para os projetos individuais, a metodologia compartilhada propõe diferentes formas de representação. Entre outras, está o desenho técnico tradicional.

⁸⁶ Informações extraídas da página virtual da ONG Soluções Urbanas. Disponível em: <<http://solucoesurbanas.org.br/arquiteto-de-familia>>. Acesso em abril de 2017.

Figura 84 – Cartilhas para soluções coletivas produzidas pela ONG Soluções Urbanas.



Fonte: ONG Soluções Urbanas, 2017⁸⁷.

As etapas de projeto podem ser descritas por: (1) Diagnóstico do território; (2) Diagnóstico socioeconômico da família; (3) Diagnóstico físico da moradia; (4) Assistência técnica para projeto arquitetônico de intervenção; (5) Viabilização econômica das reformas; (6) Assistência técnica de arquitetos e engenheiros, que pode ser realizada nos modelos de mutirão, empreitada e autoconstrução com assistência técnica; e (7) Aprimoramento de processos e de mão de obra.

Além de permitir resultados que atendam melhor as necessidades da família, essa aproximação deve favorecer a real assimilação dos projetos e planos pelo cliente, que por ser o próprio construtor e gestor da obra, deve ser capaz de se apropriar desses produtos e, de forma autônoma, tomar decisões na compra dos materiais, uso de técnicas e priorização das intervenções, especialmente se a Assistência Técnica não se estender à fase de obras⁸⁸.

Figura 85 – Processo de projeto Arquiteto da Família.



Fonte: ONG Soluções Urbanas, 2017⁸⁹.

⁸⁷ Imagem extraída da página virtual da ONG Soluções Urbanas. Disponível em: <<http://solucoesurbanas.org.br/arquiteto-de-familia>>. Acesso em abril de 2017.

⁸⁸ Soluções Urbanas, informações concedidas ao site Chance Makers em 2015. Disponível em: <<https://www.changemakers.com/pt-br/sustainableurbanhousing/entries/projeto-arquiteto-de-familia-assistencia-tecnica-para>>. Acesso em abril de 2017.

⁸⁹ Imagem extraída da página virtual da ONG Soluções Urbanas. Disponível em: <<https://www.changemakers.com/pt-br/sustainableurbanhousing/entries/projeto-arquiteto-de-familia-assistencia-tecnica-para>>. Acesso em abril de 2017.

Importante apresentar que a ONG Soluções Urbanas, em junho de 2018, propôs o início de um ciclo de cursos de formação de profissionais para atuação com Assistência Técnica para Melhorias Habitacionais, adotando a metodologia do Projeto Arquiteto da Família somada ao método do Arquitecasa⁹⁰, de simulação de custos de obra. O curso se chama “Vivências em Assessoria Técnica para Melhorias Habitacionais” e o conteúdo, além de teórico, conta com a aplicação da metodologia em algumas famílias de Mauá-SP. A realização das obras é possível devido à parceria estabelecida com uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) do estado de São Paulo.⁹¹

J. Peabiru TCA

A Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (Peabiru TCA), fundada em 1993, é uma associação sem fins lucrativos atuante em São Paulo, SP. A equipe desenvolve a assessoria técnica em produção habitacional autogestionária e urbanizações de favelas e assentamentos precários. Ela é composta por um grupo de profissionais de diversos campos: arquitetos urbanistas, engenheiros, advogados, psicólogo, sociólogo e outros técnicos da área sócia. A equipe atua em assessorias técnicas e movimentos populares desde o fim dos anos de 1980, particularmente no desenvolvimento de projetos e acompanhamento de obras habitacionais de interesse social no contexto de programas de mutirão com autogestão, cuja prefeitura de São Paulo havia implementado nos anos de 1989 e 1992. A estrutura institucional da Associação Sem Fins Lucrativos foi mantida e os projetos são financiados de acordo com as parcerias firmadas.

O grupo utiliza, em sua metodologia de atuação, mecanismos baseados no compartilhamento de informações e desenvolve os caminhos de condução de acordo com cada experiência, desenvolvendo instrumentos de representação de projeto para cada caso específico.

⁹⁰ Disponível em: <<https://arquitecasa.com.br/>>. Acesso em junho de 2018.

⁹¹ A página de divulgação do curso está disponível em: <<https://athiscurso.wixsite.com/inscricao/vivencia>>. Acesso em junho de 2018.

Figura 86 - Processo de projeto da Peabiru junto à população - Parque Estrela -SP (2013).



Fonte: PEABIRU, 2013.⁹²

Figura 87 - Instrumentos de comunicação de projeto junto aos moradores e para os técnicos - Parque Estrela em Guarulhos-SP (2013).



Fonte: PEABIRU, 2013.⁹³

Importante esclarecer que a atuação do Peabiru é historicamente importante na luta pela moradia e pela efetivação da assessoria técnica em moldes não impositivos e tecnocratas, sendo referência em São Paulo e no Brasil. O grupo se sobressai, também, na produção de críticas da habitação de interesse social, autogestão e assessoria técnica, realizando, inclusive, oficinas para problematizar a inserção de profissionais da construção civil no debate da produção habitacional da população de baixa renda. Tais oficinas são chamadas de ATHIS (Oficina de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social) e foram realizadas em seis cidades do estado de São Paulo, contando com o apoio do CAU/BR para o financiamento e divulgação da prática. As OFICINAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS) que a Peabiru TCA realiza têm, justamente, o intuito de problematizar o alcance desta produção e fomentar o debate sobre a participação dos profissionais da Arquitetura, da Engenharia, das áreas sociais e do Direito nesses processos. Com isso, pretende-se mobilizar os saberes dos diversos participantes, fomentando um debate

⁹² Disponível em: http://www.peabirutca.org.br/?painel_projetos=parque-estela. Acesso em agosto de 2017.

⁹³ Disponível em: http://www.peabirutca.org.br/?painel_projetos=parque-estela. Acesso em agosto de 2017.

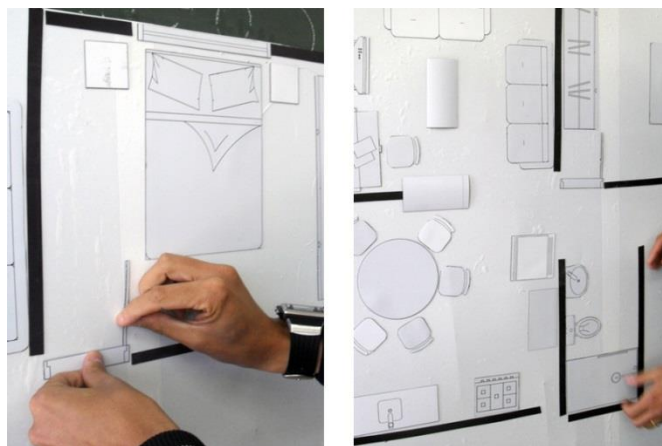
rico sobre o tema e estimulando a formulação de arranjos institucionais e produtivos capazes de se adequar às diferentes realidades locais.

K. Usina CTAH

A assessoria técnica “Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Construído” é uma organização sem fins lucrativos. Fundada em 1990 por uma equipe multidisciplinar, se propôs a assessorar tecnicamente movimentos sociais, envolvendo projetos compartilhados, processos de autogestão, mutirões e mobilizações de fundos públicos para a efetivação de suas propostas.⁹⁴ O grupo é pioneiro em práticas de assessoria técnica com movimentos populares, também tem grande importância na luta por moradia na cidade de São Paulo, e é financiado de acordo com o projeto que recebe o investimento.

Segundo o próprio grupo, sua prática propõe “superar a produção autoral e estritamente comercial da Arquitetura e do Urbanismo e busca, para tanto, integrar e engendrar processos alternativos à lógica do capital através de experiências sociais, espaciais, técnicas e estéticas contra-hegemônicas” (VILAÇA E CONSTANTE, 2015, p.375). Desta forma, as experiências de assessoria técnica da Usina apresentam diversas metodologias e linguagens que possibilitam e ampliam os processos comunicativos do campo de Arquitetura à população de baixa renda. Os instrumentos de representação de projeto são desenvolvidos especialmente para cada projeto.

Figura 88 - Linguagem utilizada em processo de decisão de projeto do Mutirão Tânia Maria e Cinco de Dezembro, em Suzano, São Paulo (2010 a 2014).



Fonte: Usina CTAH.⁹⁵

⁹⁴ Informações obtidas no website do grupo Usina CTAH. Disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br/>>. Acesso em agosto de 2017.

⁹⁵ Disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br/taniamariae5dedezembro.html>>. Acesso em agosto de 2017.

L. Oasis

Oasis é um jogo criado, em 2003, pelo Instituto Elos, uma organização sem fins lucrativos, fundada por um grupo de arquitetos urbanistas da cidade de Santos, em São Paulo. O jogo consiste em mobilizar comunidades para, durante dois dias (etapa milagre), projetar e realizar transformações que representem um sonho comum dos moradores de um bairro, como a reforma de uma praça, um parque, a limpeza de um córrego etc. Para efetivar os projetos, a associação realiza parcerias.

O Jogo Oasis baseia-se na Filosofia Elos, que compreende sete disciplinas⁹⁶: (1) Olhar – consiste no exercício e no cultivo de uma visão apreciativa sobre a comunidade e seu ambiente, a fim de criar um cenário de abundância de recursos e possibilidades, valorizando a presença e o potencial de contribuição de cada pessoa; (2) Afeto – estimula o estabelecimento de relações afetivas entre as pessoas, propiciando o surgimento da confiança e do cuidado mútuo, elementos que alimentam e fortalecem o trabalho coletivo. O exercício da escuta é uma habilidade essencial dessa disciplina; (3) Sonho – propicia o espaço e a relação adequados para a expressão das melhores e mais profundas aspirações que todos temos. É a proposta de construir uma imagem do melhor que gostaríamos de realizar, transcendendo a prática comum de identificar problemas. Normalmente, quanto mais genuíno, profundo e precioso é o sonho, mais apoio ele tem por parte de toda a comunidade; (4) Cuidado - o planejamento cuidadoso de estratégias e projetos que atenderão, amplamente, as expectativas de um conjunto de sonhos comuns. O grupo atua respondendo à questão de como caminhar juntos cuidando de si, do outro e, simultaneamente, de um sonho comum; (5) Milagre - a ação do coletivo motivada pelas suas melhores qualidades e habilidades, munida da abundância de recursos existentes na comunidade, confiante pelos laços afetivos que unem o grupo e motivada por seus melhores sonhos comuns; (6) Celebração - o reencontro após a jornada de ação para partilhar a alegria da realização conjunta e reconhecer e celebrar a contribuição de cada um na conquista coletiva. É quando a realização física e a experiência ganham ainda mais sentido, porque estão alimentando a celebração da vida; (7) Re-evolução - pensar o futuro e planejar ações para materializar novos desafios, sempre juntos e com a energia renovada pela alegria de ver os sonhos realizados.

Assim, não existe projeto formal. Durante as oficinas, são feitos desenhos e maquetes pelos participantes e são estes que direcionam o trabalho do grupo e a execução das propostas.

⁹⁶ Informações disponíveis em: <<http://institutoelos.org/jogo-oasis/>>. Acesso em agosto de 2017.

Figura 89 – Metodologia Jogo Oasis



Fonte: Instituto Elos, 2016.⁹⁷

M. “Tá Bonito”

O programa de melhorias habitacionais “Tá bonito”, foi inaugurado em 2006 por uma parceria entre a Associação de Moradores da Vila Olinda e a Prefeitura Municipal de Diadema – SP, e financiado pela Caixa Econômica Federal. O objetivo do projeto era, inicialmente, promover assessoria técnica e melhorias externas nas residências da Vila Olinda. Ele se ampliou a aperfeiçoamentos internos e a novas construções, chamadas de embriões, que reverteram situações específicas de extrema precariedade. A iniciativa era custeada 50% pelo Município e recebia apoio estadual e federal, além da ajuda financeira dos moradores locais. Para estes, a assessoria técnica para projetos era gratuita e o financiamento da execução variou durante o processo.

Figura 90 - Imagens das transformações ocorridas no espaço como fruto do Programa "Tá Bonito".



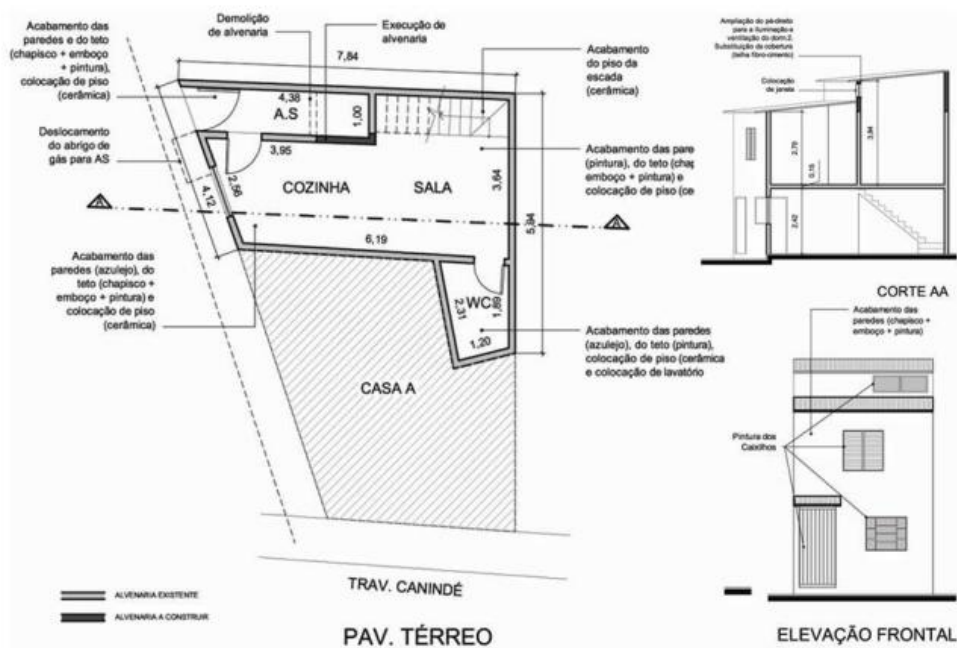
Fonte: GOMES, 2014.

⁹⁷ Informações disponíveis em: <<http://institutoelos.org/jogo-oasis/>>. Acesso em agosto de 2017.

Foram realizadas: (1) 39 reformas externas, com verba da prefeitura e execução por empreiteiras; (2) 45 melhorias internas e externas, com verba da Caixa Econômica Federal e da Prefeitura Municipal de Diadema, em processo de autogestão dos recursos pela Associação de Moradores e mão de obra remunerada pelos moradores do bairro; (3) 16 embriões, com verbas do Orçamento Geral da União e Prefeitura Municipal de Diadema e contratação de empreiteiras (GOMES, 2014).

Segundo Gomes (2014), as moradias escolhidas para serem contempladas pelo programa, passavam pela análise de renda, localidade (eram priorizadas as que situadas abaixo de uma linha de transmissão de alta tensão que passa pelo bairro) e pelo quesito de já terem sido reformadas externamente. Para a assessoria técnica, o técnico apontava os problemas e necessidades de transformação da moradia, desenvolvia o projeto e apresentava ao morador, através de desenhos técnicos. Este, por sua vez, desempenhava o papel de receptor das propostas de intervenção. Como estratégia de comunicação, os técnicos chegaram a propor maquetes como ferramenta de representação dos projetos. Entretanto, estas não foram bem sucedidas e os moradores só compreendiam o que foi projetado durante a obra (GOMES, 2014).

Figura 91 - Desenhos técnicos apresentados pelos técnicos aos moradores.



Fonte: GOMES, 2014.

Importante apresentar que as entidades financiadoras exigiam a regularização fundiária das casas e este processo contou com a necessidade de um parâmetro de habitabilidade, justificado pela dificuldade dos técnicos em assumirem a responsabilidade técnica sobre unidades autoconstruídas.

N. CODHAB – Habita Brasília e Melhorias Habitacionais

A CODHAB é a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal. Desde 2015, ela propõe a implementação da Lei 11.888/2008 de assistência técnica, através dos programas “Habita Brasília” e “Melhorias Habitacionais”. A iniciativa conta com 10 escritórios, chamados de “Postos de Assistência Técnica”, onde arquitetos vinculados à prefeitura são inseridos em territórios de baixa renda de Brasília para prestar o serviço de Arquitetura aos moradores. Os Postos de Assistência Técnica realizam acompanhamento de obras de infraestrutura urbana e de construção de novas unidades habitacionais, de acordo com os projetos de regularização aprovados.

O programa atende as famílias já cadastradas na lista da CODHAB que têm, prioritariamente, renda familiar de até três salários mínimos (R\$ 2640,00), podendo ser estendido até o valor de R\$ 6500,00, referente ao programa Minha Casa Minha Vida. A execução das obras é realizada por empresas selecionadas nos editais do CODHAB.

A CODHAB atua nas seguintes linhas de ação⁹⁸: (1) Habita Brasília: propõe soluções técnicas para qualificar a habitação. Seu objetivo é melhorar o déficit qualitativo e garantir salubridade, acessibilidade, sustentabilidade e segurança. Através dos Postos de Assistência Técnica, os arquitetos do CODHAB desenvolvem projetos de Arquitetura, gratuitamente, para as famílias e propõem soluções técnicas para qualificar as habitações. Com o projeto em mãos, os moradores podem executar suas obras por conta própria. O serviço conta com planejamento de etapas de obra e, segundo a CODHAB, propõe economia, qualidade, segurança e salubridade; (2) Melhorias Habitacionais: desenvolvem e acompanham projetos e execuções de moradias para suprir o déficit habitacional decorrente da precariedade de moradias. O projeto é desenvolvido pela CODHAB e apresentado e aprovado pelo morador, que recebe o projeto executivo da obra. Após esta etapa, começam as reformas, executadas e acompanhadas pelos profissionais do programa. Os projetos e obras de reformas residenciais têm valor máximo de R\$ 13500,00.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.codhab.df.gov.br/assistencia_tecnica>. Acesso em junho de 2018.

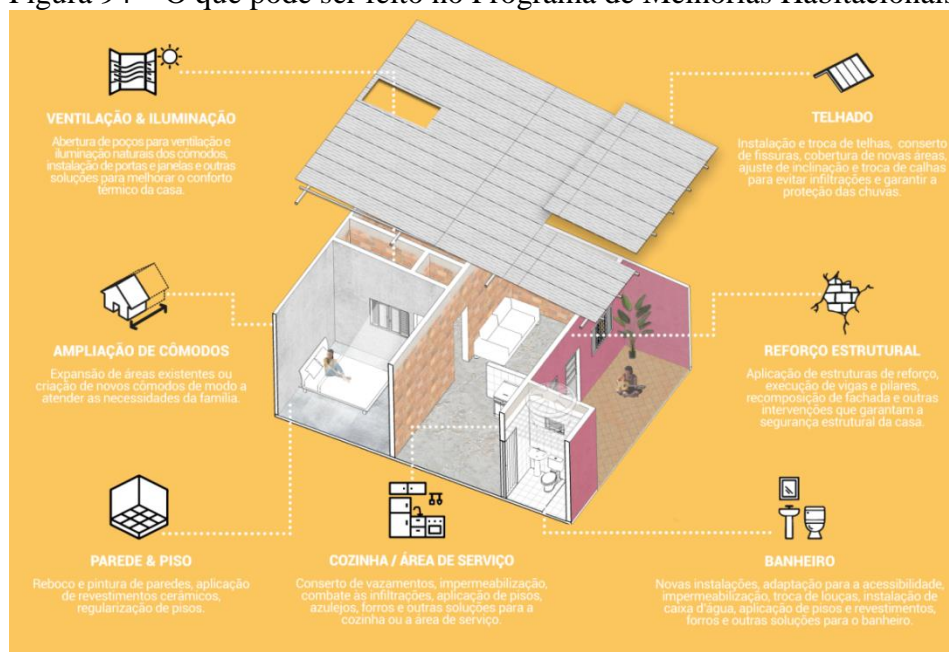
Figura 92 – Metodologia do Programa de Melhorias Habitacionais.

Fonte: CODHAB, 2018.⁹⁹

Figura 93 – Requisitos para participar do Programa de Melhorias Habitacionais.

Fonte: CODHAB, 2018.¹⁰⁰⁹⁹ Disponível em:<<http://www.codhab.df.gov.br/uploads/archive/files/423ee1118cda5ba1d77aca53697b7909.jpg>>. Acesso em junho de 2018.¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.codhab.df.gov.br/assistencia_tecnica/melhorias_habitacionais>. Acesso em junho de 2018.

Figura 94 – O que pode ser feito no Programa de Melhorias Habitacionais.



Fonte: CODHAB, 2018.¹⁰¹

Importante perceber que, desde o início da pesquisa de referências até a organização deste material para publicação da dissertação de mestrado, a CODHAB aprimorou sua apresentação, aumentou a publicidade de seus trabalhos e expandiu sua atuação, além de ter ganhado destaque nas discussões de assistência técnica no Brasil. 70

O. Morar Melhor

O programa Morar Melhor é promovido pela Prefeitura de Salvador, desde 2015, através do Escritório Público. Ele objetiva prestar assistência técnica gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia na elaboração da unidade habitacional e seu entorno, diminuindo o déficit qualitativo nas Habitações de Interesse Social - HIS.

Segundo o programa, suas ações se propõem a¹⁰²: (i) elaborar projetos de Arquitetura e complementares da habitação de interesse social e habitação popular; (ii) adequar os pedidos de regularização da habitação às exigências das legislações urbanísticas do Município; (iii) encaminhar e acompanhar, se necessário, os requerentes junto aos órgãos competentes para a emissão de documentação, com o objetivo de regularizar a propriedade e a construção; (iv)

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.codhab.df.gov.br/assistencia_tecnica/melhorias_habitacionais>. Acesso em junho de 2018.

¹⁰² Disponível em: <<http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/index.php/acoes-programas/morar-melhor/8-menu-principal>>. Acesso em maio de 2018.

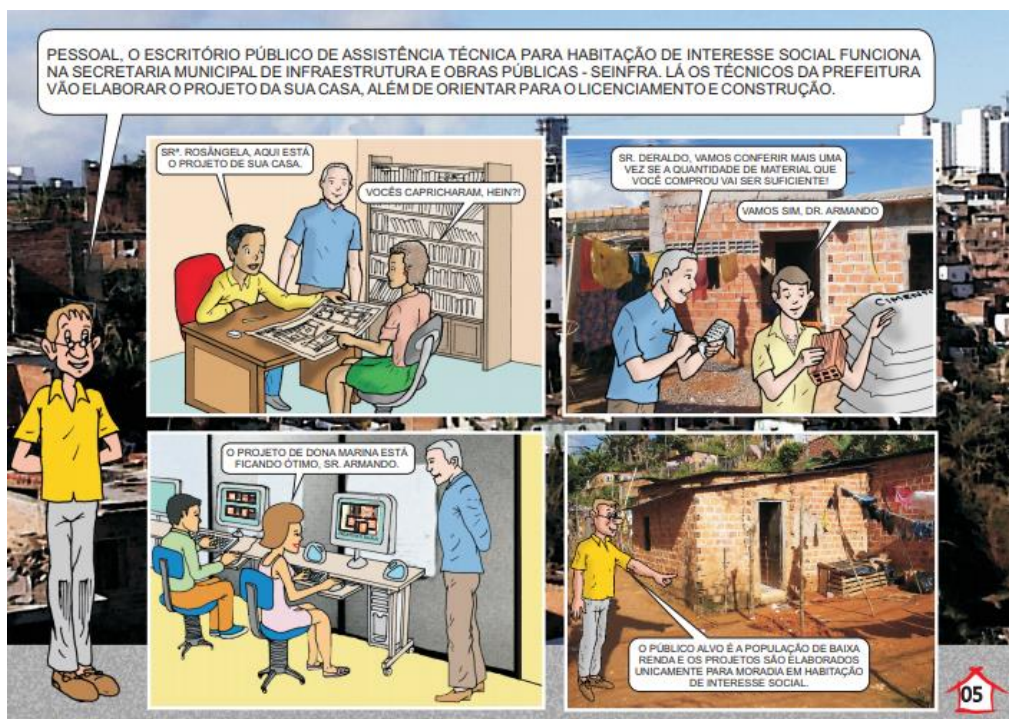
atender e fornecer ao público, dados e peças técnicas solicitados por órgãos e entidades municipais, estaduais e federais, de acordo com a natureza do pedido; (v) elaborar cadastros de imóveis para fins de regularização da posse ou propriedade e, ainda, do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente aos projetos a serem elaborados pelo Setor de Orientação Técnica e Elaboração de Projetos; (vi) contribuir para a diminuição do número de construções irregulares da capital baiana. Importante apresentar que a Prefeitura Municipal de Salvador oferece também o serviço Casa Legal, voltado para a regularização das moradias.

O programa Morar Melhor atende os imóveis inseridos em ZEIS, famílias com renda até três salários mínimos. As moradias devem ter área construída de até 70 m², terrenos de até 125 m² e gabarito máximo de 9 m. É admitida mais de uma unidade habitacional por terreno, desde que tenham acessos independentes por via oficial de circulação. Admite-se uso misto e ampliação apenas se a unidade nova não ultrapassar a área total construída de 140 m². Também é necessário que as intervenções não ultrapassem o limite orçamentário de R\$ 5000,00 por residência. A definição dos serviços é feita ainda na etapa de cadastramento, sendo observados os critérios técnicos, e todas as obras são fiscalizadas durante a execução e após a conclusão. Ressalta-se que a realização da seleção dos beneficiários é baseada nos critérios estabelecidos pelo Censo 2010 do IBGE, que definem como precárias as moradias com alvenaria e sem revestimento, pessoas abaixo da linha de pobreza (renda per capita inferior a R\$ 85/mês); maior densidade habitacional e maior predominância de mulheres que são chefes de família. Não são contemplados imóveis em situação de risco cadastrados pela Defesa Civil de Salvador (Codesal). Estes casos não são acolhidos enquanto demanda de assistência técnica.

Foi desenvolvida uma cartilha para o Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, pelo Escritório Público da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – SEINFRA do município de Salvador. A elaboração contou com uma parceria com a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) e com o Curso de Arquitetura da Universidade de Salvador (UNIFACS). A cartilha conta com dicas de construção e explicações a respeito do serviço de assistência técnica oferecido pela prefeitura¹⁰³.

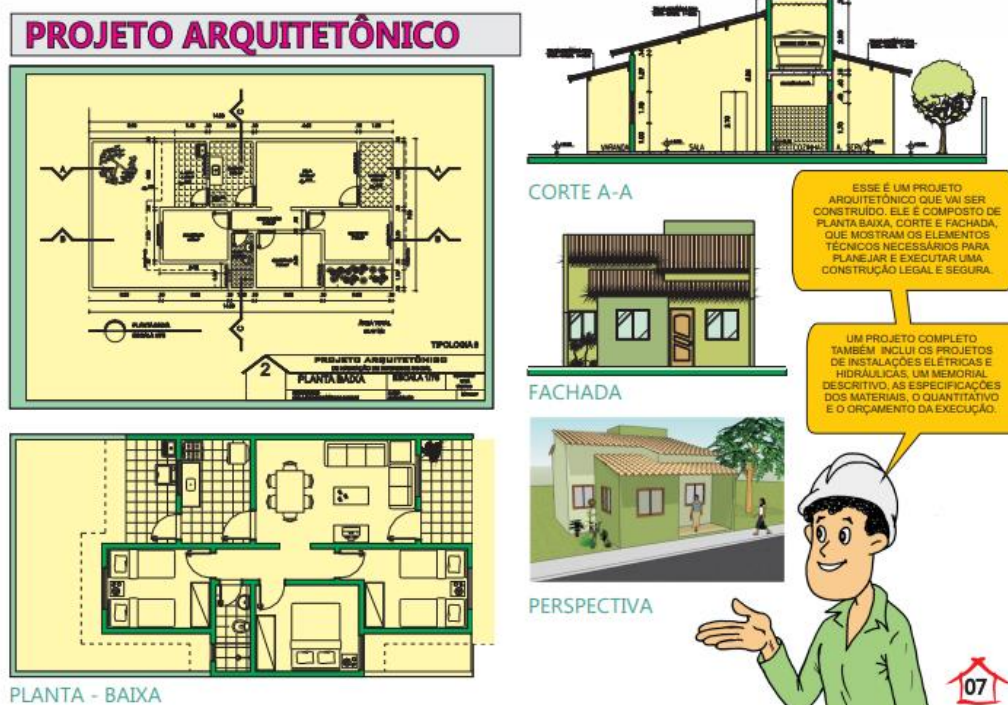
¹⁰³ Cartilha disponível em: <<http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/images/Cartilha-EP-2018.pdf>>. Acesso em maio de 2018.

Figura 95 – Cartilha do Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.



Fonte: Escritório Público, 2017.¹⁰⁴

Figura 96 – Representação de projeto disponível na cartilha do Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.



Fonte: Escritório Público, 2017.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/images/Cartilha-EP-2018.pdf>>. Acesso maio de 2018.

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/images/Cartilha-EP-2018.pdf>>. Acesso maio de 2018.

Figura 97 – Linguagem utilizada para a apresentação de informações técnicas na cartilha do Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.



Fonte: Escritório Público, 2017.¹⁰⁶

Por fim, o programa recebeu o selo de Mérito Especial no Fórum Nacional de Habitação e Interesse Social em 2017, e inspirou o Cartão Reforma, uma iniciativa do Governo Federal, em 2016. Este visa auxiliar os moradores a reformarem suas casas com a disponibilização de crédito de até cinco mil reais em materiais de construção¹⁰⁷.

P. Escritório Público

O Escritório Público pertence à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Salvador, na Bahia, e existe desde 2001. Entrega gratuitamente projetos a famílias de baixa renda da capital baiana e ajuda a formar profissionais capacitados em prestar serviços de assistência técnica para a habitação de interesse social. A proposta é que o Escritório Público atue como um ateliê-escola, com estudantes de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia, supervisionados por profissionais contratados pela prefeitura. O escritório atua no espaço urbano por meio do Programa Morar Melhor.

Para a aquisição do serviço, o morador procura o Escritório Público, situado na sede da prefeitura de Salvador, e se cadastra. Passa por uma análise social de enquadramento aos

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/images/Cartilha-EP-2018.pdf>>. Acesso em maio de 2018.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.cartao-reforma.cidades.gov.br/o-programa/>>. Acesso em junho de 2018.

critérios definidos pela Lei 11.888 e pelo programa Morar Melhor e, se aceito, entra para a fila do serviço. O próximo passo é a vistoria da moradia de acordo com sua situação de segurança e em relação ao risco geológico e/ou estrutural, sendo esta uma das condições para a realização da atuação dos arquitetos.

Segundo o CAU/BR (2018)¹⁰⁸, cerca de 90% dos projetos elaborados pelo Escritório Público são de reforma ou ampliação de casas, porque, de acordo com os participantes da equipe, a regularização dos terrenos nas áreas onde atuam é rara e dificulta o acesso ao programa.

Em relato ao CAU/BR (2018)¹⁰⁹, os representantes do Escritório Modelo afirmaram que “os moradores ainda não se sentem muito à vontade na frente de um arquiteto e urbanista. É como se estivéssemos fazendo um favor, mas muito pelo contrário. Eles têm dificuldade em ver como um dever do Poder Público”.

Q. Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, originou-se de uma parceria entre a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) e a Escola Politécnica (EP-UFBA), se assemelhando ao modelo de residência médica. Propõe-se a elaboração participativa de projetos inovadores de interesse social em busca de melhor qualidade de moradia e fortalecimento da cidadania. A Residência atua prestando assistência técnica para a elaboração de projetos, por meio de oficinas, pesquisa, planejamento e outras atividades correlatas. A proposta da UFBA é pioneira na implantação da Lei Federal No. 11.888/2008 pela universidade pública.

A grade curricular do programa de Residência consiste em: produção do espaço, políticas urbanas e direto à cidade; projetos de urbanização, infraestrutura e meio ambiente; planejamento e projeto de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; metodologias e técnicas para projetos participativos; e seminários temáticos.

R. Diálogos (PRAXIS-EA/UFMG)

Já conceituada ao longo deste trabalho, é importante inserir a pesquisa Diálogos, desenvolvida pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG como referência no desenvolvimento de

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/escritorio-publico-salvador/>>. Acesso em junho de 2018.

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/escritorio-publico-salvador/>>. Acesso em junho de 2018.

metodologias de atuação do arquiteto. A experiência de assessoria técnica realizada pela equipe se efetivou enquanto projeto de extensão universitária.

4.1 Considerações acerca das referências projetuais

Este trabalho originou-se da inquietação a respeito do quase inexistente campo de atuação do arquiteto no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda. A investigação das referências projetuais foi importante para que tal problemática fosse retomada, visto que, não basta discutir o campo de atuação do arquiteto: é necessário debater como realizar esta atuação. Importante reafirmar que parte-se da premissa de que não basta haver espaço para atuar se esta prática não for condizente com o universo sob a qual ela se aplica – a autoconstrução – e não promover a transformação social do morador.

Retoma-se o propósito da pesquisa das referências projetuais. Ela visou tanto as metodologias utilizadas pelos arquitetos nas iniciativas averiguadas, quanto compreender como estas vêm sendo financiadas. Por fim, os casos práticos possibilitaram responder quais caminhos suscitam, atualmente, a atuação do arquiteto no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda. Entendeu-se que este campo de atuação é viabilizado por: o morador, no caso das empresas privadas; os parceiros e apoiadores, no caso das organizações sem fins lucrativos; o poder público, nos casos das iniciativas governamentais; e as universidades, no caso de extensão universitária ou residência profissional. Assim como foram analisados os agentes que compõem a prática autoconstrutora, os que fomentam as experiências de atuação técnica aqui apresentadas também serão discutidos. Isto porque influem sobre a prática construtiva do morador e sobre a prática arquitetônica do profissional, alterando as metodologias de desenvolvimento e de execução de projetos e obras.

As empresas privadas que oferecem serviço de Arquitetura a baixo custo para moradores de faixas de renda menos favorecidas, recorrentemente se caracterizam como iniciativas de “negócio social”. Estas atuam como escritórios de Arquitetura, ou seja, inseridas nas lógicas de mercado, mas com fins sociais, sendo que esta palavra se remete à população pobre. A empresa cobra do morador, a um baixo valor, o desenvolvimento de projetos econômicos, sendo que algumas delas, como a Vivenda e a Moradigna, se responsabilizam também pela execução da obra. Importante esclarecer que estas práticas estão sendo publicizadas como assessoria técnica, porém mantêm os moldes e métodos convencionais mercantis. Isto significa que as metodologias utilizadas na prestação do serviço não contam com o morador

durante o processo de desenvolvimento e continuam por impor as lógicas e padrões de vida da elite ao morador autoconstrutor. Ao reproduzir as metodologias utilizadas no mercado tradicional da Arquitetura – aquele majoritariamente consumido pelas classes de renda alta –, o único aspecto que se altera é o público-alvo. O autoconstrutor prossegue como consumidor do produto-arquitetura impositivo e pré-determinado pelas lógicas do capital, que apenas se reproduzem em outro cenário (o da autoconstrução).

Incentivados pelo baixo número de consumidores do mercado de Arquitetura e Urbanismo, os arquitetos e as categorias que regem a classe profissional, vêm buscando nicho comercial entre a população de baixa renda. O CAU/BR tem apoiado projetos sobre a assistência e assessoria técnica, inserindo nestes conceitos as práticas mercantis e favorecendo atividades de capacitação de assessores técnicos.

Figura 98 – I Fórum de Athis, promovido pelo CAU/MS.



Fonte: CAU/MS, 2018.¹¹⁰

Ao mesmo tempo em que insere o público de baixa renda no debate, o conselho de classe propaga ideias a favor da criminalização da autoconstrução, visto o apoio oferecido à aprovação do Projeto de Lei PL 6699 de 2002¹¹¹. Este PL, anteriormente discutido, inclui como crime contra a saúde pública o exercício ilegal das profissões de engenheiros, arquitetos e agrônomos. Ao propor a criminalização da prática da autoconstrução, visto o contexto de

¹¹⁰ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/CAUMSoficial/photos/a.315792978489803/1930574837011601/?type=3&theater>>. Acesso em agosto de 2018.

¹¹¹ Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/votacao-de-projeto-que-pune-exercicio-ilegal-de-engenharia-arquitetura-e-adiada/>>. Acesso em junho de 2018.

desigualdade social existente no Brasil, o foco de tal projeto contradiz o apoio concedido pelo CAU/BR às iniciativas de assessoria e assistência técnica.

O problema de insegurança, precariedade e não acesso à cidade, envolvido na autoconstrução, como já foi profundamente discutido neste trabalho, existe e precisa de ações que foquem em sua resolução e não na criminalização da prática autoconstrutora. Este trabalho parte da premissa que uma das possibilidades de solução advenha da associação entre os arquitetos e os autoconstrutores, pressupondo uma atuação compartilhada do profissional com o morador. Sendo assim, o Conselho se contradiz na medida em que propõe a atuação do arquiteto em contextos de baixa renda e, ao mesmo tempo, criminaliza estes espaços, visto que são compostos majoritariamente por autoconstrutores. Argumenta-se que, nesta contradição, a entidade parece discutir assistência e assessoria técnica visando apenas a conquista de novos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) e o incremento do mercado da Arquitetura.

A questão da habitação da população de baixa renda, só se torna foco de discussões de arquitetos e urbanistas, na medida em que se torna interessante para o mercado. Porém, por mais que o acesso ao serviço de Arquitetura amplie o número de moradores que contam com o auxílio técnico em suas construções, o mercado age em uma via de mão-dupla. Ele se propõe a atuar onde não há o seu exercício, mas reproduz e impõe o consumo como regra e o lucro como produto. Retoma-se a investigação do escritório “Inova Urbis”, que viabiliza a atuação do arquiteto através do investimento da rede Leroy Merlin. Por mais que o consumo na loja não seja um critério vinculante ao recebimento da atuação do arquiteto, a dominação da empresa frente a outros depósitos se torna inerente ao processo propositivo. A predominância da rede se justifica pelo poder de sugestão do arquiteto e pelas condições de pagamento oferecidas pela loja aos moradores atendidos pelo escritório. Além disto, importante ressaltar que os projetos desenvolvidos não adotam metodologias distintas da prática mercantil direcionada à elite e reproduzem os padrões de qualidade da cidade dita formal, como pôde ser observado nos projetos entregues aos moradores (rever Imagem 80, que ilustra um dos projetos desenvolvidos pelo Inova Urbis). Majoritariamente, a atuação do arquiteto nas experiências de mercado investigadas, manteve a mesma lógica de atuação do profissional em outros contextos, diferenciando apenas o público-alvo e não promovendo transformações sociais. Esta afirmação se justifica nas premissas defendidas neste trabalho, as quais consideram que a transformação social advenha do poder de decisão do indivíduo sobre as mudanças acometidas no espaço, e não de sua simples subordinação a elas (MORADO NASCIMENTO, 2016a).

A respeito das iniciativas de atuação através de empresas privadas, questiona-se a proposição, por parte da Favelar, da Arquitetura como realizadora de sonhos. A projeção de sonhos é, também, disseminada em outras iniciativas, como no jogo Oasis e na atuação do TETO. A propagação do sonho da casa própria somada à perpetuação da visão idealizada e romantizada da figura do arquiteto, vende a imagem de um produto-arquitetura padrão, disseminando soluções e expectativas muitas vezes irrealis e impossíveis de concretização pelos moradores. Isto confirma as desigualdades sociais e a discriminação associada às moradias autoconstruídas.

Retoma-se, ainda, que a manutenção do status do profissional reafirma a hierarquia e o poder de decisão nas mãos do arquiteto. Da mesma forma, a utilização do desenho técnico como estratégia de representação utilizada pelas empresas privadas, colabora com as imposições do projeto desenvolvido, de forma que as informações codificadas distanciam, ainda mais, o morador do processo de tomada de decisões. Importante, ainda, apontar o tempo como fator que dificulta o compartilhamento do projeto nas iniciativas advindas do mercado, visto que os métodos necessários para a real participação do morador requerem mais tempo para se efetivarem, e isso significa menor retorno financeiro. O agente privado restringe a participação do morador e o desenvolvimento de ferramentas e metodologias processuais em prol da garantia de lucros e da continuidade da atuação. Mantém-se, por fim, a Arquitetura como uma mercadoria, o morador como consumidor e a assessoria técnica é incorporada como um novo nicho de mercado.

As associações sem fins lucrativos talvez sejam a estratégia mais simples para viabilizar a prática profissional em contextos de baixa renda. Isto porque é recorrente a atuação do arquiteto de forma voluntária, demandando recursos apenas para a manutenção da organização e, se for o caso, para o financiamento da obra. Porém, importante levantar a hipótese que existe a necessidade de transpor esta barreira e inserir a prática enquanto exercício profissional. De todo modo, muitas das experiências investigadas somaram ao arcabouço de metodologias de assessoria técnica e de compartilhamento de decisões, como é o caso do kit mobiliário utilizado pelo Peabiru. É o caso, também, da ONG Soluções Urbanas, que propõe uma metodologia de trabalho própria, desenvolvida pelos profissionais que a compõe, e a chama de “Arquitetos da Família”. Neste método, a organização sugere moldes de compartilhamento de projeto e apresenta possibilidades distintas de efetivação da construção, de acordo com as necessidades de cada morador. Recentemente, ela propõe cursos de formação para arquitetos que desejam ou necessitam trabalhar em contextos de baixa

renda. Pressupõe-se que, por não estarem vinculadas a agentes financiadores, as associações sem fins lucrativos detêm mais liberdade no desenvolvimento de projetos e de metodologias de compartilhamento de decisões.

Importante ressaltar, ainda, que as associações sem fins lucrativos também somam à provisão do serviço do arquiteto, a efetivação da obra através de campanhas de financiamento, de arrecadação de doações, do recebimento dos fundos sociais ou de parcerias com empresas privadas. Há, também, de se esclarecer, que o caráter assistencialista de atuação do arquiteto foi adotado por algumas destas associações, como o grupo TETO, que propõe a materialização das construções a partir da visão da equipe técnica.

Partindo para a próxima possibilidade de efetivação da assessoria técnica, quando esta é realizada pelo poder público, apresenta-se importante o questionamento a respeito dos objetivos estabelecidos para esta prática. Antes de iniciar a análise das referências, soma-se à discussão, a experiência vivenciada pela autora deste trabalho sobre a possibilidade de implantação da Lei da Assistência Técnica 11.888/2008 na cidade de Belo Horizonte¹¹². Iniciou-se, no ano de 2017, junto a atores sociais, membros do poder público e pesquisadores acadêmicos, um grupo de discussões visando a reformular a política do município. Dentro desta proposta, seriam inseridas diretrizes para a implementação da assessoria técnica, financiada pelo Fundo Municipal de Habitação. O debate não estava centrado na regulamentação da política, mas na discussão dos objetivos da atuação técnica e dos conceitos que permeavam esta prática. Isto porque, pôde-se observar que, majoritariamente, as políticas e programas públicos que já implementaram a Lei 11.888/2008, objetivam o ordenamento e o controle urbano.

Percebeu-se – com as referências projetuais e com a experiência relatada –, que as preocupações do Estado com a qualificação das moradias partem do ponto de vista da sua formalização e regularização, no sentido de buscar enquadrá-las no permitido e previsto pelas leis de uso e ocupação do solo urbano. Este propósito parece se fazer valer antes mesmo da implementação das políticas visarem a melhoria da qualidade de vida dos moradores através da atuação técnica. Importante retomar, a partir da pesquisa empírica realizada pelo PRAXIS-EA/UFMG na Vila Acaba Mundo, que a demanda advinda dos moradores não derivava do enquadramento na ordenação territorial, mas do desejo pela redução dos gastos da obra, como

¹¹² A autora desta pesquisa participou, durante o período de quatro meses, entre o fim do ano de 2017 e o início de 2018, das discussões propostas pelo Coletivo “Habite a Política”.

relatado por Morena; pelo arranjo espacial mais eficiente, como era o caso de Janaína; e pela segurança estrutural, no caso de Beatriz.

Afirma-se que as ações que partem do poder público, somente beneficiam os moradores que vivem em áreas regularizadas ou passíveis de regularização, excluindo grande parcela de autoconstrutores. Importante esclarecer, ainda, que, sendo atrelado ao Estado, o arquiteto precisa assumir a responsabilidade técnica das moradias assessoradas. Retomando as assessorias técnicas desenvolvidas pelo PRAXIS-EA/UFMG, se o caso de Sheila estivesse vinculado a um programa de governo, este poderia se enquadrar em uma situação de risco e/ou de déficit quantitativo, de forma que a moradora não poderia receber a prestação do serviço.

Este trabalho adota o pressuposto de que a atuação técnica, para promover a transformação social dos moradores, deve ser condizente aos desejos e necessidades apontados por eles, para além da padronização e regularização das moradias. Notou-se, também, que as propostas de transformação dadas como necessárias pelos arquitetos vinculados ao poder público, principalmente quando associadas a programas que definem parâmetros de habitabilidade, se diferem das necessidades e demandas dos moradores. Para Geraldo¹¹³, por exemplo, 20 centímetros no comprimento de seu quarto era mais importante do que um arranjo espacial que favorecesse a circulação dos moradores na edificação. Sendo assim, defende-se que, enquanto a assessoria ou assistência técnica se vincularem aos objetivos de fiscalização, ordenamento e controle urbano, estas se reafirmarão distantes dos problemas e desejos reais dos moradores.

Retoma-se a análise do projeto “Tá bonito”, experiência de assistência técnica financiada pelo poder público e analisada neste trabalho. O caso define parâmetros mínimos de habitabilidade e os vincula à adesão do serviço por parte do morador. Ou seja, para a realização da assessoria técnica, é necessário que o morador se comprometa a efetivar as transformações definidas pelos arquitetos. Segundo Gomes (2014), que realizou um estudo a respeito do programa, esta obrigatoriedade imposta aos moradores foi uma das responsáveis pela recusa ao serviço por parte da população e pelas tensões firmadas entre moradores e arquitetos. Muitos moradores rejeitaram a assessoria técnica, ainda que esta fosse vinculada ao financiamento da execução da obra, porque as transformações que seriam efetivadas não eram desejadas por eles. O

¹¹³ Geraldo, morador da Vila Acaba Mundo. Fala registrada em setembro de 2017 pelos alunos da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica” e concedida ao PRAXIS-EA/UFMG.

arquiteto apontava os problemas e necessidades de transformação da moradia, desenvolvia o projeto e apresentava ao morador, através de desenhos técnicos. O morador, subordinado a estas decisões, segundo Gomes (2014) pouco entendia as propostas representadas tecnicamente, as recusando mesmo sem entendê-las. A experiência do programa comprova, também, o distanciamento gerado pelo desenho técnico.

As metodologias utilizadas nestes processos partiam das mesmas lógicas mercantis e impositivas utilizadas para o desenvolvimento de projetos para a elite. Gomes (2014, p.48) relata, sobre esta questão, que o distanciamento entre arquitetos e moradores é fruto da formação histórica do profissional: “parece que o serviço do arquiteto ainda é visto como algo elitista. [...] parecia que os projetos dos arquitetos eram algo para uma classe social mais abastada, estando distante da realidade do núcleo”. Confirma-se a visão dos moradores a respeito dos arquitetos com a fala de um morador durante visita técnica na Vila Acaba Mundo: “vocês são arquitetas de engenharia ou arquitetas de ponto de luz?”¹¹⁴.

Ainda segundo Gomes (2014), a lógica utilizada no processo de projeto do programa “Tá bonito”, advinha da indisponibilidade de uma equipe técnica voltada especificamente para o serviço de assistência técnica, de forma que as assessorias foram realizadas por profissionais que trabalhavam em outros setores e não haviam sido capacitados para esta atuação. Além disto, Gomes (2014) aponta a indisponibilidade de recursos públicos para a aplicação da lei, o desconhecimento da população sobre este direito e a visão estigmatizada da Arquitetura, como questões que dificultam a implantação da assistência técnica enquanto política pública.

O ensino de Arquitetura e Urbanismo, como apresentado por Stevens e Ferro, não promove a formação de profissionais qualificados para a atuação em contextos de baixa renda, requerendo, do poder público, a capacitação dos profissionais para a implementação deste serviço. Não havendo profissionais destinados, especificamente, a ações de assessoria/assistência técnica, propõe-se a vinculação a outros projetos e instituições que detenham arquitetos capacitados para tal. É o caso da associação entre o programa Morar Melhor e o Escritório Público, ambos de Salvador-BA. Nela, os arquitetos do Escritório Público, que recebem formação e estudam metodologias de atuação junto aos autoconstrutores, realizam as assessorias técnicas com os moradores beneficiados pelo programa Morar Melhor.

¹¹⁴ Morador da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora setembro de 2017, durante visita no bairro.

Por fim, retoma-se que, para a implementação da Lei 11.888/2008 é necessário que esta estabeleça objetivos centrados nos benefícios dos moradores e que não reproduza a lógica tecnicista nos processos de assistência/assessoria técnica. Importante apresentar, também, que os municípios devem destinar recursos para a atuação dos arquitetos, visto que, segundo Pereira (2010), a destinação de verba para o serviço de arquitetos e urbanistas em contextos de baixa renda é raramente feita pelo poder público, e o aporte financeiro é muito baixo, tendo que contar com contrapartida municipal. Acabou-se identificando, nas ações praticadas pelo poder público, a recorrente reprodução de moldes e padrões das práticas arquitetônicas impositivas e elitizadas em realidades de vulnerabilidade social.

A atuação técnica através das universidades foi, além de analisada enquanto referência projetual, experimentada na pesquisa empírica proposta por este trabalho. Percebeu-se que, dentre as possibilidades de prática profissional em contextos autoconstruídos, quando esta não se vincula a um agente financiador externo – que pressupõe o retorno de seu investimento –, ela permite mais liberdade de recriar o processo de projeto do arquiteto. É o caso do trabalho desenvolvido pelo PRAXIS-EA/UFMG, pelo Escritório Modelo, pelo Peabiru e pela Usina – vinculados, de alguma forma, às universidades, apesar de não financiados por ela. A universidade atua, portanto, com disciplinas práticas direcionadas aos alunos de graduação, como ocorrido em “Práticas de Assessoria Técnica”; através de projetos de pesquisa, como é o caso do projeto Diálogos do PRAXIS-EA/UFMG; de projetos de extensão universitária; ou de programas de pós-graduação, como é o caso da proposta de Residência, pela Universidade Federal da Bahia.

A atuação através da universidade não exige, como nas ações de assistência técnica fomentadas pelo poder público, que o morador se encontre em uma área já regularizada ou em potencial de regularização. Da mesma forma, não tem critérios vinculantes e permite que o poder de decisão permaneça nas mãos do morador, que subsidiará sua própria construção. Ainda, inserido no contexto acadêmico, permite-se que o arquiteto atue problematizando e provocando o morador a outros olhares, na medida em que compartilha as informações e soluções técnicas e amplia o arcabouço de possibilidades projetuais e construtivas do autoconstrutor. Porém, apesar de desenvolverem metodologias de compartilhamento de projetos e inserir estes métodos na formação dos arquitetos, as universidades são instituições de pesquisa e extensão, e não financiam a assessoria técnica enquanto prática profissional. Sendo assim, esta possibilidade não abrange todo o universo da autoconstrução.

Foram apresentadas 18 referências projetuais, destas, encontradas quatro alternativas para viabilizar a atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda. Desenvolveu-se um quadro resumo para sintetizar e comparar as possibilidades encontradas de acordo com: tipo de serviço; fonte que fomentou tal atuação; forma de obtenção do serviço por parte do morador; metodologias de cada uma delas; e formas de representação de projeto utilizadas.

Tabela 1 - Quadro comparativo de referências projetuais.

(continua)

	TIPO DE SERVIÇO	FONTE DE FOMENTO	MORADOR x SERVIÇO	METODOLOGIA	REPRESENTAÇÃO DE PROJETO
A. FAVELAR	Desenvolvimento de projetos	Empresa privada	Morador paga pelo serviço	Projeto desenvolvido pela empresa, sem a participação do morador	Desenhos técnicos ou relatório técnico
B. CLUBE DA REFORMA	Desenvolvimento de projetos, financiamento para execução da obra e acesso a crédito	Empresa privada	Acesso a crédito	Não desenvolvem os projetos	Não desenvolvem os projetos
C. AMBIENTE ARQUITETURA	Desenvolvimento de projetos	Empresa privada	Contratados por construtoras ou poder público. O morador não paga diretamente pelo serviço	Compartilhada. Sem informações a respeito de seu processo de desenvolvimento	Desenhos técnicos e desenhos humanizados/ ilustrativos
D. MORADIGNA	Desenvolvimento de projetos e financiamento para a execução da obra	Empresa privada	Morador paga pelo serviço, que inclui a obra	Projeto desenvolvido pela empresa, sem a participação do morador	Aos moradores: planta baixa e checklist. Aos pedreiros: escopo do projeto e cronograma de obra
E. VIVENDA	Desenvolvimento de projetos e financiamento para a execução da obra	Empresa privada	Morador paga pelo serviço, que inclui a obra	Projeto desenvolvido pela empresa, sem a participação do morador	Desenhos técnicos
F. INOVA URBIS	Desenvolvimento de projetos	Empresa privada	Instituição Social: o morador não paga pela assessoria. Subsídio por doação/empresa privada	Projeto desenvolvido pela empresa, sem a participação do morador	Desenhos técnicos e modelos tridimensionais

Tabela 1 – Quadro comparativo de referências projetuais.

(continuação)

	TIPO DE SERVIÇO	FONTE DE FOMENTO	MORADOR x SERVIÇO	METODOLOGIA	REPRESENTAÇÃO DE PROJETO
G. TETO	Desenvolvimento de projetos e financiamento de execução da obra	Organização sem fins lucrativos	Morador recebe o serviço e a execução	Projeto desenvolvido pela organização, com a participação do morador	Não há informações
H. ARQUITETURA NA PERIFERIA	Desenvolvimento de projetos, acesso a microcrédito.	Organização sem fins lucrativos (atualmente)	Morador custeia sua obra / poupança conjunta / microfinanciamento	Compartilhada com o morador	Kit Levantamento, Oficinas e kit mobiliário
I. ARQUITETO DE FAMÍLIA	Desenvolvimento de projeto, acesso a microcrédito.	Organização sem fins lucrativos	Assessoria gratuita. Financiamento da obra: autoconstrução, microcrédito ou subsídio + Moeda social	Compartilhada com o morador	Cartilhas, desenho técnico, desenho ilustrativo, modelos tridimensionais.
J. PEABIRU TCA	Desenvolvimento de projetos	Organização sem fins lucrativos	Contratados por construtoras ou poder público. O morador não paga diretamente pelo serviço	Compartilhada com o morador	Kit mobiliário, dinâmicas, oficinas, desenhos técnicos e desenhos ilustrativos
K. USINA CTAH	Desenvolvimento de projetos	Organização sem fins lucrativos	Contratados por construtoras ou poder público. O morador não paga diretamente pelo serviço	Compartilhada com o morador	Desenvolvida para cada projeto em específico (Dinâmicas, oficinas, desenhos técnicos, desenhos ilustrativos)
L. OASIS	Desenvolvimento de projetos e financiamento de execução da obra	Organização sem fins lucrativos	Morador recebe o serviço e participa da execução	Participativa	Oficinas e maquetes. Não há projeto
M. "Tá bonito"	Desenvolvimento de projetos e financiamento de execução da obra e/ou acesso a crédito	Poder público	Morador recebe o serviço e, em alguns casos e fases do programa, o financiamento da execução	Critérios estabelecidos pelos técnicos e o morador recebe o projeto	Desenhos técnicos

Tabela 1 – Quadro comparativo de referências projetuais.

(conclusão)

	TIPO DE SERVIÇO	FONTE DE FOMENTO	MORADOR x SERVIÇO	METODOLOGIA	REPRESENTAÇÃO DE PROJETO
N. CODHAB	Desenvolvimento de projetos e/ou desenvolvimento do projeto e financiamento de execução da obra	Poder público	Habita Brasília: projeto gratuito e construção por parte do morador / Melhorias Habitacionais: projeto e financiamento da execução por parte do poder público	Critérios estabelecidos pelos técnicos e o morador recebe o projeto	Desenhos técnicos
O. MORAR MELHOR	Desenvolvimento do projeto e financiamento de execução da obra	Poder público (programa)	Serviço gratuito e, em alguns casos, conta com o financiamento da execução da obra	Participativa	Desenhos técnicos e desenhos humanizados/ ilustrativos
P. ESCRITÓRIO PÚBLICO	Desenvolvimento de projetos	Poder público	Serviço gratuito financiado pelo programa Morar Melhor	Participativa	Desenhos técnicos e desenhos humanizados/ ilustrativos
Q. RESIDÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA (UFBA)	Desenvolvimento de projetos	Universidade Pública	Morador recebe o serviço gratuitamente e participa dos processos	Compartilhada com o morador	Não há informações
R. PRAXIS-EA/UFMG	Desenvolvimento de projetos	Universidade Pública	Morador recebe o serviço gratuitamente e participa dos processos	Compartilhada com o morador	Desenvolvida para cada projeto em específico (Kit mobiliário, mapeamento coletivo, desenhos técnicos, desenhos ilustrativos, modelos tridimensionais etc)

Fonte: Produção da autora, 2018.

Esclarece-se que cada tipo de experiência tem seus benefícios e limites, tanto no sentido do financiamento quanto no sentido do compartilhamento de projetos. Para tanto, é preciso retomar as premissas estabelecidas por este trabalho e reafirmar: o que se objetiva com esta investigação não é apenas a ampliação do campo de atuação profissional, mas também investigar as possibilidades de atuação do arquiteto no universo de baixa renda, de forma que esta promova a transformação social do mundo de vida dos moradores. Pressupõe-se que esta transformação não advenha apenas do financiamento da atuação, mas também de uma atuação que insira o morador no lugar da prática social, sendo obtida através do compartilhamento dos processos de decisão.

5. FINALIZANDO...

Para iniciar as abordagens finais deste trabalho, é necessário retomar alguns pontos: (i) a pergunta que orientou toda esta discussão perpassava por responder quais seriam as possibilidades, os entraves e os benefícios da atuação do arquiteto no cenário da autoconstrução; (ii) o pressuposto adotado para a formulação desta pergunta foi de que a associação entre arquiteto e autoconstrutor poderia promover a construção de outra cidade, socialmente mais justa; (iii) partiu-se da premissa de que a metodologia adotada nesta associação era um ponto central para a promoção dos objetivos estabelecidos e, assim, o processo de desenvolvimento do projeto deveria ser compartilhado com o morador. Para tanto, o caminho metodológico adotado para responder a pergunta que conduziu esta pesquisa contou com investigação teórica, que fomentou a adoção dos conceitos e premissas adotados; a prática empírica, revelando entraves e benefícios da atuação através da assessoria técnica; e consulta de referências existentes, necessária para identificar outras possibilidades, métodos e caminhos já experienciados.

Reafirma-se que, enquanto indivíduos não somos agentes passivos das transformações. Da mesma forma, os autoconstrutores conhecem sua realidade e seus problemas, portando potencial latente de solução. Porém, baseado em Morado Nascimento (2016a), para a transformação de sua realidade, os indivíduos precisam ter poder de decisão, de forma que esta escolha esteja livre da dominação tecnológica e científica e da ordem política. É necessário que contem com outras informações, para além de seu arcabouço, para que

efetivem sua possibilidade de escolha e potencializem seu processo de decisão. Sendo assim, os próprios indivíduos são capazes de agir em sua transformação social e possibilitar a construção de outra cidade, socialmente mais justa.

Defende-se que não basta prover atuação técnica e afirmar que o projeto do arquiteto garante a qualidade de vida almejada pelo morador. Propõe-se, para a transformação de sua realidade social, um processo de atuação que dê condições ao indivíduo para que ele próprio alcance o desenvolvimento de suas condições de vida, baseado em sua prática e seu mundo. Assim, não bastam campos de atuação para que o arquiteto trabalhe com a população de baixa renda, mas devem existir, também, os que possibilitem que o arquiteto proponha metodologias que compartilham o processo de projetar e de construir com o morador.

O indicativo é de abertura ao diálogo entre arquiteto e autoconstrutor, sendo este, também, um exercício de empatia. A necessidade do morador é um processo de construção, sendo que ele está imbricado em sonhos e desejos, criados pelo sistema cultural. Da mesma forma, a atuação do arquiteto está carregada de poder, símbolos, saberes incorporados e de uma cultura científica profundamente estabelecida. Há de se convir que a transposição do compartilhamento e da troca de saberes, na prática, é um desafio.

Dentre as possibilidades investigadas e experienciadas, as que menos perpassam pelo investimento privado mais se sobressaem no sentido do compartilhamento. Apesar de desenvolverem metodologias e proporem formas de representação nas quais o morador participa do processo de intervenção, as iniciativas também demandam o investimento de recursos, seja para a prática, seja para o financiamento dos profissionais. No caso das propostas provenientes de associações sem fins lucrativos, existem iniciativas nas quais o arquiteto participa como voluntário e, aquelas que custeiam o serviço do profissional, têm de buscar recursos através de financiamentos coletivos e/ou retornam ao investidor privado. As propostas advindas de universidades, por exemplo – como foi o caso da assessoria técnica desenvolvida pelo PRAXIS-EA/UFMG –, não têm como objetivo o financiamento da prática profissional. Atuam enquanto propositoras, podem recriar práticas, metodologias e instigar outra formação dos profissionais, inserindo, no ensino, lógicas que produzem outras arquiteturas – socialmente mais justas –. Entretanto, não absorvem os profissionais no sentido de custear a atuação do arquiteto.

A atuação desenvolvida pelo PRAXIS-EA/UFMG foi possibilitada enquanto pesquisa acadêmica a partir do projeto “Diálogos”, anteriormente conceituado. Importante reafirmar que, inserido na conjuntura acadêmica, este trabalho não objetivou restritamente a produção de conhecimento para o meio universitário, se propondo a experimentar outras realidades possíveis. Assim, foi, também, fissura aos moldes de produção de conhecimento.

O financiamento da atuação técnica através das práticas mercantis cria, por fim, o questionamento a respeito de quem se beneficia com a proposição. Sob a afirmativa de promoção de assessoria técnica, as iniciativas investigadas não se mostraram preocupadas com a compreensão das lógicas sob as quais o morador está inserido, e com a criação de metodologias e instrumentos capazes de estabelecer um diálogo com este autoconstrutor, visando sua transformação social. Tendo sido aqui conceituada, a assessoria técnica propõe a atuação do arquiteto de forma compartilhada com o morador, na qual o arquiteto fornece a informação técnica no processo de projetar do morador e preserva seu poder de tomada de decisão. As duas práticas são, portanto, distintas, requerendo a necessária e justa distinção dos objetivos da assessoria técnica da atuação mercantil.

Pode-se afirmar que a prática mercantil não garante a transformação social do morador, ainda que sob o discurso da assistência técnica. Esta, não pressupõe a autonomia do morador e se baseia em uma atuação hierárquica e impositiva. Este molde de atuação pode garantir a efetivação física das transformações quando vinculada ao financiamento da execução do projeto, como nas iniciativas da Favelar, Moradigna e Vivenda, mas não a transformação social dos moradores. Importante retomar que a assistência técnica só faz sentido quando associada ao financiamento da execução, visto que não há como vincular as imposições do projeto a um morador que custeará sua própria obra e que detém o poder de decisão em suas mãos.

Portanto, nem o discurso de assessoria nem o de assistência condizem com a prática mercantil. A oferta do serviço de Arquitetura para a população de baixa renda é o novo produto das empresas privadas e se apresenta como a nova potência geradora de riquezas. Contudo, importante ressaltar que não se pretende invalidar tais práticas e tampouco se considera que o problema das iniciativas seja cobrar do pobre pelo serviço de Arquitetura. Cobrar não é o problema, visto que, a partir do estudo de caso de Morena, há a hipótese de a atuação técnica trazer economias à obra. O que se questiona é o processo de desenvolvimento desta atuação que reproduz as desigualdades do sistema, ao impor o padrão e o consumo

como norma, e propaga a discriminação da autoconstrução ao associar suas imagens à ideia da precariedade.

Na medida em que a população de baixa renda é incorporada como consumidora do produto-arquitetura, nota-se que o discurso utilizado para justificar tal atuação se baseia na afirmação da precariedade dos espaços habitados pela população de baixa renda. A discussão em torno do termo, esmiuçada no primeiro capítulo, originou, também, da proposição da atuação técnica como estratégia de reversão da dita precariedade existente na autoconstrução. Enquanto discussão teórica, o termo dava conta de seu sentido, significando as condicionantes de segurança estrutural envolvidas em algumas moradias, condições de esgotamento sanitário, má localização, entre outros. Mas, a partir da experiência prática de atuação técnica, constatou-se que a precariedade pode depender da trajetória de vida do morador e precisa ser contextualizada.

A atuação técnica, quando fomentada pelo Estado, é a alternativa que se apresenta mais refém da imposição do saber técnico. Isto porque as proposições de intervenção necessitam se vincular às políticas habitacionais ou, como no caso do programa “Tá Bonito”, a parâmetros de habitabilidade. Em relação a este debate, primeiramente, é necessário esclarecer que enquanto a prática autoconstrutora por si só estiver vinculada à má qualidade e precariedade, os parâmetros a serem considerados pelos arquitetos nas propostas de intervenção suscitarão projetos tecnocratas e impositivos. Pressupõe-se, assim, que a precariedade indicada pelos indicadores, planos e políticas públicas, seja limitada ao olhar técnico e institucional, assinalando, portanto, uma importante problemática envolvida entre as definições institucionais e técnicas e as práticas dos moradores.

Para que a atuação técnica pressuposta por este trabalho seja viabilizada pelo poder público, defende-se a distinção entre as imagens negativas socialmente atribuídas à prática da autoconstrução e os reais problemas das moradias e do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda. Esta diferenciação perpassa pela definição de moradia digna, a partir da história e do mundo de vida do indivíduo; pela distinção dos parâmetros de habitabilidade, especificamente para cada contexto – de favelas, ocupações urbanas e loteamentos periféricos, por exemplo –; e pela premissa de que o “mínimo” não é um padrão estanque e fixo. Importante vincular esta distinção aos aspectos que compõem a autoconstrução, apresentados no primeiro capítulo. Eles possibilitam uma melhor leitura e análise da prática autoconstrutora, na medida em que associam a ela os fatores tempo, renda,

agentes, cultura, território, autonomia e práticas construtivas. Propõe-se, assim, que a definição de precariedade requeira uma análise mais complexa do contexto socioespacial do morador, no sentido de investigar as práticas que produziram a materialidade da edificação, ao invés de apenas analisar o produto final construído.

Ainda a respeito da implementação da atuação técnica para autoconstrutores pelo poder público, importante comentar que o assunto da Arquitetura para a população pobre vem ganhando cada vez mais espaço na mídia e no campo profissional. Esta repercussão, ao mesmo tempo em que possibilita um incremento nas discussões sobre o assunto, tem sido utilizada para promover políticos, programas de governo e atores sociais sob o discurso da assistência técnica. Exemplifica-se isto através das campanhas de promoção e publicidade dos programas Habita Brasília e Melhorias Habitacionais, da CODHAB, depois do assunto da implementação da Lei 11.888/2008 ter ganhado espaço nas mídias sociais. As campanhas disseminavam o número de moradias beneficiadas e ainda prometiam a ampliação da escala de implementação dos programas. O valor da atuação técnica não está em seu alcance quantitativo, mas na qualidade do processo de atuação técnica que visa a transformação social do morador.¹¹⁵

Reafirma-se necessário retomar a autoconstrução como uma prática configurada por distintos repertórios e motivações, que exigem a adoção de distintas metodologias de atuação. A partir do conceito incorporado por este trabalho, sobre os aspectos que compõem a autoconstrução (Morado Nascimento, Tibo e Linhares, 2018, no prelo), pressupõe-se que um só método de leitura e atuação não seja capaz de ser replicado em tão grande escala. Ainda que os moradores estejam inseridos em uma mesma estrutura social e ordenados pelo mesmo sistema cultural, econômico e social, existem infinitas possibilidades de combinação e recombinação de aspectos que tornam a prática autoconstrutora distinta e que também exigem metodologias específicas. Importante considerar que, no contexto da Vila Acaba Mundo, foi possível identificar diferentes práticas da autoconstrução que, superficialmente, são igualmente tachadas como precárias.

Inseridas em um mesmo território, Morena e Sheila não compartilham das mesmas condições de renda, cultura, autonomia, tempo e prática construtiva, requerendo distintos exercícios de

¹¹⁵ O site do CODHAB, disponível em: <http://www.codhab.df.gov.br/> e acessado em 27 de agosto de 2018, lançou uma nota com a seguinte informação: “De acordo com a Instrução Normativa nº 2, da Secretaria de Comunicação, as redes sociais serão temporariamente suspensas. A Companhia irá suspender os perfis do Facebook, Youtube e Flickr no dia 4 de julho até o término das eleições”. A informação coloca em alerta a discussão redigida pela pesquisadora deste trabalho anteriormente a esta nota.

assessoria técnica. Retoma-se que, com Morena, o processo pode se estender no tempo e investigar soluções construtivas mais complexas através de dinâmicas de experimentação de arranjos espaciais, considerando que não há a urgência do morar e que a moradora não mora no local onde a obra se realiza. Sheila, pelo contrário, demandou uma assessoria mais urgente, no sentido das propostas acompanharem a construção pela família; mais cautelosa, no sentido de mitigar os possíveis riscos estruturais e geológicos do local e demandar certos acordos técnicos com a moradora; e mais propositiva, já que a atuação se estabelecia sob as premissas da assessoria técnica. Importante debater que, se o projeto não conta com o financiamento da sua execução, este só será efetivado se fizer sentido ao morador, demandando o compartilhamento da responsabilidade. Se a experiência conta com o subsídio de sua materialização, alguns critérios se tornam vinculantes à adesão da atuação e configuram uma prática de assistência técnica.

É necessário esclarecer que as ações de assessoria técnica no contexto da Vila Acaba Mundo, realizadas pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG, atuaram colaborando com a reversão da dita precariedade e visando a transformação social dos moradores, mas cientes de que, para este objetivo, em alguns casos, outras ações são exigidas. A experiência não contava com o financiamento da execução da construção e, quando os moradores não podiam subsidiar a obra, a reversão da dita precariedade habitacional e a transformação social através, apenas, da assessoria técnica, se tornavam distantes de serem alcançadas. Para as moradias que passariam por reformas e/ou construção independente do financiamento e do auxílio técnico, a assessoria técnica, através do compartilhamento do processo projetual-construtivo, pôde prover ao construtor benefícios como: (i) a proposição de outras possibilidades construtivas externas ao arcabouço recorrente da autoconstrução; (ii) a possibilidade de experimentação de arranjos espaciais; e (iii) a antecipação da conformação final para contrapor-la às expectativas e desejos iniciais dos moradores. Importante esclarecer que se uniu projetual-construtivo porque observou-se que processo de projeto e processo de construção não se desvencilham, ainda com a inserção do arquiteto no universo da autoconstrução.

Importante assumir uma lacuna em relação à investigação da hipótese das economias financeiras beneficiadas pela assessoria técnica. Esta questão envolve o debate acerca da importância da inserção dos custos das soluções arquitetônicas no processo de tomada de decisão do morador, na medida em que este foi percebido como um fator fundamental para as determinações construtivas.

Da mesma forma que se reconheceu os benefícios da assessoria técnica, alguns entraves também foram desvelados. Os saberes técnicos acometidos aos arquitetos durante sua formação não garantem, sozinhos, a competência do profissional para assumir a responsabilidade estrutural de moradias autoconstruídas, estando estas em eterno processo de construção e transformação por parte do morador. Para isto, propôs-se o compartilhamento da responsabilidade com o autoconstrutor, de forma que este seja o maior conhecedor de seu processo construtivo e das lógicas estruturais utilizadas na edificação.

O compartilhamento envolve, também, o conflito, como foi o caso de Beatriz. Por isto, o diálogo requer adaptações a partir da utilização de distintas possibilidades de linguagens e de ferramentas de representação para efetivar a comunicação. Não existem métodos e modelos únicos e prontos nos processos de mediação com o autoconstrutor, de forma que estes se configuram a partir da prática e vão se formatando através dela, demandando tempo para a experimentação destas possibilidades. Não significa, também, que não sejam replicáveis e que não possam ampliar sua escala de atuação – não configurando este entrave como um limite da prática –, apenas defende-se que a ampliação da escala de trabalho dos arquitetos em contextos autoconstruídos, precisa priorizar as premissas metodológicas antes de visar sua expansão. Sendo assim, importante considerar as experiências obtidas nas práticas de assessoria técnica para o levantamento de um arcabouço de possibilidades metodológicas e para o desenvolvimento de ferramentas comunicacionais que colaborem e facilitem o processo de atuação. Isto, para as próximas práticas, demandaria um tempo menor do arquiteto na investigação de métodos e ferramentas, possibilitando um maior período de dedicação à prática em si.

Importante vincular um entrave e desafio da prática profissional à escolha cultural e social dos moradores em relação à prestação do serviço do arquiteto. Sabe-se que a Arquitetura, assim como o direito à moradia do cidadão de baixa renda, é negada à grande maioria da população inserida nesta porção social. Sendo assim, não basta oferecer o serviço e afirmar seus benefícios – ainda que gratuitamente –. É necessário um processo de aproximação e de desconstrução do status do arquiteto, bem como de seus moldes de atuação. A fala de Laerte, morador e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo, relatada no Capítulo 3, confirma o desconhecimento da população em relação ao serviço do arquiteto e/ou do sentimento de distanciamento do profissional desta realidade. Segundo o morador:

Porque o que me motivou foi primeiro eu conhecer os arquitetos e saber o que eles fazem. Que são os desenhos bacanas. Que além de fazer um projeto, não eram só as linhas. O trabalho do arquiteto não é só aquele projeto quadrado, bonitinho, cheio de números. Aí vocês conseguem por cores e isso me atraiu também. E isso, no popular, facilita a opinião das pessoas.¹¹⁶

Por fim, retoma-se que, dentre os entraves a assessoria técnica, um dos maiores responsáveis pelo quase inexistente campo de atuação no universo de baixa renda, é a dificuldade de custear a atuação profissional. Este trabalho parte da prerrogativa de que todas as possibilidades de efetivação de atuação técnica no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda são válidas, já que as diferenciações contidas dentro do conceito da autoconstrução requerem distintas práticas de ação profissional. Porém, a premissa aqui adotada e o objetivo desta investigação, se centram no financiamento da atuação profissional a partir de práticas compartilhadas.

Esclarece-se que: a partir do mercado, os custos com o arquiteto são suprimidos, porém a necessidade de pagamento do profissional determina os moldes de atuação e restringe o compartilhamento; através do poder público, o profissional também recebe pela atuação, porém, considera-se necessária a revisão dos objetivos da assessoria técnica, de forma que a prática se vincula a critérios técnicos e institucionais; pela universidade, é possível o desenvolvimento de metodologias e ferramentas de compartilhamento e sua inserção na formação dos estudantes, porém não é finalidade da instituição empregar os profissionais; e pelas ONGs, também atuantes sob moldes que possibilitam o compartilhamento, a atuação dos arquitetos ainda se restringe, majoritariamente, à filantropia.

Não passando de uma indagação da autora, questiona-se se haveriam diferenças entre um modelo de empresa que já nascesse socialmente engajada – a partir de práticas que, anteriormente, não tivessem fins mercantis – e as que já se estabelecem sob um modelo de lucro voltado para a população de baixa renda.

A investigação aqui desenvolvida possibilitou, por fim, a identificação de premissas, métodos e ferramentas que potencializam a associação entre o arquiteto e o autoconstrutor e promovem a transformação social do morador, comprovando os benefícios desta combinação. Portanto, a atuação da Arquitetura no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda não se reduz ao incremento do mercado da profissão de arquitetos. No sentido de incremento do mercado, há de se reivindicar contextos que possibilitem o trabalho do arquiteto, no sentido

¹¹⁶ Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pela autora em março de 2018.

de cumprirem sua função social de provisão de moradia para que, assim, se amplie o campo de atuação profissional. Como afirmado por Caio Santo Amore (2017 *apud* LOPES, 2012, p.4),

a ampliação do mercado de trabalho para os arquitetos e urbanistas é, afinal, consequência de uma política habitacional inclusiva e abrangente, não o seu contrário. Ou seja, a política habitacional não pode ter como fim a política de uma categoria profissional.

Finalmente, sustenta-se que ainda não foram encontradas respostas definitivas sobre como financiar uma atuação profissional que estabeleça práticas compartilhadas fora dos moldes da prática mercantil. Acredita-se que a possibilidade de financiamento deste campo de atuação perpassa, antes da ampliação do mercado e das políticas de incentivo propostas, pelos conselhos de classe, pela educação dos profissionais. Desta forma, propõe-se, primeiro, o incremento e reformulação da formação do arquiteto, visando sua atuação também em contextos autoconstruídos pela população de baixa renda.

Reafirma-se este trabalho de dissertação de mestrado enquanto um processo inserido em um contexto social, e que pretendeu, não apenas responder perguntas, como também gerar fissuras no sistema de produção e ensino de Arquitetura. O objetivo desta análise não se restringiu, portanto, à óbvia produção de conhecimento gerada por uma pesquisa acadêmica, incluindo a experimentação e a criação de outras realidades possíveis no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALTAZAR, A. P.; KAPP, S.. Assessoria Técnica com interfaces. In: IV ENANPARQ, 2016, Porto Alegre. IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Estado da arte. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2016. v.1.
- BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BOURDIEU, P. A miséria do mundo. São Paulo: Ed. Vozes, 1997.
- BUTLER, J. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHO, D.; ALVAREZ, I. P. A cidade como negócio. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- CASTORIADIS, C. A criação histórica o projeto de autonomia. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Secretaria Municipal da Cultura, 1991.
- CAU/BR e DataFolha. 2015. O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil. Pesquisa disponível em < <http://www.cau.br.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em 09/06/2017.
- CAU/BR. Tabelas de honorários de serviços de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, 2013. Disponível em: < <http://www.cau.br.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/2013.08.16-CEAUeCBA-Tab-Remun-Proj-Arq-Edif.pdf>>. Acesso em Março de 2018.
- DÍAZ, Esther. A Filosofia de Michel Foucault. São Paulo: Editora UNESP, 2012
- FERRO. S. Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Diretoria de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2015. Belo Horizonte: FJP, 2018.
- GOMES, J. G. Os programas de melhorias habitacionais: elementos a serem considerados para uma proposta de assistência técnica continuada a partir das experiências do Brasil e de Cuba. Dissertação de Mestrado. FAUUSP. Orientador: Antônio Cláudio Moreira Lima e Moreira. 2014.
- GUIMARÃES, MCS; NOVAES, SC. Autonomia Reduzida e Vulnerabilidade: Liberdade de decisão, Diferença e Desigualdade. Bioética. 1999. v.7, n.1: 21-24.
- HAESBAERT, R. Contenção territorial: “campos” e novos muros. In: HAESBAERT, R. Viver no limite. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARVEY, D. Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLLOWAY, J. Fissuras: a antipolítica da dignidade. In: Fissurar o capitalismo. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOSLTON, J. Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAB. Instituto de Arquitetos do Brasil. Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para projeto e Construção de Habitação de Interesse Social. Brasil: IAB. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Famílias e domicílios: resultados da amostra do Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf>. Acesso em Abril de 2018.

INDEC. Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina. Calidad de los materiales de la vivienda (CALMAT), 2003. Disponível em: <https://www.indec.gov.ar/micro_sitios/webcenso/censo2001s2_2/datos/metod_construccion.pdf>. Acesso em Abril de 2018.

JACQUES, P. B. Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ Rio Arte, 2002.

KAPP, S.; NOGUEIRA, P.; BALTAZAR, A. P. Arquiteto sempre tem conceito – esse é o problema. In: Projetar, 2009, São Paulo. Projeto como investigação: antologia. São Paulo: Altermarket, 2009.

KOWARICK, L. A autoconstrução de moradias em áreas periféricas: os significados da casa própria. In: Viver em risco. São Paulo: Editora 34, 2009.

LARROSA, J. Tremores – escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2014.

LOPES, M. S. B. (2016) “Artesanias na cidade autoconstruída”. In: MORADO NASCIMENTO, Denise (org). Saberes [auto]construídos. Belo Horizonte: Ed. AIC.

LOURENÇO, T. C. B. Cidade Ocupada. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU). Orientadora: Silke Kapp. Escola de Arquitetura, UFMG, 2014.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C. e MARICATO, E., A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

MATOS, F. P.; LINHARES, J. F.; SILVA, L. S. (2016). In: MORADO NASCIMENTO, Denise (org.) Saberes [auto]construídos. Belo Horizonte: Ed. AIC.

MENDONÇA, C. G. ARQUITETURA NA PERIFERIA: Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres. Dissertação de Mestrado, NPGAU/UFMG. Orientadora: Silk Kapp. 2014.

MORADO NASCIMENTO, D.; TIBO, G. L.; LINHARES, J. F. Análise da autoconstrução a partir de suas práticas. In: III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. Salvador, 2018. No prelo.

MORADO NASCIMENTO, D. (org.) Saberes [auto]construídos. Belo Horizonte: Ed. AIC, 2016b.

MORADO NASCIMENTO, D. *et al.* Diálogos: possibilidades de processos de projeto compartilhados. In: 6º Forum de Pesquisa FAU-Mackenzie, 6º, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: FAU-Mackenzie, 2010, p.1.

MORADO NASCIMENTO, D. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. In: Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 145-164, abr 2016a.

MORADO NASCIMENTO, D.; FREITAS, D. M. Ampliação do conceito de PPP para compreender seu papel no processo de neoliberalização. In: XVII Encontro Nacional da Anpur, São Paulo, 2017.

MORIN, E. Ciência com Consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NASSIF, T. Linguagem técnica e (im)possibilidades para a produção democrática do espaço urbano: uma análise a partir de duas experiências participativas em Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado, NPGAU/UFMG. Orientadora: Denise Morado. 2016

OLIVEIRA, F. O que é formação para cidadania. 2000. São Paulo: Instituto Pólis de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Entrevista concedida a Silvio Caccia Bava. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/o-que-e-formacao-para-cidadania/>. Acesso em Julho de 2017.

PEREIRA, M. B. Projeto de melhoria habitacional: metodologia de trabalho em urbanização de assentamentos precários. Trabalho Final de Graduação. FAUUSP. Orientador: Karina Oliveira Leitão. 2013. Disponível em: https://issuu.com/marinabarrío/docs/tfg_marina_issuu. Acesso em Julho 2017.

PORTELA, T.B. O caminho da ação entre o padrão e a gambiarra. In: Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Ano 5, número especial. Salvador, 2007.

RIBEIRO, F. V. A luta pelo espaço: Da segurança da posse à política de regularização fundiária de Interesse Social em São Paulo. Tese de Doutorado, USP. Orientadora: Ana Fani Alessandri Carlos. 2012.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. De. Política habitacional e políticas sociais: urgências, direitos e negócios. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHO, D.; ALVAREZ, I. P. A cidade como negócio. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. N. 1, maio 1999.

SANT'ANNA, Márcia. Arquitetura popular: espaços e saberes. Políticas Culturais em Revista, Volume 6, nº 02, 2013, pp. 40-63. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/761>. Acesso em Maio de 2018.

SANTOS JUNIOR, O. A.; Reforma Urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora, In: COSTA, G.M. e MENDONÇA, J. Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2008.

SANTOS, C. R. A. (2016). In: MORADO NASCIMENTO, Denise (org.) Saberes [auto]construídos. Belo Horizonte: Ed. AIC.

SOARES, A. C. B. Processos compartilhados de produção do espaço urbano. Dissertação de Mestrado, NPGAU/UFMG. Orientadora: Denise Morado. 2012.

SOUZA, A. M. G. Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um programa em ensino, pesquisa e extensão na UFBA. In: XVII Encontro Nacional da Anpur, São Paulo, 2017.

SOUZA, M. L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes e SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SOUZA, M. L. Com o Estado apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*, v. 7, n. 11, 2010.

STEVENS, G. O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. RAP, Rio de Janeiro, n.40, v.1, p.27-55,Jan./Fev. 2006

TIBO, G. L. A. A superação da ilegalidade urbana: o que é legal no espaço urbano? Dissertação de Mestrado, NPGAU/UFMG. Orientadora: Denise Morado. 2011.

TIBO, G. L. A. Reflexões da prática da assessoria técnica uma abordagem a partir da experiência na Vila Acaba Mundo. In: XVII Encontro Nacional da Anpur, São Paulo, 2017.

VILAÇA, Í.; CONSTANTE, Paula (org). Usina: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

ANEXO A: PLANO DE CURSO “PRÁTICAS EM ASSESSORIA TÉCNICA”



Escola de Arquitetura
da UFMG

Colegiado dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Rua Paraíba, 697- Funcionários - 30130-140 - Belo Horizonte/MG

Fone: (31) 3409-8840 Fax: (31) 3409-8818 E-mail: arq-colgrad@ufmg.br

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO PROGRAMA DE DISCIPLINA

ANO: 2017

DISCIPLINA: TÓPICOS EM PROJETO: Práticas de assessoria técnica

CÓDIGO:

CLASSIFICAÇÃO:

PRÉ-REQUISITO:

CARGA HORÁRIA: TEÓRICA: 12 horas

PRÁTICA: 18 horas

TOTAL: 30 horas

EMENTA:

Análise da *praxis* da autoconstrução na vila Acaba Mundo em Belo Horizonte e investigação de métodos aplicáveis na experiência da assessoria técnica, desvinculada aos processos formais do campo da arquitetura e urbanismo. A investigação proposta está relacionada aos processos autônomos inerente à prática da construção e a emergência de se obter a casa.

OBJETIVOS:

Experimentar práticas compartilhadas entre estudantes e professores de arquitetura com moradores a partir de meios, instrumentos, linguagem e metodologias fomentadas e consolidadas por meio do encontro dos saberes dos envolvidos. Espera-se que a oficina alimente o debate acerca dos métodos projetuais científicos e a autoconstrução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Debate sobre a autoconstrução e as práticas de assessoria técnica realizadas por pesquisadores nacionais e internacionais. (8 horas)

Identificação da assessoria a ser construída conjuntamente com morador (4 horas)

Proposição de práticas compartilhadas (14 horas)

Entrega da proposta desenvolvida; debate com moradores e participantes (4 horas)

MÉTODOS DE ENSINO:

Pesquisa: práticas de assessoria técnica (relatórios e diagramas)

Debate com moradores

Prática compartilhada a partir da assessoria técnica realizada.

ANEXO A: PLANO DE CURSO “PRÁTICAS EM ASSESSORIA TÉCNICA”



Escola de Arquitetura
da UFMG

Colegiado dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Rua Paraíba, 697- Funcionários - 30130-140 - Belo Horizonte/MG
Fone: (31) 3409-8840 Fax: (31) 3409-8818 E-mail: arq-colgrad@ufmg.br

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO:

20 pontos por participação
20 pontos em pesquisa
40 pontos na proposta a ser entregue
20 pontos por participação no debate final

BIBLIOGRAFIA:

MORADO NASCIMENTO, Denise (org.). Saberes [auto]construídos. Belo Horizonte: AIC, 2016.

Textos e pesquisas disponíveis no site PRAXIS – <http://www.arq.ufmg.br/praxis>